


Ana Clara Vieira e Medeiros



MINHA CASA É MEU LUGAR DE FALA

A violação do direito à moradia e o impacto
na vida das moradoras da Comunidade
Aratu em João Pessoa/PB

MINHA CASA É MEU LUGAR DE FALA:

A violação do direito à moradia e o impacto na vida das moradoras da Comunidade Aratu em João Pessoa/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, para encerramento do componente curricular e conclusão da graduação em Arquitetura e Urbanismo. Orientadora: Prof(a). Dr(a). Livia Izabel Bezerra de Miranda. Co-Orientadora: Arquiteta e Urbanista Carolina Barbosa Tsuyuguchi

Universidade Federal de Campina Grande
Novembro de 2023

M488m

Medeiros, Ana Clara Vieira e.

Minha casa é meu lugar de fala: a violação do direito à moradia e o impacto na vida das moradoras da Comunidade Aratu em João Pessoa/PB / Ana Clara Vieira e Medeiros. – Campina Grande, 2023.
163 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Livia Izabel Bezerra de Miranda, Carolina Barbosa Tsuyuguchi".

Referências.

1. Habitação Social. 2. Direito à Habitação – Gênero. 3. Direito à Cidade. I. Miranda, Livia Izabel Bezerra de. II. Tsuyuguchi, Carolina Barbosa. III. Título.

CDU 351.778.532-055.2(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CNPJ nº 05.055.128/0001-76
COORDENACAO DE GRADUACAO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101-1400
Site: <http://ctrn.ufcg.edu.br> - E-mail: ctrn@ufcg.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23096.081245/2023-16

O Trabalho de Conclusão de Curso “**MINHA CASA É MEU LUGAR DE FALA: A VIOLAÇÃO DO DIREITO À MORADIA E O IMPACTO NA VIDA DAS MORADORAS DA COMUNIDADE ARATU EM JOÃO PESSOA/PB**”, defendido pela aluna **ANA CLARA VIEIRA E MEDEIROS**, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo foi APROVADO EM: 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. LÍVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA

Orientadora - Presidente

CAROLINA BARBOSA TSUYUGUCHI

Coorientadora

Profa. Dra. MIRIAM DE FARIAS PANET

Examinadora Interna

AUTA JEANE DA SILVA AZEVEDO

Examinadora Externa

JULIANA DE OLIVEIRA HERMSDORF

Examinadora Externa



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 29/11/2023, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE FARIAS PANET, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/11/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Barbosa Tsuyuguchi, Usuário Externo**, em 29/11/2023, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4010046** e o código CRC **AE565C45**.

“Mil nações moldaram a minha cara
Minha voz, uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vão, no triz
É força que me embala
O meu país é meu lugar de fala”
(O que se cala - Elza Soares)

À todas as mulheres e suas lutas diárias por moradia digna,
em especial as do Aratu.

AGRADECIMENTOS

Fazem aproximadamente muitos anos que me vejo nesse exato momento. Sentada na frente do computador escrevendo os agradecimentos. Em um gesto muito puro de alívio e gratidão. Por tanto tempo ensaiei na minha cabeça todas as palavras que eu queria escrever e todas as pessoas que eu queria agradecer e finalmente posso colocar para fora todo esse sentimento que ecoa dentro de mim. Eu sempre soube onde eu queria chegar, e enfim, cheguei. Mas não cheguei aqui sozinha.

Quero começar agradecendo aos meus pais, Sônia e Jean, porque palavra nenhuma do mundo será suficiente. Sem vocês, nada disso seria possível. Obrigada por terem me incentivado, me encorajado, acreditado e terem me permitido viver os mais belos e diversos sonhos. Vocês que são meus maiores professores, me ensinam diariamente duas das maiores lições da vida: o amor e a fé. Mãe e pai, consegui! E se eu cheguei até aqui, devo tudo a vocês.

À minha família paraibana: vovó Iracema, vovô Careca (in memorian), Tia Jura, Tia Branca, Tia Santa (in memorian), Júlia e Gabriel, obrigada por todos os almoços de domingo, todos os aniversários, todos os natais, todas as risadas e por se fazerem sempre presente. À minha avó Nide, meu vô Belar (in memorian) e toda a minha grande família baiana, agradeço por todo o zelo e cuidado, mesmo que distante. Saudade é o sentimento que fica todas as vezes que volto pra casa, mas na certeza que a alegria de todo reencontro sempre chega em breve.

Sou muito grata a todos os amigos que se fazem presente na minha vida e me permitem fazer parte da deles. Carrego comigo um pedacinho de cada um no meu coração em todos os lugares que eu vou. Dos momentos bons aos ruins, saber que posso contar com cada um de vocês é o que me reconforta. Dos mais antigos aos mais recentes: a vida é boa, mas é muito melhor com vocês.

À Eloise e Rodolfo, meus amigos do ensino médio, obrigada por terem compartilhado o início desse sonho comigo.

À Gabi, Jarddam, Camila, Emy, Clara e Joesley, que lindamente fez a capa deste trabalho, agradeço por terem me acolhido tão bem desde meu primeiro dia de aula enquanto eu ainda era uma intrusa no curso e terem me feito permanecer nessa nossa pequena familinha chamada ArqUrbs. Obrigada por dividirem comigo tantos sentimentos e terem me ensinado que a vida vai muito mais além que as salas de aula.

Aos meus colegas de turma: Amanda Renale, Adjamir, Juliana, Gabriella e Mirela, com quem dividi trabalhos, pesquisas e muitos momentos. E meus colegas de estágio: Paula, Lucas e Marina, sem esquecer de Túlio, Jhon e Franci, com quem nesses últimos meses pude aprender muito sobre nossa profissão e pude compartilhar manhãs de muitas risadas, bolos e lives de bichinhos.

À Carol, por ter confiado nesse trabalho muito antes de mim e por me incentivar tanto. À Bea, por tantas vezes ter sido casa física e casa colo. À vocês duas, que não mediram esforços pra me ajudar em momento algum e vibraram em cada etapa, obrigada por todas as trocas e por tornar tudo isso uma realidade. À Sarah, Bianca, Chico, Bruno, Jobinho, Yasmin e Nyele, agradeço pelas melhores histórias desse ano. Tudo com vocês fica mais leve, divertido e prazeroso.

À minha dupla de três, companheiras de grupo e de vida. Rebeca e Bya, agradeço por fazerem essa graduação ter valido tanto a pena. Obrigada por todo suporte e sobretudo por acreditarem em mim quando muitas vezes nem eu acreditei, carrego vocês comigo para sempre.

À Helen e Bruna, agradeço por serem meu refúgio. Obrigada por se fazerem presente em todos os momentos da minha vida, sem vocês nada disso faria sentido. Como é bom viver e compartilhar nossos maiores sonhos juntas.

À minha Unidade Estrela e aos grandes irmãos que Maria me deu, André e Fernando, com quem pude viver as mais profundas relações de unidade na amizade e na fé. “Nada do que é feito com amor é pequeno” e a vida com vocês ao meu lado tem sido grandiosa.

Ao CACAU, por ter sido meu grande amor e grande escola da graduação. E à todas as pessoas que o movimento estudantil me fez conhecer e que ainda não citei: Daiane, Sam, Allyson, Lídia, Luccas, Natan e Clemer (que com muito carinho e paciência, mesmo estando longe, tanto me ajudou a deixar esse trabalho bonito e bem escrito desde o começo), obrigada por andarem ao meu lado nessa construção. Não posso deixar de agradecer à minha mini comorg de Parahyba, aos quais durante um ano e meio sonhamos (e surtamos) grande. Viva o movimento estudantil de luta e combativo que faz as nossas universidades resistirem! Viva os nossos estudantes, resistiremos juntos.

À Lívia que nos últimos anos me acolheu e tem tido toda a paciência e disponibilidade em me orientar, à Kainara por tamanha sensibilidade e à Demóstenes por tanto incentivo nessa trajetória. Aos demais companheiros do Observatório das Metrôpoles, aos quais pude construir novas perspectivas e visões de mundo, com vocês pensar cidades melhores tornou-se uma razão de vida e luta por justiça social. À Val, por cuidar tão bem do nosso cantinho e da gente, que seu carinho chegue à todas as novas pessoas desse curso. E à todo corpo técnico, docente e discente, obrigada pelas trocas de aprendizado.

À Janaína, por ter aberto as portas da sua casa e da sua história para esse trabalho e à todas as moradoras de Aratu que tive a oportunidade de conhecer, conversar e aprender.

Por fim, agradeço imensamente à Deus por em momento algum ter me deixado desistir, mesmo que por tantas vezes esse tenha sido meu maior desejo. Agradeço a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que diariamente intercede por mim e às minhas melhores amigas do céu: Santa Clara e Santa Dulce, modelos de vida e santidade.

PREÂMBULO

Este trabalho é a concretização de um sonho. Desde muito nova aprendi a importância dos estudos. Meus pais sempre me disseram que tudo na vida passa e se perde, mas a educação fica. Cresci dentro de movimentos e pastorais que me fizeram olhar ao meu redor com olhares mais humanos e atentos. Como militante, sempre vi a relação da academia com os sujeitos marginalizados de forma muito distante, apenas no campo da teoria. Como mulher, senti que essa teoria quando se trata de gênero está mais distante ainda. Essas inquietações pouco abordadas e pouco discutidas durante a minha graduação, tornou-se objeto de estudo para este trabalho. Sinto falta das trocas de experiências e das vivências. Não espero grandes revoluções, busco assim, que de início, esse trabalho seja mais um estímulo para que nossas universidades e nossos estudantes, estejam atentos ao que acontece fora das salas de aula.

RESUMO

O direito à moradia é um direito humano garantido pela Constituição Brasileira, no entanto, não deve-se entender a moradia apenas como o espaço físico do abrigo. No que diz respeito ao recorte de gênero, é fundamental entender a habitação como um espaço para as vivências cotidianas e desenvolvimento das atividades fundamentais para a manutenção da vida. O estudo propõe compreender a violação do direito à moradia a partir do cotidiano das mulheres moradoras da comunidade Aratu em João Pessoa/PB. Busca-se caracterizar, frente os aspectos de vulnerabilidade e precariedade social, considerando os níveis de disponibilidades de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos e como esses aspectos impactam a vida das mulheres. Trata-se de uma pesquisa exploratória e de natureza quali-quantitativa, a partir de levantamentos de dados e observações em campo. A pesquisa é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande e está associada ao INCT Observatório das Metrópoles - núcleo Paraíba por meio da pesquisa "Reconhecendo Assentamentos Precários de João Pessoa e Campina Grande - PB", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este trabalho contribuiu para o debate e discussão acerca do direito à moradia e gênero, dando visibilidade às necessidades específicas das mulheres na cidade, e em especial nos assentamentos populares, além de ter contribuído para o ensaio de uma metodologia colaborativa que questiona o desafio de construir uma identificação e caracterização de territórios populares a partir da colaboração das próprias comunidades.

PALAVRAS CHAVE: habitação social; gênero; direito à habitação; direito à cidade.

ABSTRACT

The right to housing is a human right guaranteed by the Brazilian Constitution; however, housing should not be understood solely as the physical space of shelter. Regarding the gender perspective, it is crucial to perceive housing as a space for daily experiences and the development of activities essential for life maintenance. This study aims to comprehend the violation of the right to housing based on the daily experiences of women living in the Aratu community in João Pessoa/PB. The goal is to characterize the aspects of vulnerability and social precarity, considering the levels of service availability, infrastructure, and public facilities, and how these aspects impact women's lives. It is an exploratory and qualitative-quantitative research based on data collection and field observations. The research is the result of the Final Course Project of the Architecture and Urbanism Course at the Federal University of Campina Grande and is associated with the INCT Observatory of Metropolises - Paraíba unit through the research project "Recognizing Precarious Settlements in João Pessoa and Campina Grande - PB," funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). This work contributes to the debate on the right to housing and gender, bringing visibility to the specific needs of women in the city, especially in informal settlements. Moreover, it has contributed to the development of a collaborative methodology that questions the challenge of building identification and characterization of popular territories through the collaboration of the communities themselves.

KEY WORDS: social housing; gender; right to housing; right to the city.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Dimensões, variáveis e descritores de precariedade e vulnerabilidade dos Assentamentos Populares	37
------------------	--	-----------

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Percurso metodológico	38
FIGURA 02	Localização geral	42
FIGURA 03	Pirâmide Etária	83
FIGURA 04	Perfis das moradoras entrevistadas da Comunidade Aratu em João Pessoa/PB	91
FIGURA 05	Aratu em outubro de 2005	96
FIGURA 06	Aratu em setembro de 2011	96
FIGURA 07	Aratu em dezembro de 2013	97
FIGURA 08	Aratu em agosto de 2014	97
FIGURA 09	Aratu em abril de 2015	98
FIGURA 10	Aratu em novembro de 2016	98
FIGURA 11	Aratu em agosto de 2017	99
FIGURA 12	Aratu em janeiro de 2018	99
FIGURA 13	Aratu em junho de 2019	100
FIGURA 14	Aratu em agosto de 2020	100
FIGURA 15	Aratu em dezembro de 2021	101
FIGURA 16	Aratu em novembro de 2022	101

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Pessoas a partir de 10 anos de idade responsáveis pelo domicílio na Comunidade Aratu	84
GRÁFICO 02	Mulheres a partir de 10 anos de idade responsáveis pelo domicílio e alfabetizadas na Comunidade Aratu	84
GRÁFICO 03	Pessoas a partir de 5 anos de idade alfabetizadas na Comunidade Aratu	86
GRÁFICO 04	Rendimento nominal mensal das mulheres a partir de 10 anos de idade da Comunidade Aratu	88
GRÁFICO 05	Cor ou raça das mulheres a partir de 5 anos de idade da Comunidade Aratu	89

LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 01	Localização da Comunidade Aratu no bairro Costa do Sol	45
CARTOGRAMA 02	Aglomerados Subnormais de João Pessoa/PB em 2019	47
CARTOGRAMA 03	Setores Censitários da Comunidade Aratu em João Pessoa/PB	81
CARTOGRAMA 04	Delimitação da Comunidade Aratu realizada pelas moradoras durante a oficina	103
CARTOGRAMA 05	Rede de Abastecimento de esgoto na Comunidade Aratu e seu entorno	109
CARTOGRAMA 06	Pontos de Alagamento e Deslizamento no entorno da Comunidade Aratu	111
CARTOGRAMA 07	Pavimentação viária do entorno da Comunidade Aratu	113
CARTOGRAMA 08	Pontos e itinerários dos ônibus no entorno da Comunidade Aratu	115
CARTOGRAMA 09	Equipamentos de Educação no entorno da Comunidade Aratu	119
CARTOGRAMA 10	Equipamentos de Saúde no entorno da Comunidade Aratu	121
CARTOGRAMA 11	Outros serviços localizados no raio de 1km da Comunidade Aratu	125

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01	Janela do clube de mães com vista para outras casas da Comunidade Aratu	44
FOTOGRAFIA 02	Diferentes faixas etárias na Comunidade Aratu	82
FOTOGRAFIA 03	Mulheres da Comunidade Aratu em reunião no clube de mães	90
FOTOGRAFIA 04	Banner do clube de mães da Comunidade Aratu	95
FOTOGRAFIA 05	Processo de delimitação da Comunidade Aratu realizado durante a oficina	104
FOTOGRAFIA 06	Oficina de mapeamento colaborativo no clube de mães da Comunidade Aratu	106
FOTOGRAFIA 07	Espacialização das etiquetas com as variáveis de vulnerabilidade e precariedade	108
FOTOGRAFIA 08	Área que as moradoras julgam adequada para a construção de uma área de lazer na Comunidade Aratu	126
FOTOGRAFIA 09	Área que as moradoras julgam adequada para a construção de uma UBS na Comunidade Aratu	126
FOTOGRAFIA 10	Oficina de mapeamento colaborativo no clube de mães da Comunidade Aratu	127
FOTOGRAFIA 11	Símbolo do feminino pintado na parede do clube de mães da Comunidade Aratu	136

LISTA DE SIGLAS

AMB	Articulação das Mulheres Brasileiras
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCT	Institutos Nacionais de Ciências e Tecnologias
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC-UAP	Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários
PDMJP	Plano Diretor do Município de João Pessoa
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UBS	Unidade Básica de Saúde
ZPA	Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 21

CAPÍTULO 01 **METODOLOGIA** 27

PARTE 01 - ARATU POR ELAS: ESTRUTURAÇÃO DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO 29

PARTE 02 - ESCOLHA DO ESTUDO DE CASO 39

CAPÍTULO 02 **REFERENCIAL TEÓRICO: AS MULHERES, A CIDADE E A MORADIA** 49

PARTE 01 - DIREITO À MORADIA E A QUESTÃO DE GÊNERO 51

PARTE 02 - COMO O DÉFICIT HABITACIONAL É FEMININO 61

PARTE 03 - DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO À CIDADE 69

CAPÍTULO 03 **ESTUDO DE CASO: A COMUNIDADE ARATU** 77

1. QUEM SÃO AS MULHERES DE ARATU? 79

2. FORMAÇÃO DA COMUNIDADE ARATU 92

3. INFRAESTRUTURA URBANA 105

3.1 Abastecimento de água e esgotamento sanitário 107

3.2 Drenagem de águas pluviais urbanas 110

3.3 Resíduos sólidos 112

3.4 Pavimentação viária 112

3.5 Transporte e mobilidade 114

3.6 Energia elétrica 114

4. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS 116

4.1 Educação 116

4.2 Saúde e Assistência Social 120

4.3 Cultura, esporte e lazer 122

4.4 Outros serviços 124

5. PERCEPÇÕES DE GÊNERO 128

CONSIDERAÇÕES FINAIS 137

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 143

ANEXOS 153

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

"Tornar visível a diferença é o primeiro passo para a construção de uma ordem simbólica diferente em que as mulheres possam se expressar a partir de sua experiência de vida"

Zaida Muxi, 2014

Para Lefebvre (2000), o modo de produção organiza o seu espaço e o torna um importante elemento no processo de acumulação do capital, visto que se trata tanto do local de produção quanto da reprodução da força de trabalho. O espaço é resultado das forças produtivas e tem relações com a propriedade. Se vende e se compra, tem valor de troca e valor de uso.

A moradia não foge do ciclo da reprodução do espaço e sua execução na esfera das políticas públicas causa impactos na vida daqueles que por ela são beneficiados. A lógica do capitalismo segue a manutenção da acumulação. A exclusão econômica e social é apenas um dos reflexos da apropriação e ocupação do espaço urbano. É através de processos, principalmente como o de mercantilização do solo, que é possível articular diretamente a localização residencial e a dotação de infraestrutura e acesso a serviços básicos à renda da população. É importante perceber que a compreensão da produção social do espaço aponta para as questões que foram ou que estão sendo negligenciadas nas agendas de políticas públicas e que muitas vezes esses programas têm se tornado generalistas, desconsiderando variáveis importantes como regionalidade e até mesmo, gênero e raça.

A proliferação de favelas e outras formas de habitações precárias nas cidades surge como uma alternativa encontrada pela população de menor renda para ter acesso à moradia, visto que essa questão no Brasil não se deu pelas vias formais de acesso, ou seja, pelo mercado e/ou o Estado. Durante muito tempo, este tipo de habitação foi uma parte invisível das cidades, sendo ignoradas e esquecidas do planejamento urbano e muitas vezes não constando nos dados oficiais, acarretando consequências até os dias atuais pela grande ausência ou carência de informações. A irregularidade dessas habitações compromete não só a qualidade de vida dos mais vulneráveis, como também provoca a degradação ambiental e territorial de uma parte considerável da cidade.

O direito à moradia é um direito humano protegido pela Constituição Brasileira e ao mesmo tempo uma âncora para assegurar outros direitos. O impacto da precariedade habitacional na vida das pessoas vai além da privação material. Viver em assentamentos priva os moradores de usufruir um amplo espectro de outros direitos humanos, civis e políticos e a forma de enfrentamento desses problemas deve ser entendida de formas individuais que variam no tempo e no espaço.

No que diz respeito ao recorte de gênero, o direito à moradia é um ponto elementar para se pensar qualquer exercício de autonomia econômica para as mulheres. Ainda muito associadas ao âmbito privado, as condições de moradia adequada são fundamentais para garantir recursos de cidadania como saúde, uso do tempo, segurança, profissionalização, ou seja, fatores relacionados ao seu desenvolvimento (LIMA, 2018). Mesmo com o avanço das mulheres nas últimas décadas em vários âmbitos da sociedade, em relação a direitos e a ocupação de certos espaços, ainda existe profunda desigualdade entre homens e mulheres.

Adotar uma perspectiva de gênero permite uma aproximação da arquitetura e urbanismo com um campo de experiências e vivências que muitas vezes são responsáveis pela maneira como a sociedade se construiu histórica e socialmente. Entendendo que a sociedade é delimitada e definida pela ordenação do espaço urbano, este trabalho busca evidenciar dois aspectos: a vida cotidiana das mulheres e o direito à moradia adequada, e como a violação do segundo impacta diretamente o primeiro. É preciso compreender inicialmente que a habitação não deve ser entendida apenas como o lugar de descanso, sendo portanto, um espaço fundamental para as vivências cotidianas e desenvolvimento das atividades fundamentais para a manutenção da vida.

A pesquisa entende o direito à moradia de uma forma ampla, que considera aspectos como a habitabilidade para medir, por exemplo, o desenvolvimento humano. Torna-se um desafio pois existe uma dificuldade em estabelecer parâmetros mínimos de habitabilidade para caracterizar o problema. Geralmente, não são identificados aspectos que debilitam a qualidade de vida das pessoas, como, por exemplo, a moradia em áreas de risco ou a precariedade das habitações. Ainda assim, algumas informações levantadas, como as referentes à propriedade dos terrenos e dos domicílios, é preciso que sejam relativizadas, visto que o entrevistado muitas vezes desconhece a condição de ilegalidade da posse do seu terreno (MIRANDA, 2005).

Esta pesquisa está associada ao INCT Observatório das Metrôpoles - núcleo Paraíba, e busca dar continuidade às investigações acerca da caracterização dos assentamentos populares de João Pessoa/PB, por meio da pesquisa “Reconhecendo Assentamentos Precários de João Pessoa e Campina Grande - PB”, financiado pelo Conselho Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo 403969/2021-9”.

A comunidade Aratu, escolhida como área objeto de estudo desta pesquisa, é considerada pelo IBGE, desde 2019, um Aglomerado Subnormal - ou seja, uma área de ocupação irregular caracterizado pela ausência de serviços públicos essenciais e localizados em áreas restritas à ocupação. Sendo assim, esta pesquisa entende que estudar a dimensão de gênero também é se preocupar em dar visibilidade às necessidades específicas dessa parcela da população ainda silenciada e oprimida. A comunidade foi escolhida como estudo de caso deste trabalho por se enquadrar dentro das dimensões estudadas da precariedade e vulnerabilidade, mas principalmente por possuir uma liderança comunitária feminina e engajada nas lutas pelo direito à moradia.

Esta pesquisa tem por objetivo principal compreender de que forma a violação do direito à moradia afeta o cotidiano das mulheres moradoras da comunidade Aratu em João Pessoa, na Paraíba. Os objetivos específicos se dividem em: (1) Resgatar o processo histórico de formação da comunidade Aratu pela perspectiva das mulheres moradoras a fim de identificar suas contribuições durante o processo; (2) Caracterizar a comunidade Aratu em relação a precariedade e vulnerabilidade com a finalidade de entender quais os impactos causados pela ausência de infraestrutura, serviços e equipamentos do cotidiano das mulheres moradoras da comunidade e (3) Mapear as soluções alternativas construídas pelas mulheres moradoras da comunidade Aratu para lidar com as ausências e precariedades. Para tanto, serão levantadas bibliografias sobre direito à moradia relacionado à questão de gênero, sobre como a precariedade habitacional torna-se um problema, na maioria das vezes, feminino no Brasil e sobre as desigualdades de gênero no acesso à cidade.

O capítulo 01 deste trabalho, onde será apresentado a metodologia, é dividido em duas partes. A primeira descreve o processo metodológico e as ferramentas utilizadas para a obtenção dos dados e a segunda apresenta o local escolhido para a realização do estudo e os motivos de sua escolha. O capítulo 02, referente ao referencial teórico, é o espaço de embasamento acerca dos estudos sobre gênero e sua relação com a arquitetura e urbanismo. Ele foi dividido em três

etapas para facilitar a compreensão da análise. A primeira trata do direito à moradia com foco no recorte de gênero, a segunda traz a reflexão de como o déficit habitacional é um problema feminino e muitas vezes causado pela violência doméstica e a terceira etapa aborda as desigualdades de gênero no acesso à cidade. O capítulo 03 refere-se ao estudo de caso realizado na comunidade Aratu, em João Pessoa e nele serão analisados o processo de formação da comunidade e a caracterização da mesma, através dos dados obtidos pelas fontes institucionais e os resultados das metodologias participativas. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, para o embasamento do capítulo 3 foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro moradoras da comunidade Aratu.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Campina Grande e o parecer encontra-se disponível nos anexos (Anexo 01).

CAPÍTULO 01

METODOLOGIA

**"Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma mas não sou só**

**Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma mas não sou só"**

Povoada - Sued Nunes

PARTE 01
**ARATU POR ELAS:
ESTRUTURAÇÃO DE UM
PROCESSO PARTICIPATIVO**

Esta pesquisa consiste na análise e compreensão da violação do direito à moradia levando em consideração o cotidiano das mulheres moradoras da comunidade Aratu em João Pessoa/PB, visto que, a dinâmica da desigualdade de gênero permeia em todas as dimensões da vida humana e com relação à moradia não é diferente. Buscou-se caracterizar frente aos aspectos de vulnerabilidades e precariedade social considerando os níveis de habitabilidade e disponibilidades de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos e como esses aspectos impactam a vida das mulheres.

Para cumprir os objetivos propostos, foram pensados alguns métodos e ferramentas que abrangessem os temas do direito à moradia e a questão de gênero. A metodologia construída e aplicada neste estudo levou em consideração as dimensões que auxiliaram na definição dos objetivos deste trabalho, que foi realizado em um formato de pesquisa exploratória e de natureza quali-quantitativa.

A revisão da literatura é essencial para a estrutura do estudo, visto que possibilita o enquadramento do problema de pesquisa e o desenvolvimento de análises e comparações com outros estudos. Para esta pesquisa, foram utilizados periódicos, livros e relatórios de pesquisa para a identificação de todo o material já existente que apresente dados do objeto de estudo para que haja uma sistematização que facilite o embasamento necessário. Nesta etapa ainda, foram desenvolvidas leituras referentes à estruturação da abordagem acerca da precariedade habitacional e o direito à moradia e acesso à cidade na perspectiva de gênero.

Como etapa seguinte, para começar a conhecer a comunidade, foi necessário construir uma base de dados sobre os perfis socioeconômicos e características socioterritoriais da comunidade Aratu em João Pessoa/PB, o que resultou na produção de cartogramas utilizando o sistema de informações georreferenciadas através do programa de georreferenciamento, o Qgis. Esta etapa foi construída em conjunto com o INCT Observatório das Metrôpoles - núcleo Paraíba, por meio da pesquisa “Reconhecendo Assentamentos Precários de João Pessoa e Campina Grande - PB”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foram utilizados como fontes, dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Defesa Civil Municipal e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), CAGEPA e ENERGISA. Através do georreferenciamento é possível determinar a posição geográfica de um conjunto de pontos, de linhas e polígonos, que permitem a sobreposição dos cartogramas e é a partir dessas sobreposições, são compreendidas diversas características do espaço, que possibilitam um panorama mais completo do diagnóstico da área.

É importante mencionar que para a construção do perfil socioeconômico das mulheres da comunidade Aratu foram utilizados os dados do IBGE do Censo de 2010, visto que até a conclusão desta pesquisa, os dados do Censo 2022 ainda não foram divulgados completamente.

Além das cartografias georreferenciadas citadas acima, foi utilizada uma metodologia participativa, aplicada através de uma oficina realizada no clube de mães, que permitiu maior aproximação com as moradoras da comunidade e teve por objetivo caracterizar o território quanto às suas questões físicas e sociais e construir uma caracterização mais humana de acordo com as demandas de quem vive no espaço.

A partir dos anos 90, diversas iniciativas que tinham como proposta incluir populações locais nos processos de produção de mapas, reconhecidas no debate internacional como “mapeamento participativo”, foram disseminadas por organizações não governamentais, agências governamentais, universidades e organismos multilaterais. Para Colchester (2002 apud ACSELRAD, 2008), os mapas comunitários, ou mapeamento colaborativo como será chamado neste trabalho, são ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais e além disso, é uma ferramenta poderosa para o controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias. O mapeamento participativo leva em consideração o conhecimento da população local inserindo-os nos modelos mais tradicionais de conhecimento.

O "Manual de Mapeo Colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa" define o mapeamento colaborativo como um processo de criação que subverte o lugar de enunciação para desafiar as histórias dominantes sobre os territórios, a partir dos saberes e experiências cotidianas dos participantes. Com a ajuda de um suporte gráfico, é

possível visualizar os problemas do território, identificar os possíveis responsáveis e refletir sobre as questões. Para o manual, no processo de troca de saberes vai se desenvolvendo uma visão territorial crítica a partir das diversas opiniões e saberes compartilhados. As narrativas territoriais exigem promover a participação popular e estimular a reflexão a partir do diálogo. O uso de recursos participativos amplia a criatividade e facilita a compreensão dos aspectos da realidade cotidiana, onde os participantes podem usar e modificar as ferramentas, como também criar suas próprias formas de representação.

Nesta etapa, a referência utilizada foi Tsuyuguchi (2022), em que são trabalhados os conceitos de Kevin Lynch (1960) sobre limites, bairros, marcos e pontos nodais, retirados do livro "A imagem da cidade". Essa caracterização busca evidenciar aspectos que não foram identificados nas cartografias geradas através do georreferenciamento e identificar contradições entre as cartografias e os discursos das mulheres moradoras da comunidade. Os conceitos utilizados que guiaram o mapeamento colaborativo foram os seguintes. Para Lynch (1960), bairros são:

“regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional. O observador neles ‘penetra’ mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam. Sempre identificáveis a partir do lado interno, são também usados para referência externa quando visíveis de fora. Até certo ponto, muitos estruturam sua cidade dessa maneira, com diferenças individuais em suas respostas a quais são os elementos dominantes, as vias, ou os bairros.” (LYNCH, 1960, p.52).

Os limites são definidos como:

“elementos lineares não usados ou entendidos como vias pelo observador. São as fronteiras entre duas fases, quebras de continuidade lineares: praias, margens de rios, lagos, etc.; cortes de ferrovias, espaços em construção, muros e paredes.. Podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região de outra, mas também podem ser costuras, linhas ao longo as quais duas regiões se relacionam e se encontram. Ainda que possam não ser tão dominantes quanto o sistema viário, para muitos esses elementos limítrofes são importantes características organizacionais, sobretudo devido ao seu papel de conferir unidade a áreas diferentes, como no contorno de uma cidade por água ou parede” (LYNCH, 1960, p.52).

Os pontos nodais são:

“lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. Podem ser basicamente junções locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momentos de passagem de uma estrutura a outra. Ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por serem a condensação de algum uso ou de alguma característica física, como um ponto de encontro numa esquina ou uma praça fechada. Alguns desses pontos nodais de concentração são o foco e a síntese de um bairro, sobre o qual sua influência se irradia e do qual são um símbolo. Podem ser chamados de núcleos. Muitos pontos nodais, sem dúvida, têm a natureza tanto de conexões como de concentrações. O conceito de ponto nodal está ligado ao de via, uma vez que as conexões são, tipicamente, convergências de caminhos, fatos ao longo de um trajeto. Da mesma forma, liga-se ao conceito de bairro, tendo em vista que os núcleos são os focos intensivos dos bairros, seu centro polarizador. De qualquer maneira, alguns pontos nodais podem ser encontrados em praticamente qualquer imagem, e em certos casos podem ser o traço dominante” (LYNCH, 1960, p.52 e 53).

E por fim, marcos são:

“Em geral, são um objeto físico definido de maneira muito simples: edifício, sinal, loja ou montanha. Seu uso implica a escolha de um elemento a partir de um conjunto de possibilidades. Alguns marcos são sitantes, tipicamente vistos de muitos ângulos e distâncias, acima do ponto mais alto de elementos menores e usados como referências radiais. Podem estar dentro da cidade ou uma distância tal que, para todos os fins práticos, simbolizam uma direção constante. Como exemplos, podemos citar as torres isoladas, as cúpulas douradas, as grandes montanhas. Até mesmo um ponto móvel, como o Sol. Outros marcos são basicamente locais, sendo visíveis apenas em lugares restritos e a partir de uma certa proximidade. São eles os inúmeros anúncios e sinais, fachadas de lojas, árvores, maçanetas de portas e outros detalhes urbanos que preenchem a imagem da maioria dos observadores. São geralmente usados como indicadores de identidade, ou até de estrutura, e parecem tornar-se mais confiáveis à medida que um trajeto vai ficando cada vez mais conhecido” (LYNCH, 1960, p.52 e 53).

Pode acontecer das delimitações dos territórios produzidas através do georreferenciamento com base nas fontes de dados disponibilizadas não possuam fronteiras que representem suas verdadeiras delimitações, visto que a maioria dos dados são de fontes governamentais que levam em consideração na maiorias das vezes questões morfológicas e são dados que não são atualizados com certa frequência, enquanto a delimitação feita pela própria comunidade leva em consideração muito do sentimento de pertencimento construído pelos moradores ao longo dos anos. Sentir-se pertencendo a algum lugar também está relacionado à identidade social e a mecanismos de proteção que fazem com que as pessoas se sintam acolhidas. A metodologia de oficina escolhida para esta pesquisa foi realizada com apoio de uma maquete física, onde são apontados inicialmente os pontos nodais e os marcos, para auxiliar no reconhecimento da área e em seguida, é sugerido que as próprias moradoras da comunidade demarquem o território que para elas, é considerado Aratu, a partir de suas compreensões de espaço. É válido ressaltar que a utilização de um roteiro na aplicação da oficina é apenas para ter um direcionamento. O importante é deixar as moradoras livres, para se tornar um momento confortável para que elas consigam relatar suas experiências.

Como foi citado acima, a produção dos cartogramas georreferenciados foi construída em conjunto com o INCT Observatório das Metrôpoles - núcleo Paraíba, por meio da pesquisa “Reconhecendo Assentamentos Precários de João Pessoa e Campina Grande - PB”, que faz parte do projeto universal Atlas da precariedade habitacional em Assentamentos Populares de João Pessoa/PB. Esta pesquisa vem sendo trabalhada a partir das dimensões da precariedade e da vulnerabilidade. Segundo Miranda (2020) a precariedade refere-se a situações construídas historicamente que dificultam o acesso a condições fundamentais para a reprodução de vida e social dos moradores de assentamentos precários, considerando, especificamente para esse trabalho, os campos das infraestruturas, redes e serviços e dos equipamentos públicos. Já a vulnerabilidade, é considerada em função da importância dos fatores que podem ameaçar a permanência e segurança dos moradores dos assentamentos, colocando-os em uma situação de fragilidade. Esses fatores estão divididos em dois campos: Risco socioambiental e da Permanência. Para guiar a caracterização no mapeamento colaborativo, foram utilizadas as mesmas dimensões que estão sendo trabalhadas na pesquisa universal, sendo elas apresentadas no quadro 01.

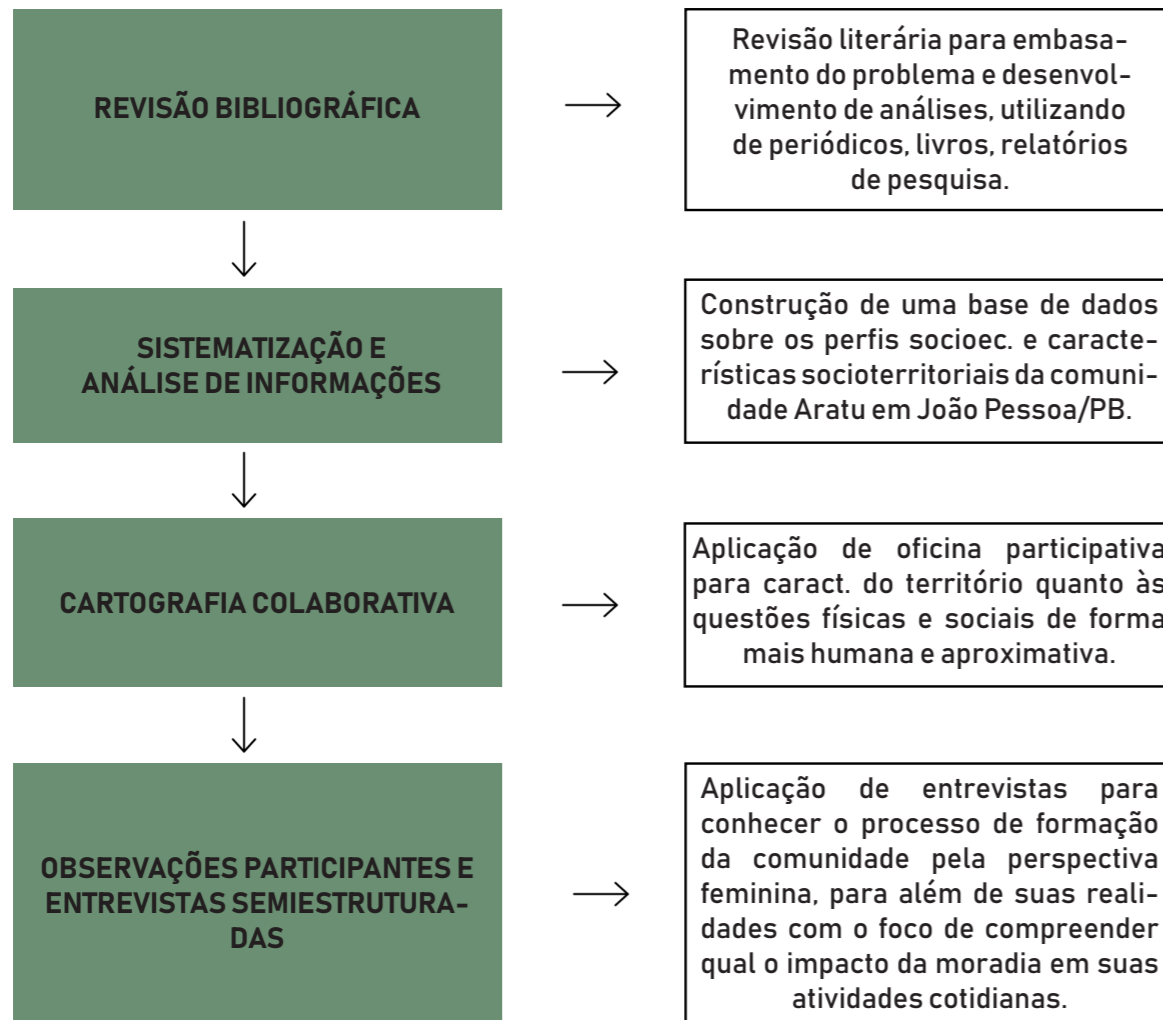
A última etapa da metodologia consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas com as moradoras da comunidade. Essa etapa surge para completar as informações obtidas na aplicação na oficina participativa. Através das entrevistas foi possível conhecer o processo de formação da comunidade pela perspectiva feminina, para além de suas realidades com o foco de compreender qual o impacto da moradia em suas atividades cotidianas e quais as alternativas encontradas para lidar com as ausências previamente identificadas. Seu conteúdo compreendeu questões acerca das condições das habitações, infraestrutura e serviços da comunidade, equipamentos públicos, lazer e percepções de gênero. Assim como as demais atividades, as entrevistas foram realizadas no clube de mães, ambiente ao qual elas já estão acostumadas a frequentar. E para a sistematização das respostas, foi utilizado a análise do discurso, que para FISCHER, 1995, além de considerar o aspecto formal da linguagem, sempre o trata e o vê na sua inseparável relação com os conflitos subjetivos e sociais que envolvem os atos da fala. O roteiro com as perguntas para a entrevista semiestruturada encontra-se nos anexos.

Quadro 01 - Dimensões, variáveis e descritores de precariedade e vulnerabilidade dos Assentamentos Populares

DIMENSÃO	CAMPOS	VARIÁVEIS	DESCRITORES
PRECARIEDADE	INFRAESTRUTURA E SERVIÇO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	EXISTÊNCIA E ACESSO À REDE
			FREQÜÊNCIA NO ACESSO
		ESGOTAMENTO SANITÁRIO	EXISTÊNCIA E ACESSO À REDE
		DRENAGEM ARTIFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS	EXISTÊNCIA DE REDE
		ILUMINAÇÃO PÚBLICA	EXISTÊNCIA DE REDE/SERVIÇO
		PAVIMENTAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS E ESCADARIAS
		TRANSPORTE PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE ÔNIBUS (400m)
	COLETA DE LIXO	FORMA E FREQUÊNCIA DE COLETA DE LIXO	
	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	EDUCAÇÃO	DISPONIBILIDADE DE EQUIP. DE EDUCAÇÃO
		SAÚDE	DISPONIBILIDADE DE EQUIP. DE SAÚDE
ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS PARA LAZER		EXISTÊNCIA DE PARQUES, PRAÇAS, ÁREAS PARA CONTEMPLAÇÃO	
VULNERABILIDADE	RISCO AMBIENTAL	ESCORREGAMENTO	PONTOS DE RISCO DE DESABAMENTO E DESLIZAMENTO
		ALAGAMENTO	PONTOS DE ALAGAMENTO
	PERMANÊNCIA	NÃO RECONHECIMENTO COMO ZEIS	ASSENTAMENTO NÃO RECONHECIDO OU NÃO INTEGRADO A UMA ZEIS
		DINÂMICA IMOBILIÁRIA DO ENTORNO	CONCENTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS COM MAIS DE 6 PAVIMENTOS DO ENTORNO

Fonte: MIRANDA (2021)

Figura 01 - Percurso Metodológico



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A comunidade Aratu escolhida como estudo de caso deste trabalho, está localizada no bairro Costa do Sol (Cartograma 01), região leste da cidade de João Pessoa, na Paraíba. Durante os estudos da pesquisa citada, a comunidade Aratu foi identificada como um assentamento popular que se enquadra dentro das dimensões estudadas da precariedade e vulnerabilidade, o que contribuiu com os motivos de escolha do estudo de caso. O outro motivo foi a presença de uma liderança comunitária feminina. É muito importante para este trabalho, que possui um recorte de gênero, o contato com as mulheres da comunidade. Aratu possui um clube de mães muito articulado e ativo não só com as demandas internas da comunidade, mas também com os debates municipais acerca do direito à moradia e direito à cidade. Costa do Sol é considerado um bairro recente em João Pessoa, com delimitação oficial há cerca de nove anos e que por isso, aos poucos, sua infraestrutura urbana vem sendo construída.

É um bairro localizado no litoral da cidade e que tem sido alvo dos grandes interesses do mercado imobiliário. De acordo com SILVA (2019), parte da região onde hoje é Costa do Sol era utilizado como colônia penal agrícola e só a partir de 1960 começaram a ser construídos conjuntos habitacionais. Na década de 1980, seguindo um megaprojeto de turismo que estava sendo desenvolvido para o nordeste, começaram a ser construídos e instalados infraestrutura básica para o que seria o Complexo Turístico Costa do Sol, atualmente, conhecido como Polo Turístico Cabo Branco. O nome do bairro está diretamente ligado ao projeto turístico que tinha como objetivo o desenvolvimento da cidade e a implantação de uma rede hoteleira. O bairro Costa do Sol encontra-se entre os bairros Portal do Sol, Penha, Paratibe, Barra de Gramame e Mangabeira e possui uma grande área pertencente à Zona de Preservação Ambiental - ZPA.

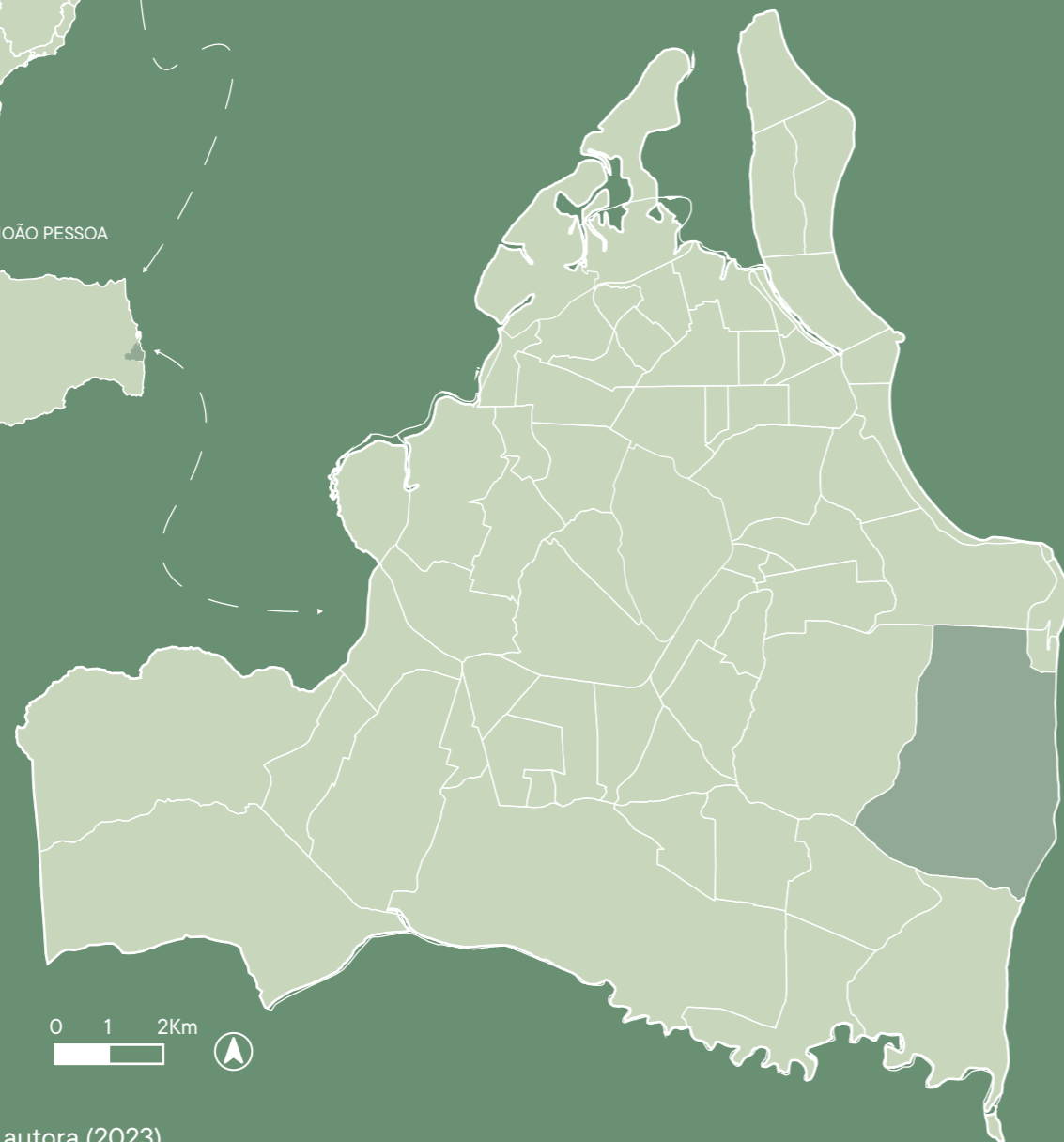
BRASIL - PARAÍBA



Figura 02 - Localização Geral

JOÃO PESSOA - BAIRRO COSTA DO SOL

PARAÍBA - JOÃO PESSOA



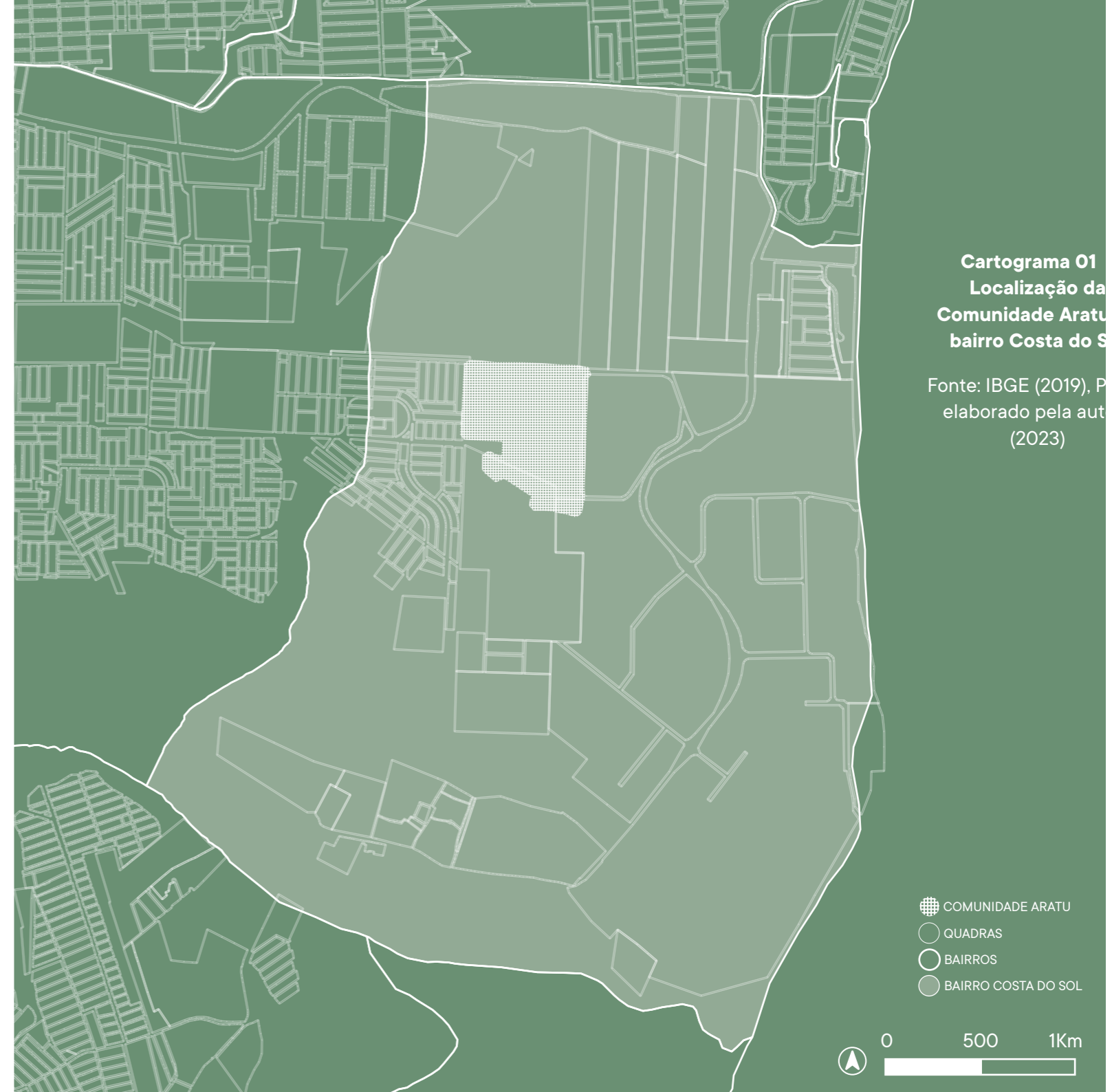
**Acorde Brasil, no
acorde da Vila
Hoje sou João Pessoa,
sou a força Paraíba
Do braço do mar pros
braços do povo
Luz que vai guiar um
mundo novo**

Samba enredo da Unidos de Vila Isabel, 1999 -
João Pessoa - Onde o sol brilha primeiro

Fotografia 01 - Janela do clube de mães com vista para outras casas da Comunidade Aratu



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)



O aumento do número de assentamentos populares em João Pessoa foi significativo durante o século XX, embora subnotificados em alguns estudos oficiais. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1980, identificou somente três aglomerados subnormais na cidade: Saturnino de Brito, Beira Rio e Vila Japonesa. Entretanto, a Fundação Instituto de Planejamento do Estado da Paraíba – (FIPLAN), que já levantava os assentamentos precários em João Pessoa desde os anos 1970, reconheceu, em 1983, 31 áreas com características de ocupações irregulares, favelas e bairros populares, em condições precárias, com mais de 70 mil moradores. Somente em 2006, foram desenvolvidos estudos pela prefeitura de João Pessoa que resultaram um relatório denominado “Subsídios para a Política Habitacional e de Regularização das ZEIS do município de João Pessoa”, delimitando 77 áreas (assentamentos ou conjunto de assentamentos) (NASCIMENTO, 2012). Atualmente, são reconhecidas 98 ZEIS, de acordo com a base de dados georreferenciados em formato shapefile¹ disponibilizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, distribuídas por 37 bairros na cidade.

A comunidade Aratu foi classificada pelo IBGE 2019 como um Aglomerado Subnormal (Figura 03), conceito utilizado para definir uma área de ocupação irregular de propriedade pública e privada para uso habitacional em áreas urbanas e caracterizados pela ausência de serviços públicos essenciais e localizados em áreas restritas à ocupação. Em João Pessoa foram reconhecidos 120 aglomerados subnormais que integram a Base de informações do Censo Demográfico 2010. No ano de 2019, o IBGE divulgou um estudo preliminar sobre o levantamento de novos aglomerados subnormais no país e esse número diminuiu para 103. Quando somadas as áreas dos aglomerados subnormais de 2010, obtém-se o total de 12,82km², o que corresponde a cerca de 6,10% do total da área da cidade, e quando somadas as áreas dos aglomerados subnormais de 2019, obtém-se o total de 12,74km², que corresponde a cerca de 6,06% da área total da cidade. É possível prever que a quantidade de aglomerados subnormais em João Pessoa tenha diminuído de um censo para o outro em decorrência da união de alguns aglomerados para se tornar um só, visto que a diferença no total das áreas, e consequentemente das porcentagens, não é significativa se comparada de um ano para o outro.

¹ Formato de armazenamento de dados de vetor para armazenar a posição, forma e atributos de feições geográficas.

Cartograma 02 - Aglomerados Subnormais de João Pessoa/PB em 2019

Fonte: IBGE (2019),
elaborado pela autora
(2023)



Aratu só foi reconhecida como Aglomerado Subnormal em 2019 e os dados coletados neste ano foram de um estudo emergencial para oferecer informações para o enfrentamento do COVID-19. Foram informações importantes para estas áreas vulneráveis das cidades brasileiras. Nos Aglomerados Subnormais, residem, em geral, populações com condições socioeconômicas, de saneamento e de moradia mais precárias. Como agravante, muitos Aglomerados Subnormais possuem uma densidade de edificações extremamente elevada, o que pode facilitar a disseminação do COVID-19. Os resultados definitivos dos Aglomerados Subnormais estavam previstos para serem divulgados após a realização da operação censitária, que foi realizada em 2022, mas até a conclusão deste trabalho, os dados não haviam sido divulgados. A partir de outros levantamentos do IBGE, como por exemplo, o censo realizado em 2010 e que tem sido utilizado como referência neste trabalho, observa-se uma maior densidade populacional em Aglomerados Subnormais. A partir desse padrão, deduz-se que essa porcentagem de proporção se expressa ainda mais relevante quando falamos da quantidade de pessoas morando nessas áreas.

CAPÍTULO 02

REFERENCIAL TEÓRICO

AS MULHERES A CIDADE E A MORADIA

**Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.**

(Eu-mulher, Conceição Evaristo)

PARTE 01
**DIREITO À MORADIA
E A QUESTÃO DE GÊNERO**

Todos têm o direito de ter um lugar adequado para viver. O direito à moradia é um direito humano e natural do indivíduo, sendo ele indispensável para a proteção da vida, da saúde e da liberdade. Desde 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 25, coloca:

“Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.” (ONU, 1948, s.p)

No que tange a Constituição Federal do Brasil, o Artº6, redigido pela Emenda Constitucional nº90, de 2015, coloca: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Em 1946 foi realizada a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HABITAT I), onde foi produzida a Declaração de Vancouver, indicando que houve um consenso entre todos os participantes que a moradia adequada é um direito humano básico e apontando a responsabilidade dos governos por ações que visem assegurar este direito. O Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, com sede em Nairobi no Quênia, é fruto desta declaração e visa manter além das discussões acerca dos assentamentos, mas também assessorias e financiamento de projetos ligados ao setor urbano e habitacional de países em desenvolvimento. A 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HABITAT II) ocorreu em 1996, em Istambul, reafirmando os princípios de moradia adequada para todos como um direito que deve ser assegurado progressivamente. Dentre os resultados da conferência, foi firmado um plano de ações que constituem a Agenda Habitat, que tem como propósito, servir de referência para a formulação das ações governamentais e não governamentais. (LORENZETTI, 2001)

Para compreender as consequências da discriminação e a desigualdade no direito das mulheres à moradia, é preciso entender primeiro o que significa o direito à moradia adequada. Antes de tudo, a moradia adequada não deve ser entendida de forma restrita, apenas pelo que ela é fisicamente. Não basta apenas garantir um teto, é preciso que a

moradia seja habitável, ou seja, tem que apresentar boas condições contra frio, calor, umidade, desmoraonamento, qualquer fator que coloque em risco a saúde e a vida das pessoas, para além de um espaço físico que seja condizente com a quantidade de moradores. Levando em consideração que a dinâmica da desigualdade de gênero permeia todas as dimensões da vida humana, é imprescindível que se compreenda que com relação à moradia não é diferente. Para as mulheres, o impacto da violação desse direito tem consequências que muitas vezes não se verificam da mesma forma para os homens.

Em 2002, é apresentado pela Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU (ONU, 1982), um relatório intitulado Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Relatório da Relatoria Especial para Moradia como um componente do direito a um padrão adequado de vida, produzido pelo relator Miloon Kothari, abordando questões de discriminação e impactos da globalização no direito à moradia. Nele, é dedicado um item para tratar da discriminação de gênero em relação com as garantias do direito à moradia adequada. Como fruto dessa discussão, foram definidos condicionantes que devem ser contemplados pelo direito e promoção da moradia adequada e observadas na elaboração de programas habitacionais. São eles: segurança da posse; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; custo acessível; habitabilidade; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; localização adequada; e adequação cultural. Em 2011, a arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik, apresentou um relatório exclusivo sobre direito das mulheres à moradia em todo o mundo. (NETO, 2018)

“O direito à habitação adequada não pode ser plenamente realizado se for separado de outros direitos, tais como o direito à alimentação, ao abastecimento de água, aos serviços sanitários, ao fornecimento de eletricidade, aos cuidados de saúde, ao trabalho, à propriedade, à segurança da pessoa, à segurança da habitação, e proteção contra tratamentos desumanos e degradantes.” (Miloon Kothari, Relator Especial sobre o Direito à Moradia Adequada, na Comissão dos Direitos Humanos, 4 de abril de 2003. La mujer y el derecho a vivienda adecuada, ONU 2012, pag.7. Tradução nossa)²

² Texto original: "El derecho a una vivienda adecuada no puede hacerse plenamente efectivo si se desvincula de otros derechos, como el derecho a la alimentación, al suministro de agua, a servicios sanitarios, al suministro eléctrico, a la atención de salud, al trabajo, a la propiedad, a la seguridad de la persona, a la seguridad de la vivienda, y a la protección contra tratos inhumanos y degradantes."

Outros tratados internacionais também abordam a proibição da discriminação com base no gênero e estabelecem que os direitos nele contidos devem ser exercidos sem distinção. São eles: a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, o pacto internacional de direitos civis e políticos, a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, entre outros.

É preciso compreender também o processo de urbanização no Brasil, que assim como em diversos países emergentes, se deu principalmente por causa da industrialização, ou como ressalta MARICATO (1996), “na periferia do capitalismo”, provocando crescimento populacional nas cidades e intensificando as necessidades de moradia, trabalho, educação, saúde, entre outros. A formação das cidades brasileiras continua sendo um processo desequilibrado que recria exclusão social, racial e de gênero que resulta em segregação territorial para grande parte da população. Ela ainda completa que o urbanismo brasileiro, entendido como planejamento e regulação urbanística, não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade. As ideias se aplicam a uma parcela da sociedade, reafirmando e reproduzindo as desigualdades e privilégios, assim, para a cidade ilegal não há planos nem ordem. (MARICATO, 2013).

O Estado passou a investir em infraestrutura para induzir o desenvolvimento industrial, como por exemplo, investimentos viários que passaram a ser centrais para conseguir dar abrigo aos fluxos crescentes de mercadorias e pessoas. Os trabalhadores passaram a se concentrar nas periferias das cidades devido ao baixo salário que era insuficiente para adquirir ou alugar um terreno nas áreas mais centrais da cidade. Os financiamentos imobiliários também não impulsionaram a democratização do acesso à terra, já que os créditos privilegiavam as classes médias e altas e as moradias populares produzidas pelo Estado eram construídas mais uma vez nas periferias. As leis que foram produzidas durante essa época também causaram impacto na produção da ilegalidade no uso e ocupação do solo urbano. Elas estabeleciam padrões ideais de cidade (taxa de ocupação, densidades, tamanho mínimo de lote, etc.) que geravam um diferencial no preço das terras localizadas nas áreas abrangidas por estas leis em relação àquelas localizadas nas periferias sem regulamentação. Esse diferencial segregou territorialmente grande parte da

população que não tinha condições de pagar pelo preço da terra urbanizada e bem localizada. Com efeito, tem-se a paisagem das cidades brasileiras dividida em: a cidade formal, legal e urbanizada, e a cidade informal, ilegal e desprovida de infra-estrutura (OSÓRIO, 2004).

Mesmo o Brasil sendo um dos países com um relevante histórico de reconhecimento, análise e intervenção sobre as áreas urbanas de habitação precárias, ainda persistem as condições desiguais de acesso ao solo e a moradia na maioria das cidades brasileiras. O IBGE (2020) informou que em 2019 existiam no Brasil 13.151 aglomerados subnormais, que reuniam 5,2 milhões de domicílios. Todavia, em função dos parâmetros e das limitações dos levantamentos, já foi constatado em diversos estudos que há uma subnotificação das favelas a partir do IBGE. Mas mesmo com essas limitações, os dados do IBGE constituem a única base de informações coletadas nacionalmente de forma padronizada.

Raquel Rolnik (2011), na cartilha produzida através de seu relatório já citado e intitulada “Como fazer valer o direito das mulheres?”, afirma que, mesmo com o avanço das mulheres nas últimas décadas, em relação a direitos e a ocupação de certos espaços, ainda existe profunda desigualdade entre homens e mulheres. Para ela, as mulheres continuam em desvantagem em relação ao campo de trabalho, visto que, mesmo tendo mais anos de estudo e tempo de qualificação profissional, a maior parte dos trabalhos informais são realizados por mulheres. O aumento da informalidade nas economias, provoca uma reestruturação de certas dinâmicas, principalmente as de natureza econômica entre homens e mulheres. Santoro (2008) fala: “... o rebaixamento da economia para a informalidade cria “oportunidades” para as mulheres de baixa renda e de uma certa forma, reconfigura parte do trabalho e a hierarquia onde as mulheres se encontram como quem cuida da casa.”

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) produziu em 2009 uma cartilha intitulada “The right to adequate housing”. Nela é debatido que para proteção eficaz do direito à moradia, é necessário estar atento às situações específicas de cada indivíduo e grupo, principalmente daqueles que vivem em situações de vulnerabilidade. As mulheres são um desses grupos (UN-HABITAT, 2009).

“A discriminação contra as mulheres na esfera da habitação pode ser causada, por exemplo, por: leis estatutárias discriminatórias; leis e políticas neutras em termos de gênero que não têm em conta as circunstâncias especiais das mulheres (tais como a sua vulnerabilidade à violência sexual e baseada no gênero); a predominância de leis e práticas consuetudinárias que discriminam as mulheres; preconceito no judiciário e na administração pública; falta de acesso a soluções, informações ou processos de tomada de decisão; e falta de consciência dos direitos. Esta discriminação é sustentada por factores estruturais e históricos.” (The right to adequate housing, UN-HABITAT, 2009, pag 17. Tradução nossa)³

Adquirir uma casa é parte dos direitos humanos das mulheres. As dificuldades em relação à habitação são vivenciadas de maneiras diferentes entre o homem e a mulher, especialmente ao se tratar de custos e acessos, localização e qualidade. A falta de moradia adequada e a segurança de posse são alguns dos responsáveis por tornar a mulher cada vez mais vulnerável à violência (SARAIVA, 2017). Quando o acesso à moradia das mulheres depende de uma outra pessoa, elas se tornam vulneráveis. Ainda é muito forte a discriminação que as mulheres enfrentam em relação à segurança de posse, ou seja, muitas vezes a casa é registrada no nome de seus companheiros, e sem controle de sua moradia ou propriedade, elas desfrutam de pouca autonomia pessoal ou econômica e se tornam mais vulneráveis à abusos, psicológicos e sexuais, por estarem vivendo uma situação de dependência e falta de privacidade.

Ainda de acordo com a cartilha acima citada, embora situações de despejos forçados tenham impacto sobre homens e mulheres, as mulheres tendem a ser afetadas de forma desproporcional, visto que elas são frequentemente expostas a violência e estresse emocional antes, durante e depois do despejo devido aos seus fortes laços com a casa e seu papel como “cuidadora” de toda a família. Além disso, durante os despejos, podem acontecer abusos verbais, espancamentos e até estupros.

3 Texto Original: "Discrimination against women in the housing sphere can be caused, for instance, by: discriminatory statutory laws; gender-neutral laws and policies that fail to take into account women's special circumstances (such as their vulnerability to sexual and gender-based violence); the predominance of customary laws and practices which discriminate against women; bias in the judiciary and public administration; lack of access to remedies, information or decision-making processes; and lack of awareness of rights. This discrimination is underpinned by structural and historical factors."

“em todos estes grupos, as mulheres são particularmente vulneráveis devido a formas legais e outras formas de discriminação que ocorrem frequentemente em questões de direitos de propriedade (incluindo a posse de casa própria) ou o direito de acesso à propriedade ou à habitação, e da sua particular vulnerabilidade a actos de violência, e abuso sexual quando ficam sem teto” (Observação Geral N°7, parágrafo 10, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, 1997. Tradução nossa)⁴

Em 1997, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, ampliou seu conteúdo normativo sobre o direito à moradia adequada e o Comentário Geral N°7 trata dos despejos forçados. Nele são detalhados as obrigações que o Estado deve assumir, como a consulta aos afetados, a oferta de reparações e indenizações e diversos requisitos processuais. O Comentário Geral N°16, escrito em 2005, trata de como muitas vezes a violação do direito à moradia sofrido pelas mulheres, são resultado de leis políticas, costumes e tradições discriminatórias que estão enraizadas em diversas esferas da vida do homem e da mulher. Por isso, é necessário que sejam desenvolvidos mecanismos de monitoramento e implementar programas para garantir a conformidade dos direitos econômicos, sociais e culturais de longo prazo para as mulheres. (ONU, 2012).

É sabido que quando se trata de situações financeiras, em geral, as mulheres são menos economicamente ativas. De acordo com a UN-HABITAT (2012), nos países desenvolvidos, por volta de 60% das mulheres combinam trabalho com as responsabilidades da família, e entre as mulheres economicamente ativas, preferem a vida voltada para as atividades domésticas. Já em relação aos países em desenvolvimento, as causas que mantêm as mulheres afastadas do mercado de trabalho estão mais ligadas à pressão para cumprir expectativas socioculturais, à escassez de oportunidades educacionais ou à necessidade de desempenhar responsabilidades domésticas. As diferenças de gênero também se manifestam em atividades não remuneradas. É mais provável que as mulheres assumam o cuidado de crianças, idosos ou membros doentes da família.

⁴ Texto Original: "en todos estos grupos las mujeres son particularmente vulnerables a causa de la discriminación jurídica y otras formas de discriminación que suelen darse en materia de derecho de propiedad (incluida la propiedad de una vivienda) o del derecho de acceso a la propiedad o a la vivienda, y de su particular vulnerabilidad a los actos de violencia y abuso sexual cuando se quedan sin hogar"

Como cuidadoras principais, elas carregam o encargo de garantir que as crianças frequentem a escola ou de buscar atendimento médico para os familiares. Em locais onde o acesso a esses serviços é limitado, essas responsabilidades podem se tornar um peso a mais. Mesmo homens e mulheres dedicando o mesmo tempo ao trabalho, o trabalho da mulher frequentemente sobre desvalorização e nem remunerado, pois essas tarefas continuam sendo vistas como parte de suas funções tradicionais.

Mesmo com um cenário de redução de desigualdades sociais, ainda perseveram, de maneira contínua, distintos modelos de envolvimento na esfera educacional e no âmbito profissional, que exercem impacto singular sobre as mulheres, as pessoas negras e, de maneira particular, as mulheres negras. O cenário do mercado de trabalho é frequentemente destacado como um terreno privilegiado para a análise das disparidades, pois tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto a situação na qual as pessoas entram nesse ambiente representam etapas cruciais na jornada socioeconômica dos indivíduos. As desigualdades no acesso a setores específicos de atividade, assim como a inserção em ocupações informais, são fortemente influenciadas por fatores relacionados à discriminação de gênero e raça. Dentro desse contexto, a participação das mulheres negras no mercado de trabalho se destaca como um elemento de extrema importância para compreender a interseccionalidade entre gênero e raça na construção das desigualdades sociais no Brasil. A trajetória socioeconômica delas tem sido examinada como um resultado da interação entre as mudanças na participação das mulheres no mundo do trabalho e a persistência das desigualdades raciais, que apenas recentemente começaram a diminuir. Nesse sentido, a participação das mulheres negras no mercado de trabalho é um aspecto crucial para a compreensão da complexa interação entre gênero e raça na formação das desigualdades sociais no Brasil. Muitos dos estudos disponíveis indicam que, não apenas ocorre uma disparidade significativa com base na raça e no gênero, mas a interseção desses atributos resulta em uma desvantagem substancial para esse grupo em termos de sua integração no mercado de trabalho e, sobretudo, nas discrepâncias salariais. Por um lado, observa-se um notável crescimento na participação das mulheres em ocupações não manuais, impulsionado pelos avanços na educação, que se caracterizam por maior formalização e remunerações mais vantajosas. Por outro lado, há um aumento significativo nas ocupações de menor qualidade,

marcadas pela alta informalidade e renda reduzida, destinadas predominantemente a pessoas com níveis educacionais mais baixos. É importante notar que as mulheres que buscam ocupações de nível superior são em sua maioria brancas, enquanto as mulheres negras e pardas estão fortemente concentradas em trabalhos domésticos. (LIMA, M; RIOS, F; FRANÇA, D, 2013).

As discriminações relacionadas à raça e ao gênero geram impactos interligados, embora variados, que moldam experiências singulares na esfera da classe social. No que diz respeito à vivência da pobreza, tais discriminações influenciam seus determinantes e, por conseguinte, as estratégias de superação adotadas. Nesse contexto, as mulheres negras são as que experimentam de maneira mais pronunciada essas duas formas de discriminação, sendo frequentemente identificadas como ocupantes perenes do patamar mais baixo da hierarquia social. (SILVA, 2013)

O déficit habitacional brasileiro é mais qualitativo do que quantitativo. OSÓRIO, 2004, define em sua pesquisa o termo déficit como um subitem das necessidades habitacionais, ou seja, engloba não apenas a unidade habitacional, mas também serviços de infra-estrutura, visto que a questão da inadequação das moradias reflete a qualidade de vida dos moradores. No entanto, tem-se priorizado soluções para sanar esse déficit focadas na construção de novas unidades habitacionais. Destacam-se o impacto de algumas políticas e programas sociais responsáveis pela construção e adaptação das moradias, como o Bolsa Família, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) e o PAC Saneamento, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Uma problemática que envolve esses programas voltados para a habitação social tem sido a recorrente utilização de soluções que pouco se preocupam com a reprodução da vida social dos moradores que estão vivendo em situações de vulnerabilidade social, ou seja, normalmente são construções afastadas da malha urbana e de todos os serviços e infraestruturas oferecidos, além de normalmente serem conjuntos habitacionais monofuncionais (MORAES, D.; MIRANDA, L. SOUZA, M., 2018).

De acordo com os dados apresentados pela Fundação João Pinheiro (FJP) em março de 2021, o déficit habitacional entre 2016 e 2019 foi basicamente feminino. A fundação define que o déficit habitacional absoluto é construído a partir de indicadores de domicílios rústicos, improvisados, aqueles identificados como cômodos, ônus excessivo com aluguel e a coabitação involuntária. Sendo assim, o resultado obtido foi que em 2019, 60% do déficit habitacional no Brasil, era composto por mulheres que estavam vivendo em condições de moradia consideradas inadequadas. Desde os anos 60, o perfil familiar que mais cresce é o monoparental com filhos, que em sua maioria é formado por mães solo. No entanto, essa monoparentalidade também tem que ser entendida através da interseção de gênero e racialidade. O IBGE de 2018 apontou que dentre as 11 milhões de mães solo no Brasil, 61% são mulheres negras (IBGE, 2018). Além disso, 63% das casas que têm como pessoa de referência mulheres negras, com filhos até 14 anos, estão abaixo da linha da pobreza. Muitas vezes, por terem que se dividir entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, as mulheres não conseguem arcar com os custos da moradia. O fato delas não serem proprietárias ou possuidoras de uma moradia, somado à cultura de ainda colocar os imóveis em nome dos maridos, contribui para a manutenção de relações

de dependência, seja com a família ou com terceiros. Para a população negra, o acesso à terra e à moradia, ainda é fruto de um cenário histórico de cerceamento, em que as mulheres brancas geralmente herdaram as terras e os homens pelo mercado e política (LACERDA, 2021).

É comum encontrar famílias que ainda enxergam o homem como a figura de chefe da casa, e a posse da terra nas mãos deles mantém antigas formas de dominação dos homens sobre as mulheres. Enquanto para os homens a terra é mercadoria e possui valor de troca, as mulheres enxergam valor de uso, a garantia da segurança da sua vida doméstica e da sua família. Para SANTORO, 2008, estabelecer a mulher como figura prioritária para receber uma titulação pode significar uma opção na direção de garantir a permanência na área, preocupação constante dos programas públicos de regularização fundiária, visto que a mulher está mais preocupada com a estabilidade do que com a lucratividade. Ou seja, pode-se enxergar nas mulheres um ator relevante para fazer com que a propriedade cumpra uma função social. Fernandes (2007 apud SANTORO, 2008), explica que devem ser consideradas as dimensões de gênero no processo de desenvolvimento urbano na formulação de programas de regularização da posse para tentar corrigir essas desigualdades históricas e sociais, para além de promover o empoderamento das mulheres e garantir uma maior estabilidade às crianças.

Ainda na leitura sobre a feminização do déficit habitacional, é preciso levar em conta a violência doméstica. Muitas vezes a ausência de moradia é um empecilho para o rompimento do vínculo com o agressor. Para LIMA (2018), isso não se dá somente pela percepção comum que as mulheres dependem financeiramente dos seus companheiros, porque mesmo algumas delas exercendo trabalhos remunerados, quando se trata de famílias de baixa renda, essa separação significa, naturalmente, uma diminuição de renda para ambos, mas que pesa mais nas mulheres considerando que, majoritariamente, elas que ficam com os filhos. “A violência doméstica tem sido apontada como uma das principais causas de violência contra mulheres e crianças, se tornando desabrigadas especialmente quando não há proteção suficiente” (UN-HABITAT, 2009). É um ciclo: o medo da falta de moradia pode obrigar as mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos e os abusos dentro dos relacionamentos muitas vezes acontecem pela falta de moradia.

O art 5º da Lei Maria da Penha, define violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” De acordo com o § 2º do art. 3º, ainda da Lei Maria da Penha, é de responsabilidade da família, da sociedade e do poder público assegurar às mulheres o exercício dos “direitos à vida, à segurança, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. De acordo com Ludermir e Souza (2021), essa lei inclui pelo menos dois pontos que têm relação com moradia e patrimônio: ela estabelece medidas protetivas de urgência, como o afastamento do agressor do local de convivência com a ofendida, e reconhece a violência patrimonial contra a mulher, que trata de bens, valores, direitos e recursos econômicos, como bens imóveis. Para a Lei Maria da Penha, mesmo que não haja violência física explícita, perder parte de uma casa ou terreno na separação ou partilha de herança, ou ter direitos sucessórios negados ou diminuídos em detrimento de irmãos na antecipação de herança, é considerado violência patrimonial. Esse tipo de violência é pouco conhecida, mas este tipo de perda na vida da mulher e no âmbito doméstico, amplia as desigualdades econômicas de gênero e reforça as bases patriarcais. Dessa forma, não se pode separar a discussão da violência doméstica do direito à moradia.

Raquel Ludermir (2021), em sua tese de doutorado atribui a relação entre violência doméstica e déficit habitacional como um problema social e urbano invisibilizado e que afeta 1 em cada 4 mulheres no Brasil e na América Latina. A grande maioria das mulheres vítimas de violência saem de casa, mesmo que por um período, na tentativa de escapar das agressões, recorrendo à ajuda de familiares e amigos, ou arcando com custos de aluguel que nem sempre conseguem arcar (ônus excessivo de aluguel) (LACERDA, 2021). O ciclo da violência doméstica muitas vezes não é compreendido pelos familiares e vizinhos, que possuem um papel muito importante na oferta de abrigo e no incentivo pela busca de ajuda. É comum escutar o relato de mulheres que permanecem no relacionamento abusivo para evitar a perda da propriedade ou para garantir a herança dos filhos, ou seja, são capazes de suportar a violência em troca de um lugar para morar. Segundo Soares, autor do texto O monstro mora em casa, ainda existe a questão subjetiva de entendimento das vítimas sobre a própria violência sofrida. Segundo o autor, quando a violência se origina na própria família,

a primeira rede de socorro, a vítima fica sem alternativa (ROMIO, 2013). Em todo o Brasil existem menos de 80 casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica e o acesso a esse serviço é restrito para mulheres em risco iminente de morte (LUDERMIR, 2022), exemplo claro da negligência das políticas públicas brasileiras quando o assunto é moradia e violência doméstica.

“Em um país onde uma em cada quatro mulheres sofre violência doméstica, e que tem quase 6 milhões de domicílios em situação de déficit habitacional, cabe a reflexão: onde e como moram as mulheres que sofrem violência doméstica, e aquelas que conseguem escapar de relacionamentos abusivos?” (Raquel Ludermir para o Nexo Jornal, Em briga de marido e mulher, ninguém fala sobre habitação, publicado dia 02 de abril de 2022).

É uma tarefa desafiadora reconhecer, inclusive para si própria, as violências que enfrenta, independentemente de sua natureza. No caso das mulheres negras, essa realidade torna-se ainda mais complexa, já que são submetidas a diversas formas de violência, aumentando os riscos de serem vítimas tanto das estruturas patriarcais arraigadas quanto do racismo prevalente na sociedade brasileira. Esse cenário coloca as mulheres negras em uma situação dicotômica, onde, em suas representações estereotipadas, são vistas como vítimas e, ao mesmo tempo, como guerreiras. Dentre as múltiplas representações sociais associadas às mulheres negras, a representação que as retrata como vítimas sofredoras frequentemente contribui para mantê-las em um estado de passividade e desorientação diante da violência. Esse estereótipo não apenas impacta nossos relacionamentos interpessoais, mas também permeia nosso cotidiano. As mulheres que enfrentam situações de violência costumam priorizar as necessidades alheias, e essa tendência é particularmente marcante nas mulheres negras devido à sua trajetória histórica. (ROMIO, 2013)

Não há dúvidas que a moradia é um direito e que deve ser entendido como uma peça importante do combate à violência doméstica. A moradia é capaz de garantir a autonomia econômica da mulher. Ainda para Ludermir, é urgente a necessidade de ampliação da oferta de abrigos para as vítimas de violência antes mesmo que elas estejam diante do risco de feminicídio. É preciso também, garantir que as medidas protetivas para aquelas mulheres que desejam permanecer em suas casas, sejam efetivas. No entanto, as interfaces entre violência doméstica e moradia vem

sendo negligenciada não somente na literatura, mas também nas políticas públicas. A Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB) escreveu em 2007 que não basta pensar ações pontuais para favorecer a autonomia das mulheres, é necessário que os projetos de desenvolvimento se baseiem na promoção da justiça social e da igualdade de gênero. (FÓRUM DE REFORMA URBANA, 2008)

Raquel Ludermir e Flávio de Souza (2021) escreveram um artigo fruto de uma análise das trajetórias de mulheres antes, durante e depois de relacionamentos abusivos, em Recife, capital de Pernambuco. Para além disso, o artigo analisa os processos por meios dos quais a violência doméstica alimenta o déficit habitacional e a maneira como a violência patrimonial tem sido invisibilizada. Para eles, enquanto os estudos sobre moradia focam as análises no momento pós violência, ou seja, nas consequências do ato, que muitas vezes é o despejo das mulheres, pouco se sabe sobre as circunstâncias de moradia onde a violência acontece e os processos que antecedem esses despejos. As desvantagens econômicas na geração de renda, fruto também da divisão sexual do trabalho, diminuem a capacidade de as mulheres investirem na construção ou nas melhorias do lugar em que moram, o que enfraquece a percepção que a mulher tem em relação à propriedade. O estudo percebeu a repetição de discursos como: “dono é quem paga” e “dono do terreno é o dono da casa”, que minimiza o trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres que não tiveram condições de investir ou investiram menos que seus parceiros e superestima a contribuição dos homens. Esses discursos são reforçados e tornam-se mais claros no momento da separação.

PARTE 03
**DESIGUALDADE DE GÊNERO
NO ACESSO À CIDADE**

A cidade é construída cotidianamente. Ao pegar o ônibus, sentar na praça, fazer compras no comércio e até mesmo, ao votar nos candidatos durante as eleições. Se ela é construída coletivamente, então é direito de todos poderem habitar, usar, ocupar e desfrutar de forma igualitária. O direito à cidade diz respeito à quem nela vive e às futuras gerações, é um direito humano e coletivo, trata-se da defesa do bem comum.

“A cidade é a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo”. (Robert Park, sociólogo e urbanista; trecho retirado da Revista Piauí, edição 82, julho de 2013)

Henri Lefebvre (2016), define o direito à cidade como o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e de trocas. Para David Harvey (2013), é muito mais do que demandar por infraestrutura e equipamentos urbanos, é mais do que ter acesso aos recursos urbanos, “é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade... é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização”.

O conceito de direito à cidade ainda é muito visto entre juristas, urbanistas e militantes sociais como um agrupamento de direitos, sendo essa apenas uma visão parcial, que vende que o problema pode ser solucionado por um conjunto de políticas públicas, como a universalização do saneamento básico ou a eliminação do déficit habitacional, ignorando a necessidade de mudar o sistema social, político e econômico como um todo. É preciso compreender a cidade com um bem comum, em um cenário anticapitalista que resgata os valores de uso e a proteção da vida ao contrário da ideia de cidade como mercadoria. Mesmo que a infraestrutura básica seja garantida, os problemas com as discriminações de raça, gênero e orientação sexual persistirão. (INSTITUTO PÓLIS, 2020)

É fundamental compreender que para o direito à cidade, as desigualdades determinam a produção do espaço. Para promover cidades mais justas e igualitárias, alguns

temas precisam ser discutidos de forma mais abrangente. Por exemplo, em certos períodos da história do planejamento urbano, as diferenças de gênero foram negligenciadas. Para Santoro (2008), é necessário desconstruir a percepção generalizada de que o tema “gênero” é recente no debate sobre o futuro do nosso território e particularmente no contexto urbano. Ela ainda afirma que a perspectiva de gênero no planejamento territorial significaria uma nova abordagem sensível à cidade, que, em termos metodológicos, busca amplificar as vozes das comunidades antes excluídas, além de trabalhar as demarcações entre o território público e o doméstico, e que por isso, é preciso que haja reconhecimento da diversidade cultural como um elemento chave para repensar a planificação, visto que, há diferenças e o plano não deve pensar apenas na totalidade.

Uma vez que o espaço é planejado pelo poder hegemônico, diminuem as chances de neutralidade. As relações desiguais de poder entre homem e mulher que se manifestam tanto na política quanto na cultura, se tornam parâmetro para tomada de decisões, que muitas vezes influencia a elaboração do orçamento público. A partir do momento que ingressar na política, editar leis e normas e figurar como protagonistas das relações jurídicas ficou permitido somente aos homens, essa cultura machista e patriarcal, se expressou também no mundo jurídico (BELLO; BELEZA, 2019). Como o espaço planejado não é fruto das relações entre os indivíduos e sim de uma ordem que foi criada simbolicamente, ele exprime claramente os conceitos nos quais foi baseado. Além de ser responsável por definir o que significa equilíbrio social, o poder hegemônico também define sua relação com o espaço, tanto no território como um todo como nos edifícios públicos, comerciais, escolares, entre outros. (LEVI, 2012).

A polarização de extrema riqueza e extrema pobreza, fato que está espalhado por todos os lugares, está impressa nas formas espaciais das cidades, se tornando cada vez mais espaços de fragmentos fortificados e espaços públicos privatizados, ou seja, a forma hegemônica, de política está cada vez mais voltada para a proteção do direito de propriedade privada. (HARVEY, 2012). No Brasil, as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias. Por vezes, o Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de tema importante para esse urbanismo, e o resultado é o esperado: planejamento urbano para alguns, lei para alguns, mercado para alguns, cidadania para alguns (MARICATO, 2013). Ou

seja, o espaço urbano torna-se um espaço mercantil. As leis são capazes de exercer um papel muito determinante na exclusão das mulheres nas cidades, por exemplo, na medida que objetivam as relações sociais e tornam a violência contra as mulheres um fenômeno natural e invisível no espaço urbano e assim dificultam os meios de acesso ao direito à cidade (BELLO; BELEZA, 2019).

Muito da bibliografia produzida a respeito desse tema é de autoria masculina e indiferente às questões de gênero. Existem duas autoras que foram consideradas pioneiras na abordagem de gênero fazendo relação com o espaço urbano, são elas: Jane Jacobs e Dolores Hayden. Segundo Vieira e Costa (2014), Jacobs (1961) em sua obra *Morte e Vida de grandes cidades*, faz uma grande crítica à maneira como as cidades vinham sendo planejadas, para ela era necessário uma maior diversidade de usos e o que ela chama de diversidade urbana, para que gere presença de pessoas em horários diferentes e em alta concentração. Outra crítica se dá ao fato de que os projetistas, majoritariamente homens, criavam (e até hoje criam) projetos em que os desconsideram como integrantes da vida diária, ao planejar um zoneamento um zoneamento em que o trabalho e o comércio estão a quilômetros de distância das residências, reforçando um padrão sexista e patriarcal que afasta “obriga” os homens a se afastarem da participação diária na vida das crianças.

Hayden (1980) faz uma análise de como o patriarcado se configura no espaço da casa, do bairro e da cidade. Por exemplo, em 1980, analisando a realidade estadunidense, ela enxergou os problemas que são gerados quando uma cidade é planejada separando residência e local de trabalho. Naquele período, os homens ao receber seus salários, tornavam-se os “donos” da casa e responsáveis pelos pagamentos, enquanto as mulheres tornariam-se “administradoras” do lar. As casas eram construídas afastadas do caos do centro urbano industrial, para que o trabalhador masculino pudesse se afastar de um ambiente poluído, degradado e alienado, para entrar em uma moradia serena e cuidada por sua esposa. No entanto, essa prática de zoneamento residencial tornava a moradia distante fisicamente de qualquer espaço comunitário compartilhado, como casa comercial, creche ou lavanderia. Resultado, um ambiente propício para tornar a mulher empregada do seu lar e alimentar a indústria do consumo de massa que incentivava a compra de carros, fornos, lavadoras e promoviam a moradia privada suburbana. (VIEIRA; COSTA, 2014).

Conforme enfatizado por Gonzaga (2004 apud SARAIVA 2017), as mulheres eram privadas do direito à cidade, visto que, nas estruturas de classe, elas ocupavam as posições mais inferiores, não apenas do ponto de vista econômico, mas também nas relações culturais, que serviam como alicerces da ideologia dominante, relegando às mulheres às esferas domésticas e confinando-as aos limites das residências. Nesse contexto, a cultura era percebida como a força propulsora das normas de comportamento e da atribuição de papéis em um determinado ambiente construído.

Por que então é tão importante que o planejamento das cidades tenha uma abordagem de gênero? Para Santoro (2008), o olhar de gênero no planejamento do território é capaz de compreender os limites entre o campo pessoal e o campo político, e o público e o doméstico e dessa forma reconhece que a diversidade cultural é um elemento importante para planificação, ou seja, entende que há diferenças entre cada pessoa e qualquer planejamento tem que estar atento às diferenças. Para ela, esse olhar traz uma nova sensibilidade urbana que é capaz de dar voz aos grupos e coletivos historicamente excluídos e trazer visibilidade aos lugares abandonados, para além de se pensar, por exemplo, a necessidade de áreas de lazer para seus filhos e de transporte público de qualidade e com quantidade suficiente que garanta sua presença nos espaços coletivos.

Historicamente as mulheres foram levadas ao ambiente privado, da casa, enquanto os homens ocuparam o ambiente público, do trabalho. De acordo com Santoro (2019), essa forma de ler a cidade, com um pensamento binário de público/privado, moradia/trabalho, muitas vezes utilizada nos dias de hoje, reforça oposições. “A dicotomia entre o público e o privado é uma questão fundamental da teoria feminista, pois essa oposição, socialmente construída, dissimula a submissão das mulheres pelos homens dentro de uma ordem supostamente universal, igualitária e individualista” (MONTEIRO, 2021). Ainda para Santoro (2019), não se deve reforçar o caráter privado do trabalho reprodutivo, feito majoritariamente por mulheres, e o caráter público do trabalho produtivo, visto que, a existência desses binômios, dificulta o debate acerca do planejamento urbano como uma área capaz de articular vários temas transversais, como habitação, lazer, transporte entre outros. “A exclusão das mulheres dos ofícios forneceu as bases necessárias para

a sua fixação no trabalho reprodutivo e para a sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica.” (FEDERICI, 2017, pág. 190)

“O caráter patriarcal, racista e capitalista do planejamento urbano determina a carência de serviços básicos - como creches, hospitais, moradia adequada, parques infantis, áreas verdes -, o que amplia a vulnerabilidade da vida cotidiana das mulheres, em geral responsabilizadas pelo cuidado e pela produção da vida. O planejamento urbano, nesse sentido, pode reforçar a dicotomia entre o público e o privado. A divisão sexual do trabalho e a consequente responsabilização pelos trabalhos reprodutivos complexifica o cotidiano das mulheres em sua relação com o espaço urbano, exigindo o equilíbrio entre as atividades relativas à sua moradia, um espaço privado, e os espaços públicos da cidade. Nas grandes cidades, a mobilidade e a acessibilidade são parâmetros espaciais significativos na construção de autonomia das mulheres, mas atualmente se baseiam no movimento pendular casa-trabalho, que toma como padrão o cotidiano dos homens”. (MONTEIRO, 2021, pag.5)

Quando se trata do patriarcado, convivendo com a dinâmica do capitalismo, reforça cada vez mais as dualidades trabalho-feminino/trabalho-masculino, trabalho-dentro/trabalho-fora, vida-pública/vida-privada e consequentemente, espaços-tempos diferenciados para homens e mulheres (CALIÓ, 1997).

A distinção entre as esferas pública e privada teceu uma trama de gênero na cidade, perpetuando uma narrativa de dominação masculina. Os acadêmicos enfrentaram desafios ao tentar identificar essa presença dominante, o que resultou na marginalização das mulheres que contribuem para a riqueza do espaço urbano. Gradualmente, a cidade passou a ser habitada por uma população padronizada, sujeita a uma perspectiva uniforme e global. A ausência de reconhecimento da cidade como um espaço sujeito à influência do patriarcado impede os estudiosos urbanos de enxergar as experiências das mulheres e a segregação que elas enfrentam no tecido urbano (CALIÓ, s.n.t)

Dentro dos planos diretores das cidades, é possível perceber a valorização da lógica econômica através dos zoneamentos urbanos que separam fisicamente as diferentes atividades da cidade.

Quem desenha e quem planeja, são majoritariamente homens, que muitas vezes desconsideram em seus projetos os espaços onde há moradia como parte integrante da vida diária, para eles, as ruas são o espaço de transição entre a casa e o trabalho. “O zoneamento proposto por eles deixava o local de trabalho e do comércio distantes da zona residencial, desencorajando a participação do homem na vida doméstica diária, demonstrando como o modelo de cidade é sexista advindo do modelo familiar patriarcal” (VIEIRA, 2013 apud SARAIVA, 2017, pag. 6). Quem se prejudica com essa lógica, mais uma vez, são as mulheres, responsáveis por realizar com maior frequência as atividades de reprodução, sejam elas relacionadas à gestão, cuidado da família e do lar, e conseqüentemente separadas das atividades produtivas, que geram valor econômico. No entanto, a cidade não pode ser vista de forma generalista, neutra e universal, pois para cada camada social existem contextos políticos e históricos diferentes.

“A mulher negra e periférica sente a cidade de uma forma totalmente diferente da mulher branca, e essas concepções não podem ser ignoradas quando se analisa as violências sofridas no espaço urbano, porque muitas delas decorrem dessa característica de dominação e hierarquização advindas desde o Brasil escravista e colonial” (PIRES, 2016 apud BELLO; BELEZA, 2019, pag. 744)

Ainda para Bello e Beleza (2019), a formação socioespacial do espaço urbano diz muito sobre quem ocupa aquele determinado espaço e sobre a violência sentida naquele ambiente.

Ao invisibilizar as mulheres nas discussões sobre o espaço urbano, tem-se como resultado cidades que não dialogam com suas necessidades específicas. É comum, que misturada à multidão, a mulher tenha a falsa sensação de igualdade de uso, de acessibilidade aos espaços públicos e de mobilidade urbana (CALIÓ, s.n.t). Homens e mulheres apresentam necessidades distintas quando se trata, por exemplo, do deslocamento. Enquanto normalmente os homens têm um único propósito - casa, trabalho - as mulheres têm diversos destinos, o que gera uma maior dificuldade de organização. No entanto, no momento do planejamento, o trajeto mais considerado é o mais realizado, de casa para o trabalho e vice-versa (ANDRADE, 2018). As diferenças são consequência da organização social das funções de gênero e resultam do acesso desigual de homens e mulheres a recursos econômicos e temporais - elas têm mais responsabilidades domésticas e menos acesso à renda (TURNER; GRIECO, 2006 apud ANDRADE, 2018).

CAPÍTULO 03

ESTUDO DE CASO

A COMUNIDADE ARATU

**"Eles dizem que é amor.
Nós dizemos que é trabalho não remunerado.
Eles chamam de frigidez.
Nós chamamos de absenteísmo.
Todo aborto é um acidente de trabalho.
Tanto a homossexualidade quanto a
heterossexualidade são condições de
trabalho... Mas a homossexualidade
é o controle da produção pelos
trabalhadores, não o fim do trabalho.
Mais sorrisos? Mais dinheiro. Nada será
tão poderoso em destruir as virtudes
de cura de um sorriso. Neuroses, suicídios
dessexualização: doenças ocupacionais
da dona de casa"**

(O ponto zero da revolução, Silvia Federici, 2019, pag.40)

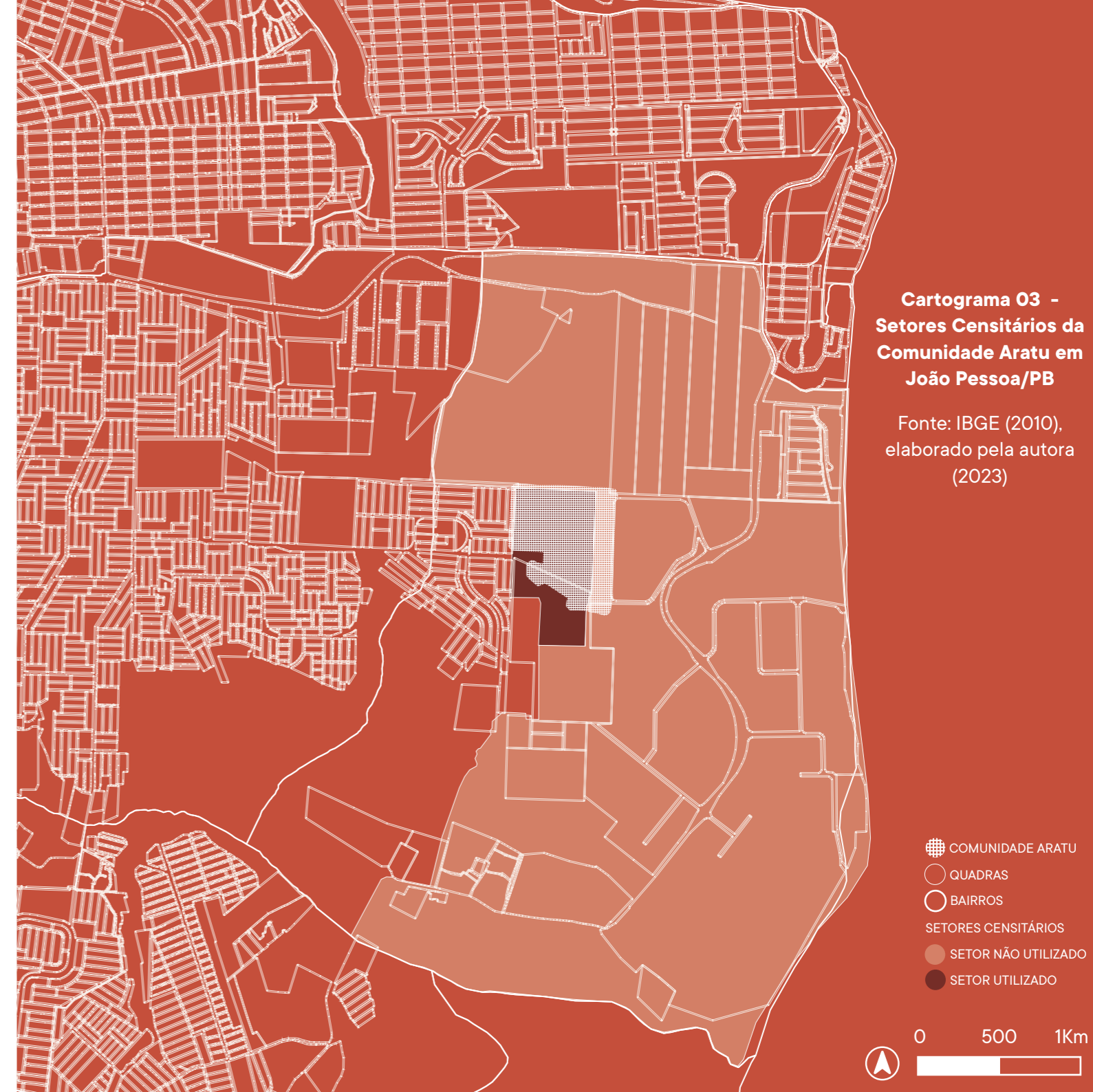
1. QUEM SÃO AS MULHERES DE ARATU?

Para compreender melhor quem são as mulheres de Aratu, foram realizados alguns encontros e atividades com algumas moradoras da comunidade. Pela proximidade do dia internacional da mulher, no dia da primeira visita, 13 de abril de 2023, estava acontecendo uma ação de autocuidado, em que elas foram convidadas a conhecer um pouco mais sobre as terapias holísticas, através do esalda pés e óleos essenciais. Em diversos momentos durante essa ação e durante outras visitas, foi reforçado pelas mulheres presentes o quanto este tipo de atividade era importante, pois, para elas, a rotina diária de dona de casa é muito cansativa. Esse primeiro contato foi mais de escuta, apenas para conhecê-las e apresentar o trabalho, contá-las um pouco sobre a motivação da pesquisa e a justificativa das próximas visitas. As mulheres que estavam presentes se mostraram muito receptivas e dispostas a responderem perguntas e participar das atividades propostas. Um ponto importante a se destacar, que diz muito sobre o perfil das mulheres moradoras de Aratu, é o turno de realização dos encontros. De acordo com Janaína, líder comunitária, como a maioria das mulheres que participam das atividades são mães e donas de casa, o turno da manhã, para elas, se torna inviável devido às atividades domésticas como: fazer almoço, levar as crianças para escola, cuidar da casa, entre outras. Por isso, deu-se preferência para que qualquer atividade fosse realizada no turno da tarde. O segundo encontro na comunidade foi para a realização da oficina e o terceiro para a realização das entrevistas. As entrevistas aconteceram no clube de mães, visto que no dia marcado, algumas mulheres já estariam reunidas no local para a organização e distribuição de uma ação que é parte de um projeto organizado pela Arquidiocese de João Pessoa de entrega de leite e pão para os moradores de diversas comunidades. Na comunidade Aratu foi organizado um sistema de cadastro entre eles, para que, quem pudesse, contribuísse com o valor de cinco reais para ajudar no pagamento do transporte que vai buscar os pães e o leite. Nesta pesquisa foram entrevistadas quatro moradoras de Aratu. Joana, Silvia, Carla e Adriana. Seus nomes verdadeiros foram trocados para preservar suas identidades. Durante todo o processo em que foram necessárias visitas à comunidade, foi possível conhecer quem são as mulheres de Aratu. E são várias. No entanto, desde o primeiro contato na sede do Clube de Mães, que também é a casa de Janaína Cardoso (o nome de Janaína vai ser mantido nessa pesquisa por autorização dela e por se tratar de uma pessoa muito importante e presente no desenvolvimento deste

trabalho), foi possível perceber um forte laço em comum entre elas: uma trajetória de muita luta envolvendo o direito à moradia.

Mas afinal, quem são as mulheres de Aratu?

De acordo com os dados do IBGE, dois setores censitários abarcam o perímetro da comunidade Aratu, no entanto, um deles corresponde a grandes áreas verdes. Para não correr o risco das informações serem influenciadas por esse setor e não corresponder ao universo da comunidade, as análises a seguir foram feitas levando em consideração apenas um deles, o que abrange a maior parte da área da comunidade, como mostra o cartograma 3. Por isso, é importante reforçar que os dados apresentados não correspondem inteiramente à comunidade, trata-se de uma aproximação (IBGE, 2010).



Antes de tudo, é importante frisar que a Comunidade Aratu é uma comunidade composta majoritariamente por mulheres. De acordo com o IBGE (2010), 66,41% dos moradores são do sexo feminino entre 0 e 94 anos.

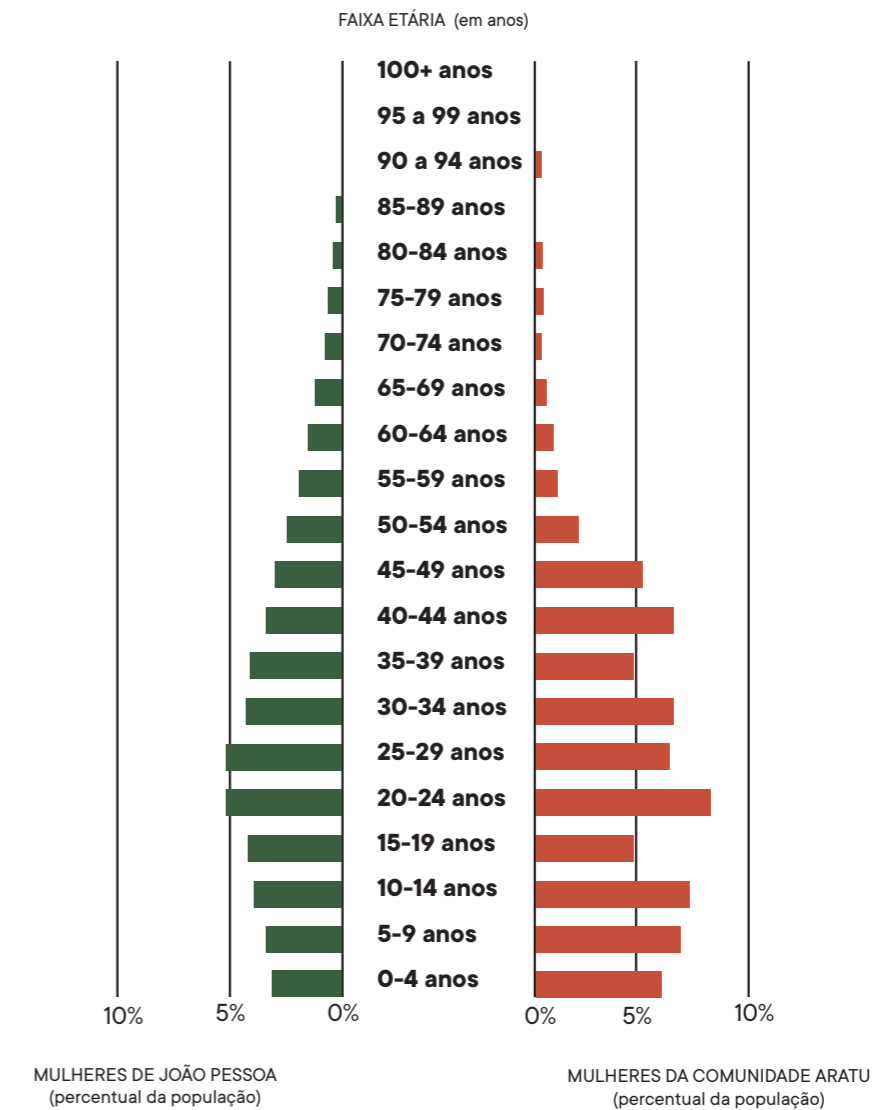
Analisando as pirâmides etárias (Figura 03) das mulheres de João Pessoa como um todo comparada com as mulheres da Comunidade Aratu, é possível perceber que a base da pirâmide da comunidade é mais larga comparada com a da cidade, o que significa que Aratu é uma comunidade com mais mulheres jovens e adultas e que a expectativa de vida delas é menor do que a média da cidade. Percebe-se que a partir dos 50 anos, o topo da pirâmide vai afinando. Não se sabe ao certo o motivo pela queda considerável nas porcentagens das idades 15-19 e 35-39 anos.

Fotografia 02 - Diferentes faixas etárias na Comunidade Aratu



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

Figura 03 - Pirâmide etária das mulheres de João Pessoa e das mulheres da Comunidade Aratu

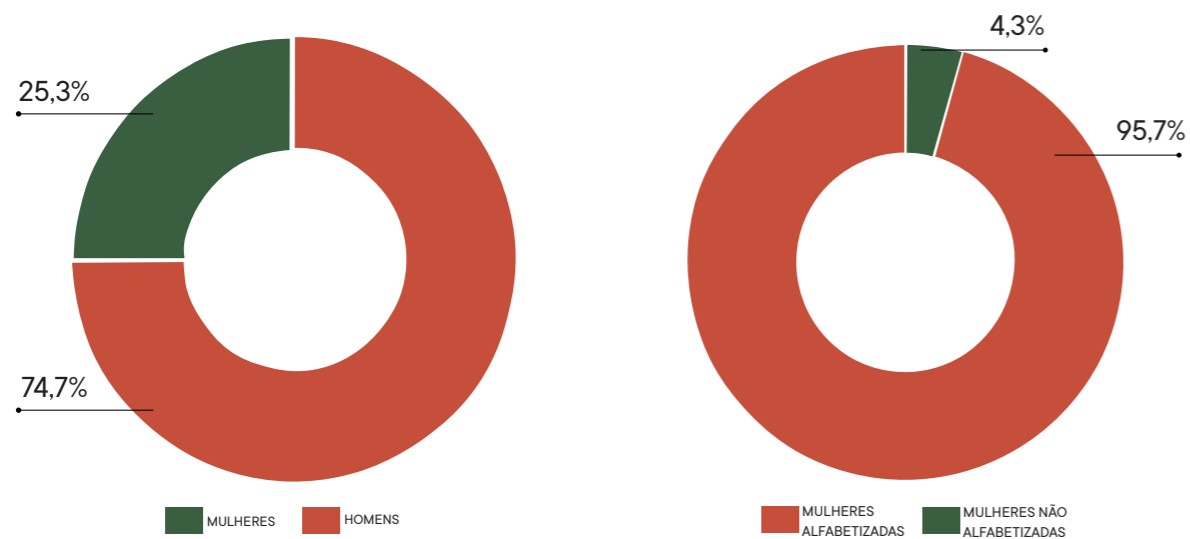


Fonte: IBGE (2010), elaborado pela autora (2023)

Apenas 25,3% do universo de pessoas a partir de 10 anos responsáveis por domicílios, são mulheres (Gráfico 01), e dessas, mais da metade (cerca de 60%) possuem entre 25 e 44 anos de idade. Quase todas as mulheres responsáveis por seus domicílios são alfabetizadas, cerca de 95,7% (gráfico 2). Para o IBGE, o conceito de responsável por domicílio se refere à pessoa que é reconhecida pelos demais moradores como a referência, ou como é popularmente conhecido, o “chefe da casa”. Ainda é muito comum encontrar famílias que enxergam o homem como a figura de chefe da casa. Essa percepção da figura masculina como o “responsável” do domicílio é fruto de uma estrutura que permitiu apenas aos homens o trabalho fora de casa se tornando assim o provedor. A posse da terra e da casa nas mãos deles é capaz de manter antigas formas de dominação dos homens sobre as mulheres.

Gráfico 01 - Pessoas a partir de 10 anos de idade responsáveis pelo domicílio na Comunidade Aratu

Gráfico 02 - Mulheres a partir de 10 anos de idade responsáveis pelo domicílio e alfabetizadas na Comunidade Aratu



Fonte: IBGE (2010), elaborado pela autora (2023)

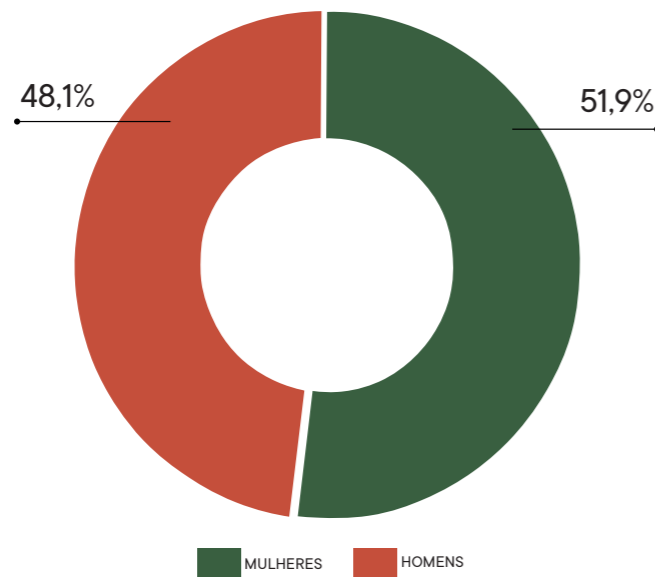
Entre 2000 e 2010, houve uma notável expansão do sistema educacional brasileiro, resultando em um aumento significativo na participação de meninos e meninas na escola, essencialmente tornando o acesso à educação praticamente universal para aqueles com idades entre 6 e 14 anos. O maior avanço ocorreu entre as crianças com idades entre 4 e 5 anos, cuja taxa de matrícula na escola cresceu de 51,4% em 2000 para impressionantes 80,1% em 2010. Em contrapartida, a participação dos jovens de 15 a 17 anos na escola aumentou apenas modestos 5,6 pontos percentuais ao longo da década, passando de 77,7% para 83,3%. A maior diferença percentual por sexo surge quando olhamos para conclusão do superior completo, em que a proporção de mulheres que completaram a graduação é 25% superior à dos homens. A proporção de mulheres sem instrução e fundamental incompleto é 28,7% maior na Região Nordeste, se comparada com a da Região Sudeste, e 34,6% superior entre as mulheres de cor ou raça preta ou parda versus mulheres brancas. (IBGE, 2014)

Um estudo realizado para o Dossiê Mulheres Negras - Retrato das condições de vida das mulheres negras no mercado de trabalho, analisou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, dos anos 1995 até 2009, com exceção do ano 2000 que não foi realizado, mostra que as mulheres, como um todo, experimentaram uma notável taxa de crescimento nas faixas de escolaridade mais elevada. Esse padrão de crescimento também foi observado entre as mulheres negras. No entanto, ao examinarmos os níveis alcançados pelas mulheres negras em 2009, torna-se evidente que somente agora elas conseguiram atingir, nas faixas de ensino mais avançado, níveis de educação próximos aos que as mulheres brancas possuíam em 1995. As desigualdades iniciais entre as mulheres negras e brancas eram tão substanciais que, mesmo com um progresso significativo ao longo do período em questão, as mulheres negras ainda permanecem consideravelmente distantes do perfil das mulheres brancas que ocupam posições mais escolarizadas. (LIMA, M; RIOS, F; FRANÇA, D, 2013)

Na comunidade Aratu, 51,85% das pessoas alfabetizadas com mais de cinco anos de idade na área estudada, são mulheres (Gráfico 03) e quase metade delas, cerca de 42%, possuem entre 20 e 34 anos. A partir de 45 anos essa porcentagem vai diminuindo consideravelmente, chegando a totalizar pouco mais de 1% de mulheres alfabetizadas acima de 65 anos. Essa queda no número

de mulheres alfabetizadas a partir dos 60 anos de idade dá-se bastante pelo contexto da época. Até meados do século XX, a educação da maioria da população brasileira, que até então era predominantemente rural, não era preocupação do Estado. Só a partir das décadas de 50-60 que a educação rural passa a ser levada a sério, como produto dos movimentos de industrialização e urbanização, que passa a ser importante alfabetizar e escolarizar o campo, porque agora a cidade exige (FERRARO, 2012). João Pessoa, assim como as demais capitais brasileiras, teve seu “boom” da expansão urbana acompanhando o processo de urbanização da década de 50 pelo qual o Brasil passava. É importante perceber que alfabetizar o campo se deu pela necessidade de trabalhadores para as novas funções de operários das indústrias. Esse papel não coube às mulheres, que foram deixadas de lado e levadas à função de dona de casa. Vale destacar também, que de maneira geral, segundo o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), o nível educacional feminino é mais alto que o masculino quando comparados grupos mais jovens, o que evidencia avanço na escolarização feminina.

Gráfico 03 - Pessoas a partir de 5 anos de idade alfabetizadas na Comunidade Aratu



Fonte: IBGE (2010), elaborado pela autora (2023)

Apesar da superioridade escolar feminina como já foi citado, os resultados no cenário de trabalho não favorecem o sexo feminino. As áreas de formação mais comuns entre mulheres com 25 anos ou mais, ou seja, Educação, Humanidade e Artes, são justamente aquelas que registram os menores rendimentos médios mensais entre os trabalhadores. A busca pela autonomia é um passo crucial na redução das desigualdades de gênero que permeiam diversas esferas da sociedade brasileira. Autonomia significa que as mulheres têm o poder de tomar decisões sobre suas vidas e corpos, o que implica na quebra das históricas relações de submissão e exploração e dependência. Entre 2000 e 2010, houve um aumento notável na participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, embora as discrepâncias em relação aos homens persistam. Além disso, existem diferenças significativas entre grupos específicos de mulheres, como as brancas e as de cor ou raça preta ou parda. Embora o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tenha sido generalizado, o ritmo variou de acordo com as características específicas. É importante destacar que as taxas de participação entre mulheres jovens e as de cor ou raça preta ou parda apresentaram padrões distintos em relação aos demais grupos, o que ressalta a necessidade de políticas específicas voltadas para a promoção da autonomia dessas mulheres (IBGE, 2014).

“Se para as mulheres brancas das classes médias, um ponto importante para autonomia é sua inserção no trabalho remunerado, demandando políticas de ativação; para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos. As demandas são, por conseguinte, diferenciadas.” (SILVA, 2013, pag.110)

Em relação à renda nominal mensal, que de acordo com o IBGE, é o rendimento bruto médio recebido no mês de referência, em todos os trabalhos que a pessoa teve, os dados são preocupantes. Na comunidade Aratu, 52,24% das mulheres com 10 anos ou mais com ou sem rendimento, não possuem renda e 36,73% recebem até 1 salário mínimo (Gráfico 04). E por quê se torna preocupante? Infelizmente a renda ainda é um fator que as prendem dentro de relacionamentos violentos. As desvantagens econômicas na geração de renda, resultantes da divisão sexual do trabalho, reduzem a capacidade das mulheres investirem na construção ou nas melhorias de suas casas, enfraquecendo a percepção que a mulher tem em relação à propriedade.

Para além disso, a renda é um fator que muitas vezes as impede de sair de casa por não terem condições de sustentar a si e ao(s) filho(s). As razões que mantêm as mulheres afastadas do mercado de trabalho são inúmeras e estão profundamente entrelaçadas com uma série de fatores, destacando-se a pressão para conformar-se às expectativas socioculturais, a limitação de oportunidades educacionais e a imposição de responsabilidades domésticas. Além disso, as disparidades de gênero também se refletem nas atividades não remuneradas. É preciso que haja formas de garantir para essas mulheres seus direitos econômicos, sociais e culturais a longo prazo.

Para compreender melhor os resultados das discriminações de gênero na distribuição de renda, é possível decompor a renda total e identificar os principais pontos de reprodução dessas desigualdades. Por sua vez, a análise sobre desigualdade racial, que se pronuncia com clareza nos dados sobre pobreza, igualmente se beneficia de exames desta natureza. De fato, as disparidades raciais e de gênero contribuem para a formação de uma hierarquia no mercado de trabalho, que persiste mesmo entre grupos com níveis educacionais semelhantes, teoricamente considerados um fator primordial para uma posição mais favorável no cenário profissional. As mulheres têm menos participação no mercado de trabalho e são mais acometidas pelo desemprego (SILVA, 2013).

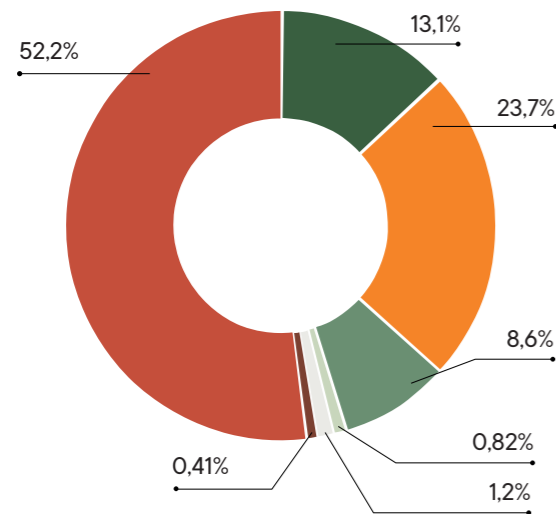


Gráfico 04 - Rendimento nominal mensal das mulheres a partir de 10 anos de idade da Comunidade Aratu
Fonte: IBGE (2010), elaborado pela autora (2023)



Do total de pessoas residentes na área, 54,61% das mulheres se autodeclararam pardas e 37,23% brancas (Gráfico 05). Ainda tiveram as que se declararam amarelas e pretas, mas nenhuma indígena. Desse percentual, cai pouco o número de mulheres por cor ou raça alfabetizadas. Das mulheres que se autodeclararam pardas, 52,48% são alfabetizadas e 34,75% das que se autodeclararam brancas.

Durante os encontros com as moradoras, em nenhum momento houve alguma autodeclaração em relação à raça ou a cor, e por isso, não é possível apresentar uma análise profunda de interseccionalidades. No entanto, é entendido que a população de mulheres negras (pardos e pretos) é maioria (61%) dentro da comunidade.

Uma questão significativa sobre mulheres e periferia, são as diversas formas de segregação espacial. A sociedade naturalizou o lugar das mulheres negras e pobres que habitam nessas áreas. Como se fosse normal que houvesse essa associação. Esta visão do lugar dos corpos dessas mulheres marca profundamente sua própria noção de direitos e a visão da possibilidade de uma cidade que considere suas necessidades e desejos. (TAVARES, 2015)

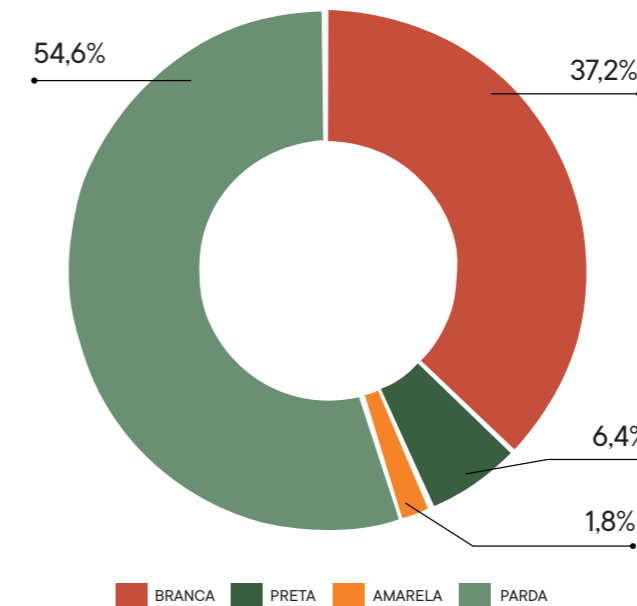


Gráfico 05 - Cor ou raça das mulheres a partir de 5 anos de idade da Comunidade Aratu
Fonte: IBGE (2010), elaborado pela autora (2023)

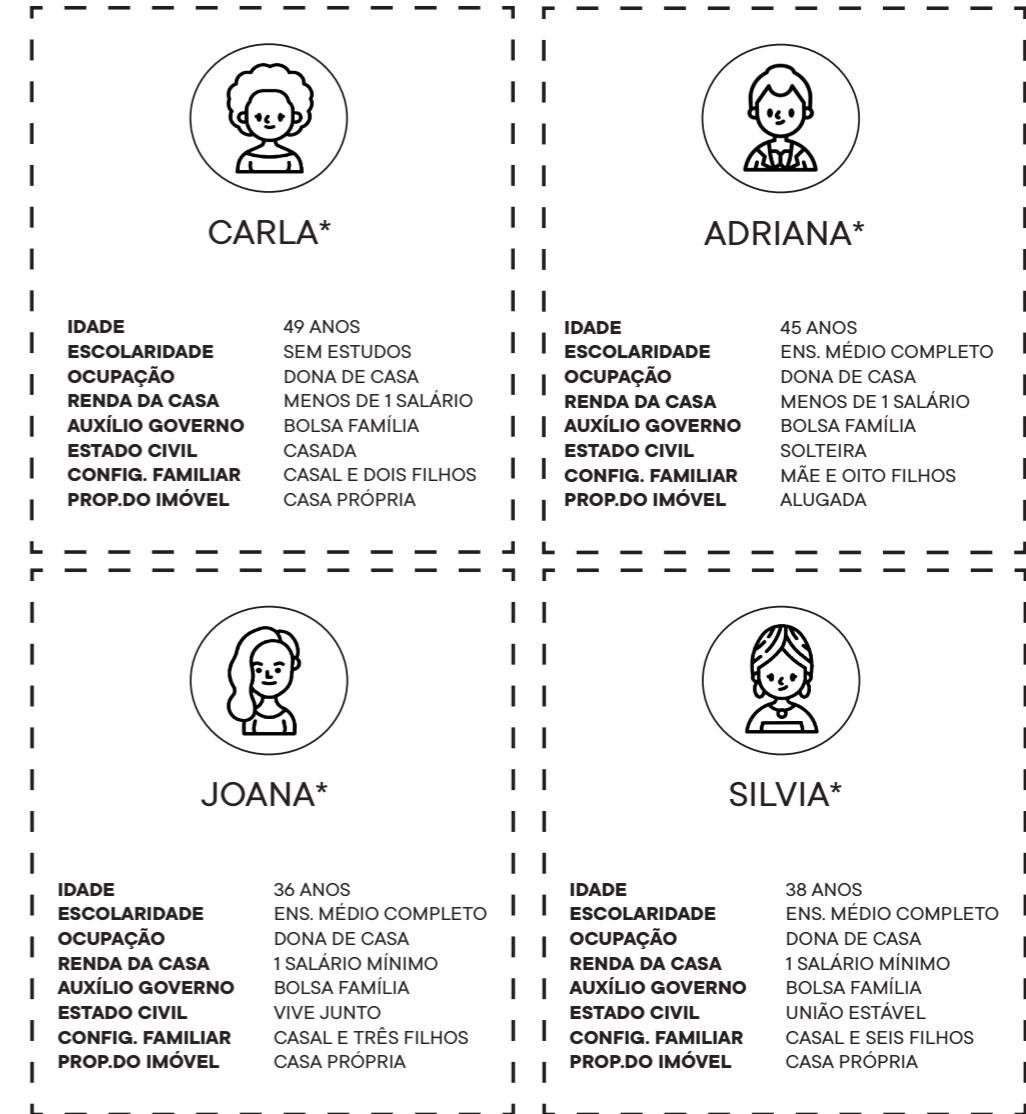
Após três encontros na Comunidade Aratu, no Clube de Mães, sendo eles uma entrevista, foi possível traçar o perfil de suas moradoras (Figura 04). São mulheres donas de casa, com idades entre 30 e 40 anos, com filhos para criar, que recebem no máximo um salário mínimo e com baixa ou nenhuma escolaridade. Esses dados coletados não diferem dos resultados identificados no censo de 2010, como foi apresentado acima. Sendo assim, foi possível conseguir uma amostragem que reflete o perfil das mulheres que residem na comunidade, acreditando assim, que os relatos apresentados refletem a realidade das mulheres de Aratu.

Fotografia 03 - Mulheres da Comunidade Aratu em reunião no Clube de Mães



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

Figura 04 - Perfis das moradoras entrevistadas da Comunidade Aratu



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

*Todos os nomes foram trocados durante trabalho a fim de preservar a identidade das entrevistadas

2. FORMAÇÃO DA COMUNIDADE ARATU

A história de Aratu se envolve com a história das lutas das mulheres da comunidade. Durante as entrevistas nenhuma das moradoras foi capaz de relatar como se deu o processo de formação ao certo. O que se sabe, de acordo com uma das entrevistadas, é que a comunidade é fruto da ocupação de famílias que iam visitar seus parentes em uma penitenciária próxima, por volta de vinte e três anos atrás. Todas elas moram há menos de dez anos na comunidade. Através das entrevistas foi possível perceber que esse resgate histórico do início da comunidade não faz parte do dia-a-dia delas, no entanto, o discurso de como a comunidade tem melhorado ao longo desses últimos anos é muito forte, todas elas reconhecem os avanços, mesmo que demorados.

Quando perguntada sobre como era a comunidade quando ela chegou e as maiores diferenças encontradas atualmente, Joana relatou:

“A rua que eu moro mal tinha casa, eram mais os terrenos divididos, parecia um sítio mesmo, casinha de interior, sem poste, sem iluminação, era bem precária a situação. “Hoje em dia temos energia, que a energisa passou, temos iluminação pública, a energia a gente paga então não é mais os cabos que a gente puxava energia clandestina e acontecia da gente perder muito eletrodomésticos porque queimava por causa das quedas de energia, ficávamos muito tempo sem energia, aí as coisas na geladeira estragava. Eu já perdi ventilador, televisão, geladeira, tudo nesse processo das quedas de energia, porque a energia não era regularizada. Com o passar do desenvolvimento da comunidade a gente começou a ter um pouco mais de atendimento melhor na UBS, porque eles começaram a cobrir essa área porque era uma dificuldade muito grande no início pra gente ser atendido, melhorou também a questão da coleta de lixo que não tinha e hoje tem, então melhorou bastante essa situação assim.” (Joana, moradora da comunidade Aratu, em entrevista no dia 29 de agosto de 2023)

Aratu é muito conhecida na cidade por causa de sua articulação política e envolvimento nas lutas pelo direito à moradia e direito à cidade. Muitos desses avanços que elas são capazes de reconhecer na história recente da comunidade, é fruto do poder de articulação e que muitas

vezes nem elas sabem que fazem parte disso. De acordo com SARAIVA (2016), as representações de bairro podem ser definidas como:

“espaços políticos de ativismo e representação dos bairros e/ou das comunidades em escala intraurbana, que atuam na busca de soluções e melhorias para a população residente, bem como canal de diálogo entre os moradores e o poder público municipal mediante os problemas que o bairro possa a ter e suas respectivas limitações na chamada luta institucional”. (SARAIVA, 2016 apud TSUYUGUCHI, 2022, pag. 34)

A primeira coisa que chamou atenção em Aratu, foi a força do clube de mães e como elas são capazes de manter e promover tantas ações dentro da comunidade. Os clubes de mães, antes de tudo, é um espaço de acolhimento, onde elas podem dividir as dores e compartilhar as alegrias. Cumprem um papel de formação e cuidado que deveria ser do Estado. A ausência de políticas públicas efetivas para o cuidado com essas mulheres, na maioria das vezes mães, tornou necessária a formação desses grupos. Assim, se tornam ferramentas de valorização da mulher através de atividades coletivas, capacitando-as a reivindicar seus direitos junto ao poder público, com o objetivo de alcançar uma melhoria habitacional para a comunidade, como o acesso a equipamentos de educação e saúde (SARAIVA, 2016 apud TSUYUGUCHI, 2022). Em Aratu, é uma solução alternativa e solidária diante das ausências e precariedades que desafiam o cotidiano das moradoras. Diante das lacunas deixadas pelo serviço público ou condições socioeconômicas adversas, elas optaram por unir forças. Essa iniciativa não apenas preenche as ausências deixadas pelas deficiências estruturais, mas também fortalece os laços comunitários, oferecendo suporte mútuo e oportunidades para superar adversidades. É um exemplo prático de empoderamento comunitário, onde elas não apenas enfrentam desafios juntas, mas também colaboram proativamente para construir uma rede de apoio que beneficia a todos.

Durante as conversas, algumas moradoras contaram que parte da evolução recente de Aratu se deu por conta de Dubai. Dubai era uma comunidade também fruto de ocupação, localizada no bairro Mangabeira, que fica no entorno do bairro Costa do Sol, e que mais de 400 famílias sofreram um processo de despejo em novembro de 2021. Todo esse processo é relatado de forma muito dura, que chega a comover quem é de fora e escuta. Durante todo o tempo, o papel da mídia foi de criminalizar a ocupação. Além de alegarem crime ambiental, por estar localizada

em uma área de preservação, alegam que era uma área dominada pelo tráfico de drogas e lugar onde os bandidos se escondiam. Mas não é isso que as antigas moradoras de Dubai contam. No primeiro encontro, muitas das mulheres presentes vieram de lá. Para elas, morar em Dubai era perfeito. “Ninguém nunca promoveu um debate, uma conversa sobre a comunidade, lá a gente era feliz demais, ninguém nunca passou necessidade, ninguém nunca passou fome”, relatou uma delas. O despejo foi muito violento, elas contaram que os policiais chegaram de madrugada quebrando tudo e que para muitas só deu tempo de salvar os filhos. Documentos, roupas, eletrodomésticos, tudo ficou para trás. Pela proximidade das áreas, Aratu foi a comunidade escolhida para muitas dessas famílias irem morar. Não fazia sentido para elas, irem para muito distante, sendo que suas vidas estavam ali perto. Por isso, muitas moradoras falam que Dubai foi incorporada a Aratu, e que assim, a “população da comunidade”, como elas dizem, cresceu muito nesses últimos dois anos. O pouco que a prefeitura municipal fez foi cadastrar algumas famílias para receber um auxílio aluguel para terem onde morar. Em julho deste ano, o governo estadual junto com a prefeitura assinaram uma ordem de serviço para construção de um conjunto habitacional destinado aos antigos moradores de Dubai, no bairro Gramame, e que promete ter escola, creche, horta e equipamentos para idosos e crianças.

Diante da falta de relatos de como se deu o processo de formação da comunidade de vinte e três anos atrás até hoje, serão analisadas algumas imagens satélite retiradas do programa Google Earth Pro. Será analisado o recorte que hoje é definido como Comunidade Aratu pela definição dos Aglomerados Subnormais de 2019 do IBGE e seu entorno imediato.

A imagem de satélite mais antiga da área, a partir dos anos 2000, é a de outubro de 2005. A partir dela é possível perceber que nesse ano, a área onde hoje é delimitada como a Comunidade Aratu era apenas uma grande massa vegetal. À oeste da delimitação, percebe-se um conjunto de casas construído de maneira ordenada, com a maioria de suas ruas e quadras desenhadas de forma regular. Entre 2005 e 2011 não foram percebidas muitas alterações na área, apenas um começo muito singelo de ocupação, com pouquíssimas casas sendo construídas ao sul da delimitação. É a partir de 2013 que começa-se a perceber visualmente o aumento da ocupação, principalmente mais ao centro. São casas inicialmente construídas distantes umas das outras e

de forma muito espontânea. Percebe-se também que agora algumas ruas começam a ser traçadas dentro da área, que aparenta seguir um caminho natural de possíveis trajetos que estavam sendo realizados, ligando o que parecem ser as ruas “principais” daquele entorno, que são ruas previamente existentes, provavelmente fruto do desmatamento de uma parte da mata vegetal. O conjunto ao lado também continua expandindo. Em 2014 fica nítida a diminuição considerável da massa vegetal e o aumento no número de casas. A partir de 2015 observa-se o início da expansão para o norte da delimitação, mas é a partir de 2017 que fica mais evidente. A imagem satélite mais recente é de novembro de 2022, um ano atrás, e que pode-se considerar a situação atual da comunidade. É uma área bem adensada, com casas construídas muito próximas, de forma natural e espontânea, com poucas áreas livres e com ruas traçadas de forma irregular.

Fotografia 04 - Banner do clube de mães da Comunidade Aratu



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

EVOLUÇÃO OCUPACIONAL

COMUNIDADE ARATU



Figura 05:
ARATU EM OUTUBRO DE 2005
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023



Figura 06:
ARATU EM SETEMBRO DE 2011
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023



Figura 07:
ARATU EM DEZEMBRO DE 2013
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023



Figura 08:
ARATU EM AGOSTO DE 2014
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023



Figura 09:
ARATU EM ABRIL DE 2015
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023



Figura 10:
ARATU EM NOVEMBRO DE 2016
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023



Figura 11:
ARATU EM AGOSTO DE 2017
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023



Figura 12:
ARATU EM JANEIRO DE 2018
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023

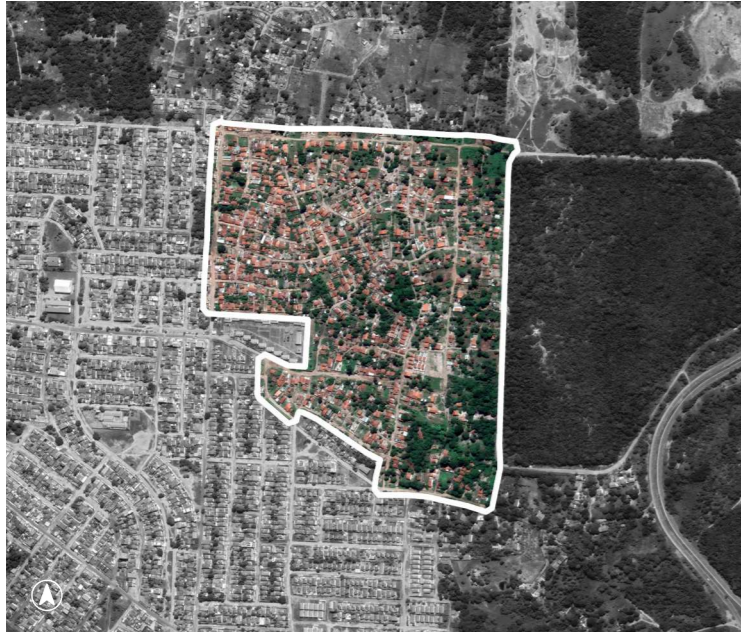


Figura 13:
ARATU EM JUNHO DE 2019
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023

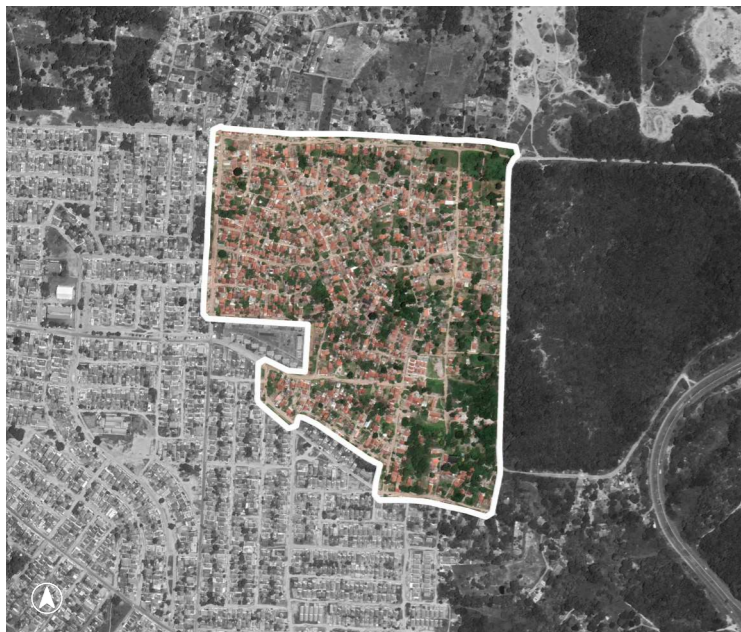


Figura 14:
ARATU EM AGOSTO DE 2020
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023



Figura 15:
ARATU EM DEZEMBRO DE 2021
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023

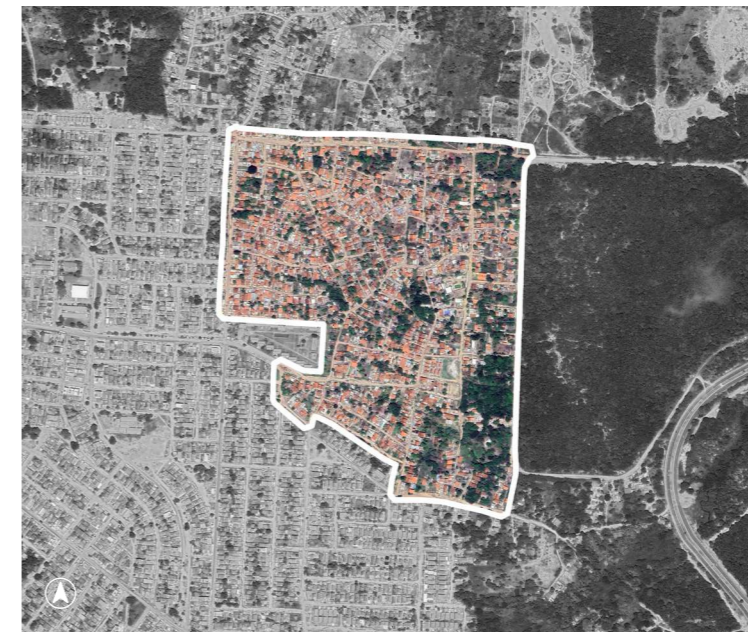


Figura 16:
ARATU EM NOVEMBRO DE 2022
Fonte: Adaptado do Google Earth Pro, 2023

Compreender a história atual da comunidade, também é entender o que para elas pertence à comunidade Aratu, visto que a mesma foi crescendo de forma espontânea ao longo dos anos. Um dos objetivos da oficina de mapeamento colaborativo realizada no dia 15 de junho de 2023, era identificar, com as moradoras, qual a verdadeira delimitação de Aratu. Para isso, foi preparado um material que fosse de fácil compreensão e manuseio, que consistia em: uma maquete com a representação das curvas de nível do recorte da área, a imagem satélite da área, os nomes das ruas e o corpo d'água presente no local. A área levada em consideração na construção da maquete foi um pouco maior do que a delimitação definida pelo IBGE 2019 (Cartograma 01), para que fosse possível realizar a delimitação com as próprias moradoras, visto que, pode acontecer das delimitações dos territórios produzidas através do georreferenciamento com base nas fontes de dados disponibilizadas não possuam fronteiras que representem suas verdadeiras delimitações.

A maioria dos dados são de fontes governamentais que levam em consideração na maioria das vezes questões morfológicas e são dados que não são atualizados com certa frequência, enquanto a delimitação feita pela própria comunidade leva em consideração muito do sentimento de pertencimento construído pelos moradores ao longo dos anos. Sentir-se pertencendo a algum lugar também está relacionado à identidade social e a mecanismos de proteção que fazem com que as pessoas se sintam acolhidas. Em contrapartida, a demarcação estabelecida pela comunidade leva em consideração em grande medida o senso de pertencimento desenvolvido pelos residentes ao longo do tempo. Esse sentimento de pertencer a um local está intrinsecamente ligado à identidade social e aos mecanismos de segurança que promovem a sensação de acolhimento nas pessoas. Foi explicado para as moradoras presentes como a maquete estava estruturada, onde estavam naquele momento (Clube de Mães), além do objetivo de delimitar e caracterizar o espaço. Essa delimitação do perímetro foi sendo feita com uma linha vermelha para que elas pudessem visualizar o resultado e irem reafirmando o perímetro estabelecido, como mostrado na Fotografia 04. Analisando o Cartograma 04, que apresenta o resultado da delimitação realizada pelas moradoras da comunidade, é possível perceber uma diferença significativa, principalmente em relação à extensão. Pela delimitação traçada por elas, a comunidade Aratu está maior do que o que foi definido pelo IBGE em 2019, o que já era de se esperar, visto que muitos anos se passaram e a tendência das áreas periféricas é de crescimento.



Fotografia 05 - Processo de delimitação da Comunidade Aratu realizado durante a oficina



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

3. INFRAESTRUTURA URBANA

A moradia deve estar conectada às redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica. No entanto, somente a existência não é suficiente. A cartilha “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?” (ROLNIK, 2011) mostra que o pleno funcionamento destes serviços é fundamental para fazer valer o direito das mulheres à moradia adequada, visto que elas são mais afetadas que os homens pois são elas que dedicam mais tempo às tarefas domésticas e sua falta significa a redução do tempo disponível para a realização de outras atividades além de causas desgaste físico, quando, por exemplo, em comunidades que faltam água, são as mulheres que caminham diariamente com baldes e latas.

A análise a seguir, juntamente com o tópico 4, será realizada utilizando resultados de três metodologias que foram aplicadas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. A primeira delas é a análise de dados de fontes governamentais, como a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Nesse caso, será analisado o Relatório Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário, produzido em Outubro de 2021, como fase II do processo de revisão do plano diretor de João Pessoa, que é a fonte de dados mais recente acerca da infraestrutura urbana municipal, para além de dados do IBGE e do INEP. A segunda é a oficina de mapeamento colaborativo realizada no dia 15 de junho de 2023 que contou com a presença de cerca de vinte moradoras e a terceira foram as entrevistas realizadas com quatro moradoras no dia 29 de agosto de 2023.

Como já mencionado, para a oficina foi preparado um material que fosse de fácil compreensão e manuseio, que consistia em: uma maquete com a representação das curvas de nível do recorte da área, a imagem satélite da área, os nomes das ruas e o corpo d’água presente no local. Para a caracterização da área, foram elaboradas etiquetas referentes às variáveis de risco e vulnerabilidade apresentados no Quadro 1 da metodologia, para serem espacializadas pelas participantes (Fotografia 05). As etiquetas possuíam as seguintes descrições: i) falta de água, ii) sem esgotamento sanitário, iii) episódios de alagamento, iv) falta de iluminação, v) rua sem pavimentação, vi) sem ponto de ônibus, vii) sem coleta de lixo, viii) episódios de escorregamento. Foram também elaboradas outras etiquetas, de cores diferentes, para que elas marcassem onde

gostariam que houvesse uma UBS ou posto de saúde, uma escola ou creche e uma área de lazer, visto que no primeiro contato com elas, foi sinalizado a inexistência desses equipamentos na comunidade. Todo o processo da oficina foi registrado através de fotos e gravação de áudio com a permissão de todas as moradoras presentes e com o auxílio de Carolina Tsuyuguchi, pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles - núcleo Paraíba.

Fotografia 06 - Espacialização das etiquetas com as variáveis de vulnerabilidade e precariedade



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

3.1 Abastecimento de água e esgotamento sanitário

Os serviços de abastecimento de água potável em João Pessoa são realizados pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba) e são responsáveis pela captação, tratamento e distribuição da água, assim como coleta e tratamento do esgoto. De acordo com o diagnóstico para revisão do plano diretor da cidade, o maior problema identificado na cidade em relação ao abastecimento de água é a perda durante a distribuição, que em 2019 chegava a mais de 32%.

O cartograma 05 apresenta uma síntese do mapa da infraestrutura de água e esgotamento sanitário de João Pessoa produzido para o diagnóstico da revisão do plano diretor (anexo 03), com o recorte de 1km do entorno da Comunidade Aratu. É possível perceber que a comunidade em si não é abastecida com redes de esgoto, enquanto a parte construída e habitada do seu entorno, é. Esse fato foi confirmado pelas moradoras durante a entrevista. Sendo assim, por não possuir esgotamento sanitário, a solução encontrada pela comunidade foi a construção de fossas, que estão presentes em todas as casas. Quando questionadas acerca das dificuldades geradas pela falta de esgotamento sanitário, todas elas afirmaram que consideram inexistente, pois as fossas das casas delas “*foram bem feitas e dão conta*”.

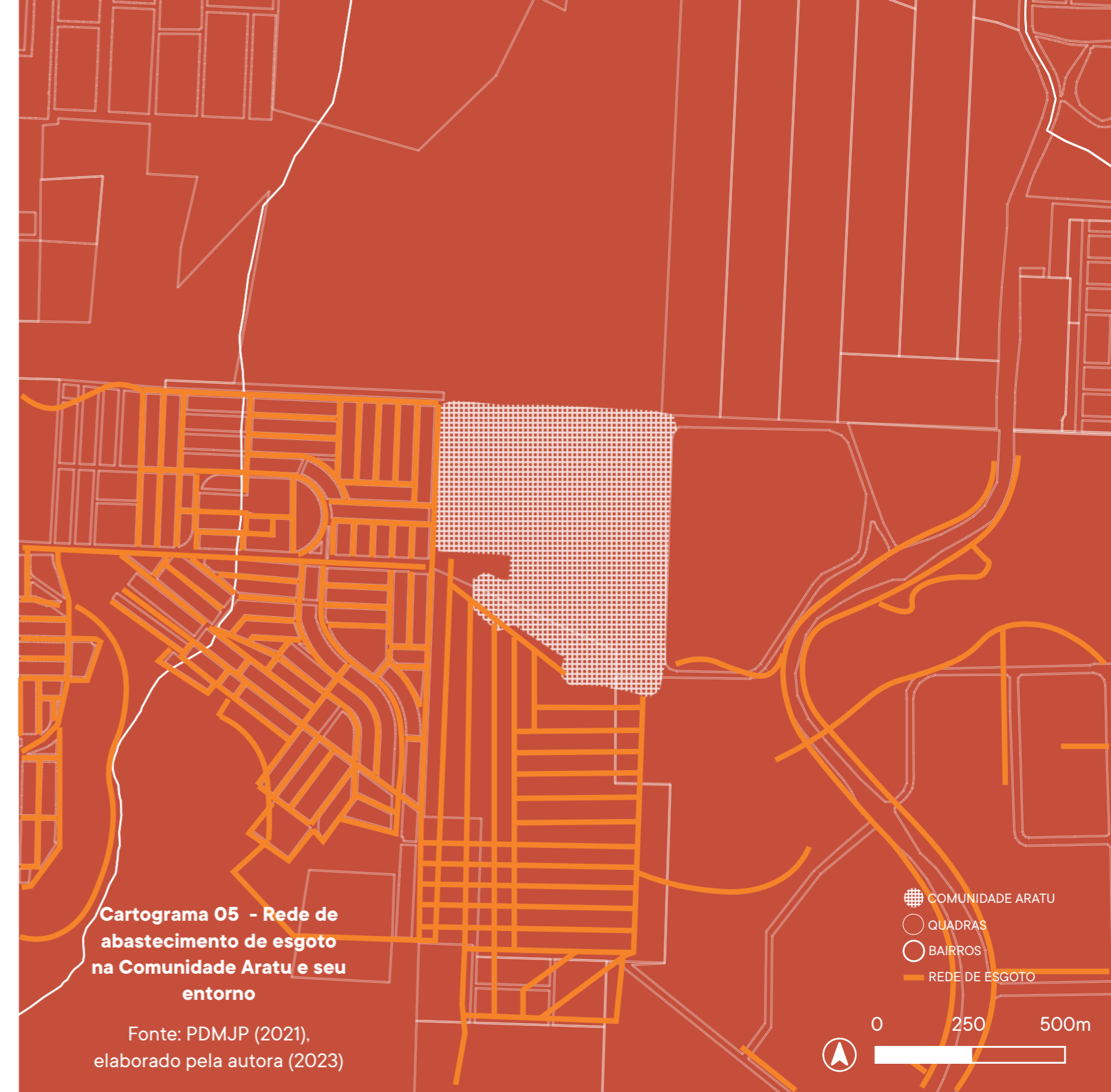
Assim como a construção das fossas, O abastecimento de água foi feito - improvisado - pela própria comunidade. De acordo com as moradoras, os canos de abastecimento da CAGEPA só vão até a Avenida Jatobá, que marca o limite da comunidade à oeste e que segundo elas, é a avenida mais importante. Sendo assim, a solução alternativa encontrada exigiu que os próprios moradores de Aratu puxassem canos da Av. Jatobá para suas casas para conseguir o abastecimento. Quando perguntadas se mesmo assim faltava água, uma moradora afirmou que: “... *não tem força, são canos pequenos para a quantidade grande de casas*”, por isso que, foi possível perceber, que quanto mais distante da Avenida Jatobá, mais difícil chegar água. Algumas ruas foram relatadas falta de água constante, como a Rua Vista Alegre, a Rua das Crianças e as ruas à norte, depois da Avenida Brasil (perpendicular à Avenida Jatobá), como a Rua Leão de Judá e a Rua Milton Calisto da Silva. De acordo com uma das moradoras: “*água uma vez na semana e olhe lá*”.

Quando perguntadas sobre como esse abastecimento de água clandestino afeta o cotidiano delas, Joana respondeu: “se a gente não juntar tem dia que não tem água pra tomar banho, não tem água pra cozinhar, então tem que juntar, sempre tem que ter balde cheio”. Para Silvia: “como a gente não é a cagepa, a cagepa ainda avisa né quando vai faltar e a gente não tem esse aviso, pega a gente se surpresa e se não tiver com água armazenada fica o dia todinho sem água, sem dar banho, fazer comida, complica tudo”.

Fotografia 07 - Oficina de mapeamento colaborativo no clube de mães da Comunidade Aratu



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

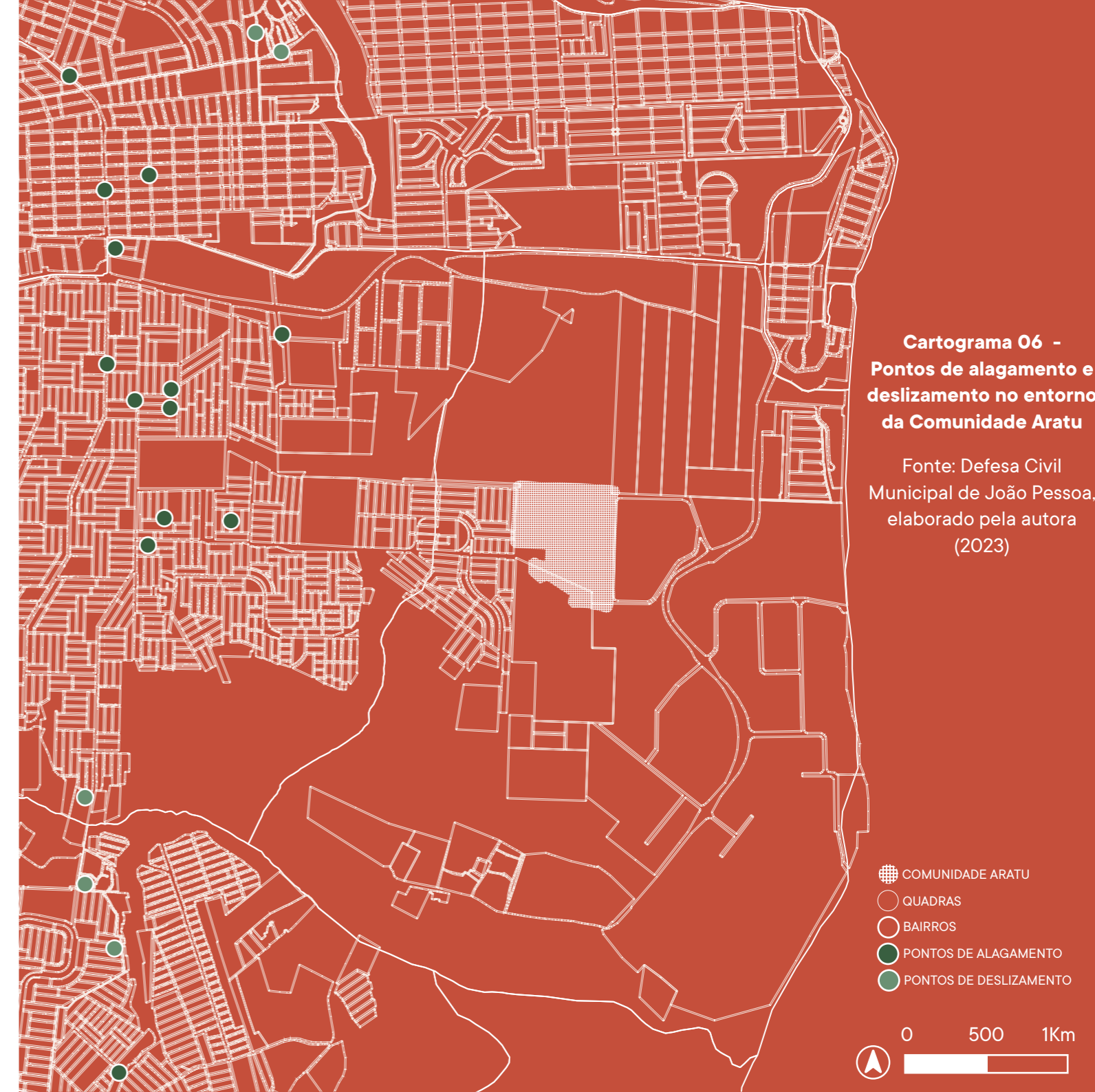


3.2 Drenagem de águas pluviais urbanas

A gestão de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas em João Pessoa é realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA). A falta de manutenção ou a inexistência do sistema de drenagem, em falésias, por exemplo, muito comum na cidade, pode causar agravamento de processos erosivos e deslizamentos. Na cidade foram identificados problemas como ocupação indevida das planícies fluviais e leito de rios, bueiros com diâmetros insuficientes, proliferação da vegetação na calha fluvial que pode ocasionar inundações, dentre outros.

Não foram identificados problemas dessa natureza na Comunidade Aratu e nem em seu entorno imediato, de acordo com o diagnóstico já citado. Esses dados entram em concordância com os estudos da Defesa Civil Municipal que também não identificou nenhum ponto de deslizamento, alagamento ou inundação para além de nenhuma área de risco, mapeado pelo CPRM em 2019, na área objeto de estudo, como mostra o Cartograma 06, produzido em parceria com o INCT Observatório das Metrôpoles (2022). Em um raio de 1km do entorno da comunidade também não foi identificado nenhuma área de risco ou outros pontos, no entanto, analisando em um raio de 3km, traçado para a elaboração deste cartograma, é possível observar pontos de deslizamento e alagamento. É importante ressaltar que a cidade de João Pessoa teve seu crescimento adjacente ao curso de dois rios, o Sanhauá e o Jaguaribe, que morfologicamente se observa uma dinâmica de inundações em suas planícies, causando processos erosivos.

Quando questionadas em relação aos episódios de alagamento, foi comentado pelas moradoras da comunidade que, quando acontece, se dá mais por causa da não pavimentação das ruas, que faz com que cresçam buracos e conseqüentemente cause acúmulo de água. As ruas citadas com episódios de alagamento foram: Rua Praia do Aratu, Rua Cirilo de Paiva, Rua Boa Esperança, Rua Sílvia de Andrade e algumas ruas perpendiculares à Rua das Margaridas e que não possuem nome. Dentro da comunidade passa um rio, chamado Rio Aratu, e algumas casas foram construídas em sua margem. Não se obteve relatos em relação ao alagamento nesta região durante a realização da oficina e nem durante a entrevista, pois nenhuma das moradoras presentes morava perto. Não foram relatados nenhum episódio de escorregamento na comunidade.



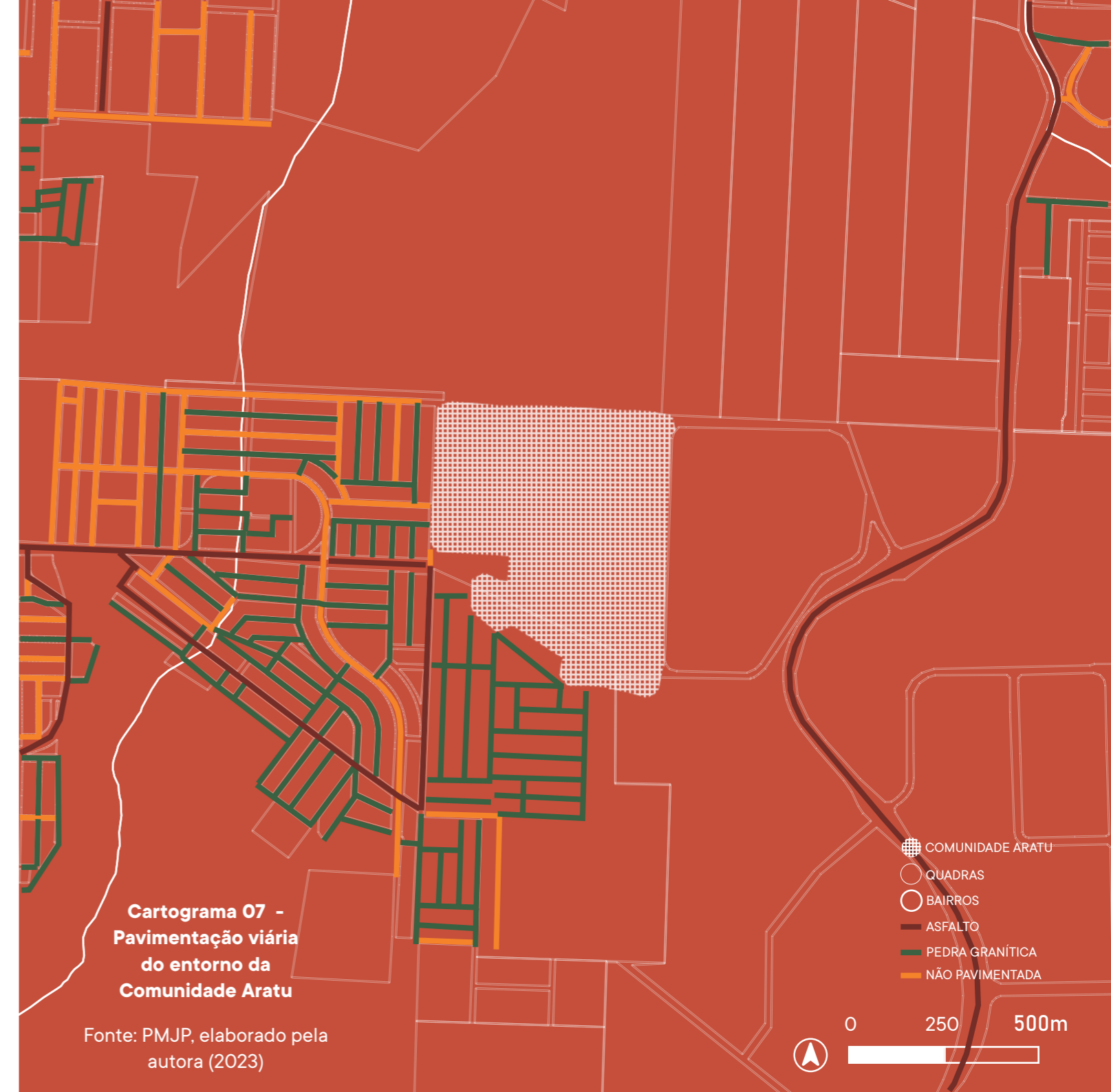
3.3 Resíduos Sólidos

O órgão que é responsável pela limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos de João Pessoa é a Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR) e eles dividem o município em três lotes para a execução desses serviços. De acordo com o diagnóstico para revisão do plano diretor de João Pessoa, a Comunidade Aratu e boa parte do seu entorno fazem parte do lote 1, de responsabilidade da empresa SP Soluções Ambientais. O maior problema encontrado na cidade em relação aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é em relação à coleta seletiva de materiais recicláveis.

Na comunidade Aratu, a coleta de lixo acontece três vezes na semana, e para as moradoras entrevistadas essa quantidade é suficiente. Ao invés de passar um caminhão, passa uma moto com um reboque para recolher o lixo em todas as ruas. Não existe nenhum ponto de coleta seletiva e nenhuma iniciativa voltada para a coleta e reciclagem de lixo na comunidade.

3.4 Pavimentação Viária

Dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa mostram que não há nenhum tipo de pavimentação viária na comunidade (Cartograma 07). Durante os encontros, as moradoras confirmaram que nenhuma rua de Aratu é pavimentada, sendo elas todas em solo batido. Um ponto preocupante a se levar em consideração é o relato das moradoras que afirmam que pelas condições das ruas: sem pavimentação, cheias de buracos, estreitas e muitas vezes alagadas, as ambulâncias demoram ou não entram na comunidade. *“No dia que o bebezinho dela faleceu, pra chamar a samu... oxe, não vem não, demora, a sorte, quer dizer, sorte uma parte, porque o vizinho pediu pra levar...”*, contou uma das moradoras. O mesmo acontece para outros transportes alternativos, como o Uber. Durante a entrevista, Carla relatou que, em relação às ruas cheias de buracos, é *“horrível pra gente andar, corre risco de cair, eu já cai nos buracos”*. Para Silvia, *“Quando chove fica muita poça de lama, atrapalha a gente sair com as crianças, a gente mesmo se locomover, e é risco de tudo né, doença, ter que passar no meio da lama”*.



3.5 Transporte e mobilidade

Dentro da comunidade não foi localizado nenhuma parada de ônibus como mostra o Cartograma 08, fato esse confirmado pelas moradoras durante os encontros. No entanto, analisando o entorno em um raio de 1km, foi possível identificar quatro rotas, sendo elas: 517 (Mangabeira - cidade verde - epitácio), 302 (cidade verde), 5603 (Mangabeira VII) e 0229 (Mangabeira VII - Rangel), todas elas no sentido indo e voltando. O percurso dessas linhas é limitado e para que possa circular pela cidade de maneira plena é necessário que utilizem outras paradas alternativas ou integrações, que nem sempre ficam no caminho.

É perceptível por parte das moradoras, uma grande dificuldade em sair do conjunto com toda a família para lugares mais distantes que não sejam para realizar atividades necessárias. Para elas, a combinação de transporte público inadequado, condições financeiras insuficientes e distância de empreendimentos em relação à cidade, as privam de oportunidades de desfrutar de momentos de lazer, por exemplo, fora de suas casas e ruas. Joana relata que realiza atividades de lazer com pouca frequência porque *“como tudo é longe tem que pagar transporte, a gente são cinco, então o gasto é maior”*

3.6 Energia Elétrica

Não foi possível coletar nenhum dado governamental acerca da energia elétrica da comunidade. No entanto, foi relatado pelas próprias moradoras que a chegada da energia elétrica na comunidade é recente, há cerca de seis anos. Atualmente, a maioria das casas são atendidas pela ENERGISA, porém, as ruas que se seguem após a Avenida Brasil sofrem com a falta de energia elétrica. Foi relatado que toda a iluminação pública e das casas é clandestina. *“Tem iluminação clandestina que nem era antigamente a nossa, ... os cabos eram puxados da principal, que é a Avenida Jatobá mais uma vez, e vinha se colocando postes de madeira pra ir esticando esse cabo e desse cabo cada casa puxava pra sua”*, contou uma moradora. Elas também relataram que todas as demais ruas possuem postes de energia elétrica que funcionam regularmente.



Cartograma 08 - Pontos e itinerários dos ônibus no entorno da Comunidade Aratu

Fonte: PMJP, elaborado pela autora (2023)

4. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Para fazer valer o direito à cidade e o direito à moradia, é preciso compreender os equipamentos como um fator que deve ser exigido o seu cumprimento em termos qualitativos e quantitativos. A influência da vida doméstica no cotidiano das mulheres se traduz muito fortemente na vida pública, em resumo, ela leva consigo o espaço doméstico para o público, por isso, faz-se necessário exigir do público que lhe dê condições de participar desse espaço, que permita que a vida doméstica coexista com a pública. A reivindicação por equipamentos é para que possam trabalhar, participar e ter sua vida doméstica resolvida através de serviços públicos ou através das relações das comunidades (SANTORO, 2008).

Para este estudo foram levados em conta apenas os arredores da comunidade, visto que o objetivo aqui é estudar apenas Aratu e as relações de gênero que se envolvem nela e em seu entorno imediato, por isso, foi traçado um raio de 1km da delimitação da comunidade, levando em consideração a caminhabilidade, que nessa distância, levaria em torno de 15min. Uma vez que para atender plenamente as necessidades da vida cotidiana, se faz necessária uma disposição de equipamentos e serviços nas proximidades da habitação. Para Levi (2012) isto implica na redução do tempo de deslocamento e melhor acessibilidade física e contribui para melhorar a segurança do entorno urbano.

4.1 Educação

Desde o primeiro encontro com as moradoras, foi relatada a ausência de equipamentos de educação na comunidade. Observando-as durante os encontros e traçando o perfil delas, ficou evidente que, pelo menos as mulheres que frequentam o clube de mães, são mães de crianças e/ou adolescentes que frequentam creches e/ou escolas. Sendo assim, no diagnóstico para revisão do plano diretor de João Pessoa, assim como no levantamento realizado pelo INEP em 2022, foi identificado quatro escolas dentro do raio de 1km, no entanto, uma das identificadas, a Creche Maestro Pedro Santos encontra-se temporariamente fechada. Sendo assim, no Cartograma 09 serão identificadas as outras três. Uma das escolas é de ensino fundamental, anos iniciais e anos

finais (Escola Municipal Professor Afonso da Silva), outra de ensino infantil (Centro de Referência em Educação Infantil Márcia Suênia Madruga Alves da Silva) e uma de ensino fundamental, médio, anos iniciais e anos finais (ECIT Severino Dias de Oliveira (Mestre Sivuca)). Essas três escolas foram citadas pelas moradoras durante as entrevistas.

Analisando a ferramenta de imagens satélites Google Earth, foi possível encontrar outras escolas de ensino fundamental, médio, anos iniciais e anos finais, não citadas no relatório, como a EEEFM Tenente Lucena e a EMEF Franciso Cardoso da Silva. Foram identificadas também três escolas particulares de ensino infantil: a Escola Mundo Mágico, a Escola Sonho Meu e o Colégio Farol.

Em relação ao atendimento de escolas de ensino médio, o diagnóstico para revisão do plano diretor sobrepôs as camadas de distribuição espacial das escolas de rede pública com a densidade demográfica projetada para 2020, e a de percentual de domicílios censitários vulneráveis à pobreza e identificaram 27 bairros em situação crítica e sobre o Costa do Sol, foi escrito: “bairro com mais de 100 vulneráveis na faixa etária escolar e sem cobertura plena de atendimento dessa população”.

As casas de Joana, Silvia e Adriana possuem crianças e/ou adolescentes que frequentam escolas. Segundo elas, normalmente vão deixar seus filhos caminhando, porque consideram a mesma distância da escola, para o ponto de ônibus mais próximo, que seria em torno de 10 a 15min de caminhada. Apenas os filhos mais velhos, que frequentam escolas de ensino médio em outros bairros, vão de ônibus e sozinhos. Para Joana, tudo isso afeta no cotidiano dela porque “*é um pouco cansativo, tem que ir levar, tem que ir buscar, então é uma jornada dupla... de meio dia tem que buscar uma, de quatro horas tem que buscar outra, então as andadas são boas*”. Para elas também, o tempo gasto com esse tipo de locomoção, poderia ser utilizado realizando outros tipos de atividades, domésticas ou para si mesma.

“é um pouco cansativo, tem que ir levar, tem que ir buscar, então é uma jornada dupla... de meio dia tem que buscar uma, de quatro horas tem que buscar outra, então as andadas são boas”

Joana, moradora da Comunidade Aratu



Cartograma 09 - Equipamentos de educação no entorno da Comunidade Aratu

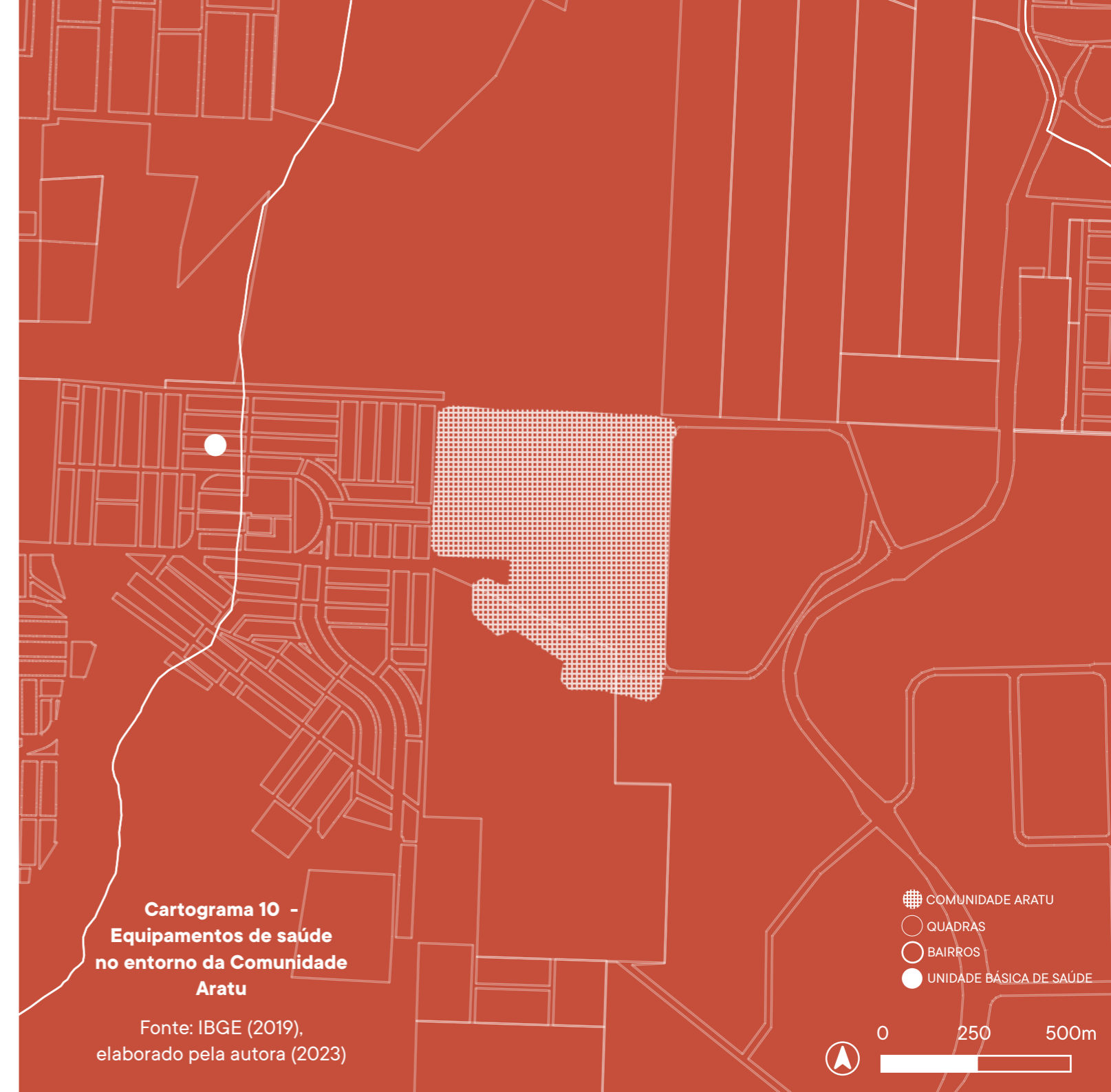
Fonte: INEP (2022), elaborado pela autora (2023)

4.2 Saúde e Assistência Social

Assim como os equipamentos de educação, as moradoras relataram a inexistência de equipamentos de saúde na comunidade desde o primeiro encontro. Além do diagnóstico para revisão do plano diretor de João Pessoa, o IBGE 2019 também só identificou um equipamento de atenção primária à saúde, a USF (Unidade de Saúde da Família) Verdes Mares dentro do raio de 1km traçado (Cartograma 10). As entrevistas confirmaram que essa USF é a única do bairro e a utilizada por todos os moradores da Comunidade Aratu. Em relação à atenção secundária e terciária à saúde, que diz respeito aos atendimentos ambulatoriais e especializados, de internação e de urgência e emergência de média e alta complexidade, não foi identificado nenhum equipamento.

De acordo com Joana, para chegar na USF demora muito mais de 10min de caminhada e por esse ser o único meio de locomoção possível, ela acredita que toda essa distância atrapalha sua rotina diária visto que *“como tudo é por ordem de chegada, acaba tendo que sair mais cedo de casa pra poder pegar ficha porque se não, não consegue ficha pro atendimento... tem que ter disposição pra passar o dia lá”*. Para Sílvia, a dificuldade está em sair e ter que levar todos os filhos: *“hoje mesmo meu menino não foi porque ele tá meio doentinho e aí pra mim ir e ter que levar todos, é complicado, aí as vezes vai tratando em casa”*. E para Adriana, a preocupação está em se mais de um filho seu adoecer: *“as vezes quando as criança tão doente não levar eles por causa do sol, as vezes ta chovendo, tem que madrugar pra pegar ficha, pra pegar uma ficha é uma agonia, as vezes acaba, se tiver dois filho meu não pode levar os dois, tem que ser só uma pra pegar ficha”*.

Também não foi identificado nenhum equipamento em relação à assistência social. Foram identificados 9 regiões de participação popular em estado crítico à proteção social básica e a comunidade Aratu se encontra na terceira, que foi caracterizada como: com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda; com uma unidade de CRAS, que comporta até 5.000 famílias referenciadas, o que corresponde a uma cobertura de até 56,2% do total estimado de famílias vulneráveis; com um CRC, uma Unidade de Inclusão Social/Produtiva e dois Restaurantes Populares; segundo gestores municipais, os serviços e equipamentos da Região sofrem impactos pelo expressivo crescimento demográfico, e todos esses equipamentos no bairro Mangabeira.



4.3 Cultura, esporte e lazer

Sobre o bairro Costa do Sol foi escrito no diagnóstico (PDMJP, 2021): bairro carente de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer, com relativa concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade de renda e com tendência de crescimento associada à baixa/média densidade demográfica. No raio de 1km foi identificado o “Museu Paraibano da cultura Afrobrasileira e indígena” quando analisada a ferramenta de imagens satélites, o Google Earth, mas em nenhum momento da entrevista foi citado como um equipamento que elas costumam usar. Em todas as conversas tidas com as moradoras da comunidade, ficou evidente que a falta principalmente de equipamentos de lazer na comunidade e no entorno imediato, é algo que não só as mulheres, mas todos os moradores sentem bastante falta.

Na comunidade não possui nem praças nem parques e Joana fala que *“seria muito bom ter uma área pras crianças brincarem, pra gente dar uma pesseadazinha, aquelas áreas com equipamento público porque nem todo mundo tem condições de pagar academia”* e completa que realiza poucas atividades de lazer pois *“como tudo é longe tem que pagar transporte, a gente são cinco, então o gasto é maior”*. Adriana diz que além de não ter nada na comunidade, não utiliza esses espaços nos bairros vizinhos *“porque é muito longe pra ir andando com as crianças”*. Para Carla, *“devia ter aquelas academia pra gente, ia ser bom demais porque eu ia viver nela, a mulher que mais ia viver nessa academia era eu”*. A distância para equipamentos de lazer faz com que elas tenham que inovar e procurar algo com o que cabe dentro de suas possibilidades, como relata Silvia: *“a gente toma banho de mangueira, compra um geladinho com meu marido e toma em casa (...) dá pra ir a pé, mas arrastando esse monte de menino jamais... e pra voltar, chegar e fazer almoço”*.

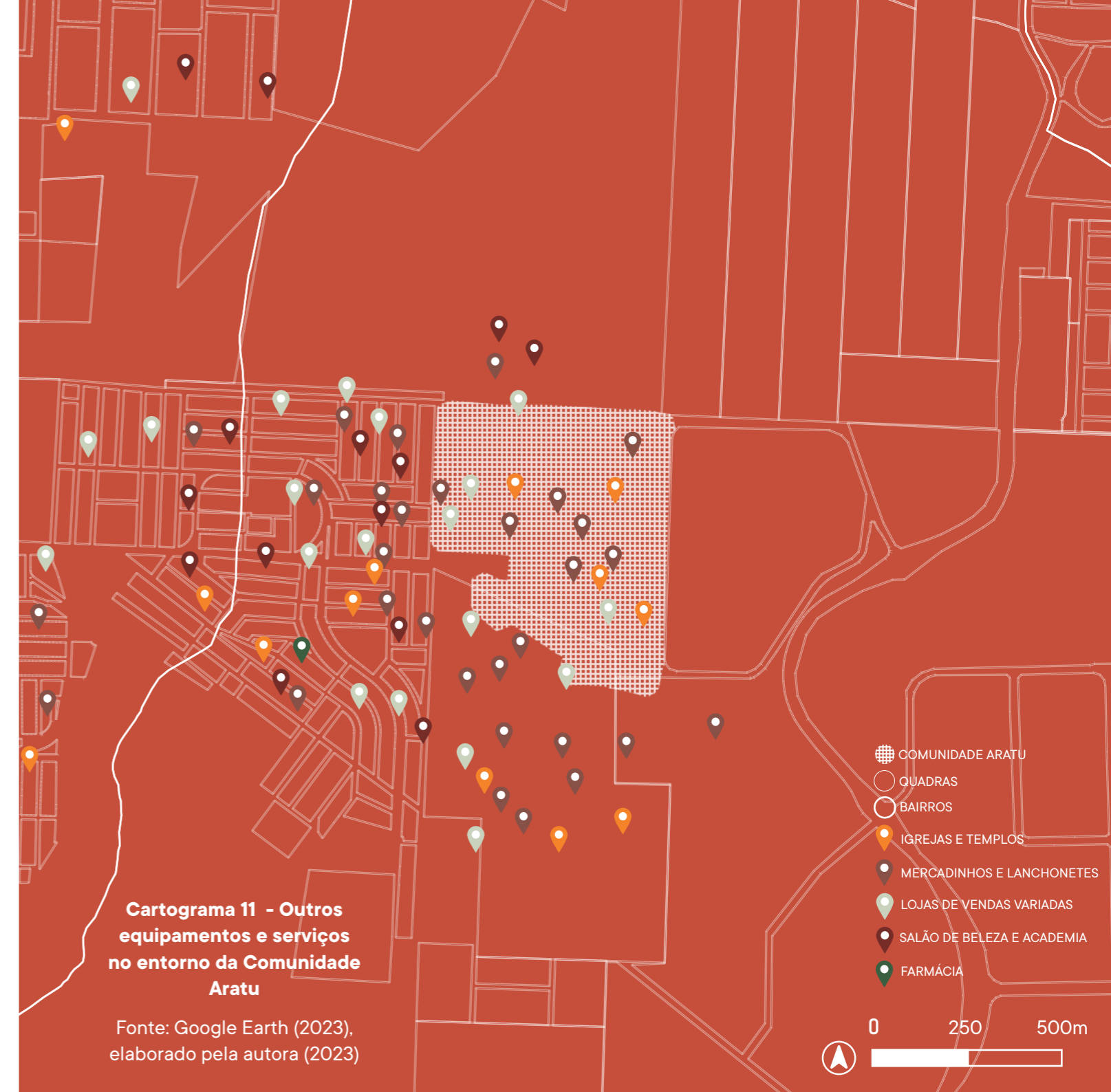
**“As vezes a gente
vai pra praia,
toma banho de
mangueira, compra
um geladinho com
meu marido e toma
em casa”**

Silvia, moradora da Comunidade Aratu

4.4 Outros Serviços

Para atender às necessidades das mulheres, indo além de seus papéis como mães e cuidadoras das tarefas domésticas, é crucial enfatizar que o governo deve fornecer recursos e ferramentas que promovam sua capacitação e fortaleçam seu papel como parte integrante da sociedade. Existem outros usos além das creches, escolas, praças, comércios e serviços básicos que, apesar de fundamentais, não suprem todas as necessidades das mulheres enquanto grupo social. Como exemplo podem ser citados equipamentos comunitários que oferecem formação política, conselho legal, acolhimento de vítimas de violência doméstica e postos de saúde e centros de formação profissional específicos para mulheres (TAVARES, 2015 apud OLIVEIRA, 2018)”

Sendo assim, observou-se através da ferramenta de análise de imagens de satélite, o Google Earth, em busca de outros serviços e equipamentos que pudessem ter na comunidade e no seu entorno imediato (Cartograma 11). Foram identificados dentro de um raio de 1km: mercadinhos e mini box, mercearias, salão de beleza, academia, barbearia, padaria, açougue, igrejas (católicas, evangélicas, templos do candomblé), lojas de vendas de roupas, calçados, lanchonetes, serviços de informática, contador, advogado...



Cartograma 11 - Outros equipamentos e serviços no entorno da Comunidade Aratu

Fonte: Google Earth (2023), elaborado pela autora (2023)

5. PERCEPÇÕES DE GÊNERO

Entendendo a cidade como sujeito, objeto e cenário de múltiplas relações e sendo essas relações responsáveis por transformar a cidade multiplamente segregada por funções, classe e gênero, faz-se necessário entender inicialmente alguns conceitos. A primeira destas definições é a perspectiva fundamental a partir da qual foi desenvolvida a presente análise: o conceito de gênero.

Dentro das Ciências Sociais o conceito mais recente de gênero diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino, ou seja, diz respeito ao conjunto de regras pelas quais as sociedades transformaram as condições biológicas da diferença em verdadeiras normas sociais (CALIÓ, 1997). Para Simone de Beauvoir, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1949, pag. 936).

“Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas. Perguntando-se sobre as relações sociais que convertem as fêmeas em mulheres – “a passagem de fêmea, como se fosse matéria prima, à mulher domesticada”, a autora elabora o conceito sistema de sexo/gênero – “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” –, localizando essa passagem no trânsito entre a natureza e cultura, especificamente, no espaço da sexualidade e da procriação.” (PISCITELLI, 2001 apud SIQUEIRA, 2015, pag.14)

Beauvoir ainda fala que o Masculino, socialmente construído como um sujeito absoluto, moldou o feminino como a diferenciação em relação ao Um. Ao ser masculino, tradicionalmente associamos a atributos que historicamente o posicionam em um papel de destaque, incluindo características como racionalidade, independência, virilidade e cientificidade. Por outro lado, o feminino experimenta o oposto desse espectro, com ênfase na passividade, irracionalidade, dependência, maternidade e delicadeza. A mulher negra, no entanto, desfruta somente de alguns poucos e duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade (DAVIS, 2016). SAFFIOTI, 2015, afirma que

gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual e enquanto categoria histórica, ele pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico, como símbolos culturais... “Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social” (SAFFIOTI, 2015, pag. 37). O patriarcado, regime de dominação e exploração das mulheres pelos homens é um sistema de dominação político-ideológica que age com base no pensamento sexista, estrutura a parte masculina da sociedade como um grupo superior à parte feminina (MCDOWELL, 2000 apud ANDRADE, 2018). A ideologia patriarcal foi “forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas” (SAFFIOTI, 2015, pag. 145).

A importância da classe social é primordial para se entender a conexão das mulheres com o âmbito profissional, uma vez que esta relação nunca se mostrou estranha às mulheres que não faziam parte das elites aristocráticas ou burguesas. Nas sociedades anteriores ao surgimento do capitalismo, especialmente no período imediatamente anterior às revoluções agrícola e industrial, as mulheres das classes trabalhadoras desempenhavam um papel ativo (SAFFIOTI, 2013). Importante ressaltar, que, como coloca Angela Davis (2016), as mulheres negras sempre trabalharam mais fora que as mulheres brancas. Para ela, é importante sublinhar as expressões da desigualdade para além da classe, visto que a classe informa a raça do mesmo jeito que a raça também informa a classe. “Raça é a maneira com que a classe é vivida” (DAVIS, 2017 apud ANDRADE, 2018). Hooks, 2019, diz que classe é mais do que o relacionamento com os meios de produção, envolve seu comportamento, seus pressupostos básicos, como você é ensinado a se comportar, o que você espera de si e dos outros.

“Mulheres negras mais uma vez estão sobrerrepresentadas nos serviços sociais de forma geral, incluindo as funções doméstica, de saúde e de educação, que reforçam a função do cuidado e os papéis de mulheres e de negras. Além disso, cerca de 13% das mulheres negras consideradas como ocupadas exercem atividades para o próprio consumo ou sem remuneração.” (SILVA, 2013, pag.122)

Enquanto a família operava como uma unidade produtiva, as mulheres e crianças desempenhavam um papel econômico de extrema importância. No entanto, durante o processo de individualização que foi imposto pelo modo de produção capitalista, tornou-se natural a subvalorização das capacidades femininas justificadas pela supremacia masculina e à medida que as forças produtivas iam se desenvolvendo, a mulher vinha progressivamente sendo marginalizada das funções produtivas. (SAFFIOTI, 2013)

“O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços.” (SAFFIOTI, 2013, pag. 66)

Essa revalorização da produção econômica evidenciou não apenas a divisão física entre os espaços doméstico e fabril, mas também revelou uma clara distinção estrutural entre a economia familiar, voltada para a gestão do lar, e a economia capitalista orientada para a obtenção de lucro. Devido ao fato de que as tarefas domésticas não resultam em ganhos financeiros diretos, o trabalho doméstico foi naturalmente categorizado como uma forma de trabalho subvalorizada em comparação com as atividades remuneradas no sistema capitalista (DAVIS, 2016). Sendo assim, restou às mulheres o papel de protetora da esfera familiar e perpetuação da espécie. Para Beauvoir, seu papel reside em “manter e sustentar a vida em sua pura e idêntica generalidade, perpetuando a espécie imutável e assegurando o ritmo igual dos dias”.

Na comunidade Aratu, quando perguntadas sobre de quem é o dever de realizar serviços domésticos como cozinhar, varrer, passar pano e lavar roupa, dentro de uma casa e se elas gostam de realizar atividades domésticas, as moradoras responderam:

“...de todos que moram nela, com certeza, apesar que lá em casa eu tenho que botar quente pro negócio andar pra eu não fazer tudo só, porque senão cai tudo pras minhas costas. Eu gosto de cuidar da minha casa, só não gosto de lavar roupa, lavo porque é obrigação”. (Joana, agosto de 2023)

“Aqui todo mundo faz, meu marido ontem foi pra máquina de lavar, foi tão emocionante, quase eu chorava (em tom de descontração)... é um trabalho muito árduo desses homens das antigas entender que precisa, os meus jovens eu estou criando ele com esse pensamento (...) eu tinha uma raiva quando minha mãe dizia “você que tem que fazer, você é a mulher da casa”, chega subia um fogo (...) eu já entreguei pro universo, antigamente não gostava não, mas hoje em dia até gosto de ver tudo limpinho assim, é um prazer” (Silvia, agosto de 2023)

“Todo mundo, lá em casa o meu filho sabe cozinhar bem porque eu ensinei cedo pra ele ajudar a esposa quando casasse, a gente tem que ensinar os filhos... você é homem mas um dia vai ser um pai de família (...) eu amo, amo cozinhar, amo fazer tudo”. (Carla, agosto de 2023)

É nítido que a ideia de obrigação de realizar alguma atividade doméstica ainda existe dentro da realidade das mulheres. FEDERICI (2019), escreve que quando o trabalho doméstico é naturalizado e sexualizado, uma vez que se torna um atributo feminino, todas as mulheres são caracterizadas por ele. O fato de realizar certas tarefas ser considerado uma atividade natural, espera-se que todas as mulheres realizem e inclusive, gostem de realizá-los. Para ela, “não existe nada natural em ser dona de casa (...) nós (mulheres) temos sido forçadas a trabalhar de várias maneiras”. Desde que “feminino” se tornou sinônimo de dona de casa, as mulheres carregam consigo para qualquer lugar essa premissa de “habilidades domésticas” desde que nasceu.

Entendendo assim, que o papel de dona de casa tem sido imposto e naturalizado às mulheres por muitos anos e sabendo que as moradoras entrevistadas da comunidade Aratu afirmaram que atualmente não possuem nenhum trabalho fora de casa, foi questionado a elas, quais as maiores dificuldades em ser dona de casa.

“Não temos feriado, não temos folga, não recebemos salário, muitas das vezes não somos valorizadas, é triste você fazer com amor e geralmente não ter nem a recompensa financeira mas o obrigado, o valorizar, porque você chega você limpa aí o outro não dá valor que você limpou, você organizou, aí bagunça, suja, e simplesmente você abrir a

boca e dizer “tô cansada” e a outra pessoa olhar pra você e dizer “do quê?”. Eu já trabalhei fora durante muito tempo, de carteira assinada e tudo, mas eu vejo que pelo tempo que já trabalhei fora, em restaurante, em casa de família, cuidando de criança, eu vejo que a dona de casa trabalha muito mais que uma pessoa assalariada porque ela tem hora pra entrar, hora pra sair, hora pra descanso e a dona de casa não tem hora pra entrar hora pra sair nem tem hora de descanso, é árduo o serviço de uma dona de casa.” (Joana, agosto de 2023)

“Ser dona de casa a gente passa a ser um objeto da casa, não tem direito a nada, porque você é um trabalho contínuo que tá realizando, nunca para, já acordo pensando o que é que tem que fazer.” (Silvia, agosto de 2023)

“Muitas vezes a gente vê faltar as coisas e não ter condições aí bate o desespero, a minha fé é o que me salva, o Senhor manda as coisas” (Carla, agosto de 2023)

“As vezes é o tempo, as vezes é muita coisa dentro de casa, você quer fazer um negócio daqui a pouco a hora se passou, nem tudo é prático”. (Adriana, agosto de 2023)

“Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado”. Para Silvia Federici (2019, pag. 40), autora desta frase, o trabalho doméstico é a manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. O trabalho doméstico foi reconfigurado como uma característica intrínseca à natureza em vez de ser reconhecido como uma forma de trabalho, pois era intencionalmente destinado a permanecer não remunerado. O capitalismo teve a tarefa de persuadir a todos de que as tarefas domésticas são uma atividade inata, inescapável e enriquecedora, a fim de fazer com que as mulheres aceitassem a ideia de trabalhar sem receber compensação financeira. Ao fim do dia, ao contemplar a totalidade da jornada de trabalho, mesmo não resultando em salário as mulheres produzem o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. Sendo assim, ainda para Federici, o salário para o trabalho doméstico não deve ser entendido apenas como uma demanda entre outras, mas sim uma perspectiva política que abre um novo campo de luta, começando pelas mulheres até

atingir toda a classe trabalhadora.

Mas por que, mesmo as mulheres na maioria das vezes sendo responsáveis por todas as atividades domésticas, ainda não recebem o título de “chefe da casa”? Levando em consideração as estruturas tradicionais da sociedade brasileira, o conceito de “casa” correspondia a uma estrutura socioeconômica, política e familiar. Foi concebida como uma harmônica unidade econômica submetida ao reinado de um “pai de família” (SEELAENDER, 2017). Ou seja, esse “chefe da casa” tem sido repassado por gerações como o provedor financeiro. No entanto, o homem da classe trabalhadora tem perdido a autoridade interna e função de único provedor, o que fortalece o peso dos laços patriarcais. Em famílias populares são as mulheres que geralmente mantêm relações com as crianças e gerenciam o orçamento doméstico. São elas que possuem autoridade máxima sobre os filhos e determinam a alocação dos recursos, sendo consultadas na eventualidade de usar o dinheiro para fins de acumulação (por exemplo, reformas na casa). Sendo assim, elas exercem papel de “chefes da casa” mas muitas vezes também o papel de “chefe de família”, devido a instabilidade conjugal e abandono da família por parte do homem. (HITA, 2014)

Durante a entrevista, foi questionado às moradoras da Comunidade Aratu, quem elas acreditavam ser a autoridade máxima da casa (homem ou mulher) e quem era a autoridade máxima da casa delas.

“Rapaz, na verdade acredito que seja a mulher, porque o homem é o provedor, ele que trabalha e a maioria das vezes ele que provê, em questão na minha casa meu marido é o que mais provê, eu ajudo com meu benefício do bolsa família, mas se não é a gente que administra, o que vai pagar, o que vai pesar, a gente sabe o que precisa o que não precisa, então de certa forma a gente tem mais o controle da casa do que o homem, porque ele não passa o dia dentro de casa, nós passamos. Tudo quem tem que resolver sou eu, então pelo menos lá na minha casinha, lógico que eu me sento e converso com meu marido, a gente discorda e concorda como todo ser humano, mas geralmente é mais eu pra resolver tudo”. (Joana, agosto de 2023)

“Eu acho que é os dois, a maioria do dia sou eu que tô mais em casa, o marido tá mais a noite e final de semana, a maioria do tempo sou eu em casa, então eu acredito que sejam os dois, um não tira a autoridade do outro”. (Silvia, agosto de 2023)

“O esposo. Na minha casa ele é a autoridade mas eu também sou, os dois em conjunto, porque se um não combinar com o outro não vai dar certo, ele combina comigo e eu combino com ele”. (Carla, agosto de 2023)

“Às vezes o homem pensa que é ele né, mas creio eu que é a mulher”. (Adriana, agosto de 2023)

Fica claro, portanto, que a percepção de gênero é profundamente influenciada pelos aspectos de classe social. As experiências e desafios enfrentados por indivíduos de diferentes classes econômicas moldam suas visões sobre papéis de gênero, igualdade e oportunidades. As disparidades econômicas e as oportunidades educacionais disponíveis desempenham um papel fundamental na determinação das representações de gênero e nas expectativas sociais associadas a cada gênero. A divisão tradicional de papéis de gênero frequentemente coloca as mulheres em posições de chefia nas tarefas domésticas, onde o trabalho não remunerado é predominante, e isso se traduz em desigualdades econômicas substanciais. Além disso, a ideia de quem é o “chefe da casa” muitas vezes reflete estereótipos de gênero enraizados, que podem limitar o empoderamento das mulheres em suas famílias e na sociedade em geral. As percepções de gênero moldam e são moldadas pelos aspectos de classe social, influenciando as expectativas em torno dos papéis domésticos e do trabalho não remunerado. Para alcançar uma sociedade mais igualitária, é crucial desafiar essas percepções e promover a redistribuição do trabalho doméstico e o reconhecimento do trabalho não remunerado. Ao fazer isso, podemos criar um ambiente mais justo e equitativo, onde as noções de quem é o chefe da casa se baseiem na igualdade, independente do gênero.

**“Não temos feriado,
não temos folga,
não recebemos
salário, muitas
das vezes não
somos valorizadas,
é triste você
fazer com amor e
geralmente não ter
nem a recompensa
financeira mas
o obrigado, o
valorizar”**

Joana, moradora da Comunidade Aratu

Fotografia 12 - Símbolo do feminino pintado na parede do clube de mães da Comunidade Aratu



Fonte: Carolina Tsuyuguchi (2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"As mulheres vivem na cidade ou convivem com a cidade que lhes foi imposta?"

Mércia, militante do movimento Ocupe Passarinho, 2017

A relação entre o direito à moradia e a questão de gênero deve ser entendida como um elemento central nas discussões sobre equidade e justiça social. As disparidades de gênero no acesso à moradia refletem estruturas sociais mais amplas que precisam ser abordadas de maneira integral. A promoção efetiva do direito à moradia demanda não apenas a construção de habitações, mas também a desconstrução de estereótipos de gênero que estão enraizados, a superação de discriminações sistêmicas e a implementação de políticas inclusivas que reconheçam e respondam às necessidades específicas das mulheres.

Fica claro, portanto, que o déficit habitacional apresenta nuances profundamente femininas, sendo um reflexo das conexões entre gênero e moradia. A relação entre violência doméstica e a precariedade habitacional é inegável, constituindo um ciclo de vulnerabilidade que afeta desproporcionalmente as mulheres. O acesso limitado a condições habitacionais seguras muitas vezes força mulheres a permanecerem em ambientes violentos, reforçando a interseção entre o déficit habitacional e a violência de gênero. É preciso levar em consideração políticas habitacionais sensíveis ao gênero, que não apenas busquem prover moradia adequada, mas também reconheçam a importância de criar ambientes seguros, livres de violência, para que todas as mulheres possam desfrutar plenamente de seu direito fundamental à habitação.

É incontestável que as mulheres enfrentam obstáculos significativos ao buscar usufruir plenamente do espaço urbano. Desde a falta de infraestrutura adequada até questões relacionadas à segurança, mobilidade e oportunidades de emprego, os desafios são variados. A persistência de estereótipos de gênero amplificam ainda mais essas disparidades, perpetuando um ciclo de exclusão. Essa disparidade não apenas reflete a distribuição desigual de recursos e oportunidades, mas também evidencia a necessidade de uma abordagem abrangente e inclusiva para reconfigurar o cenário urbano. A promoção da igualdade de gênero nas cidades exige políticas públicas que sejam sensíveis ao gênero, o fortalecimento da participação ativa das mulheres nos processos decisórios e a criação de espaços urbanos que não apenas reconheçam, mas celebrem a diversidade. Ao enfrentar essas desigualdades de maneira abrangente, não apenas é possível transformar a dinâmica das cidades, mas também contribuir para a construção de sociedades mais justas, onde cada indivíduo, independentemente do gênero, possa prosperar no tecido urbano.

Este trabalho mostrou que a relação entre o direito à moradia e o direito à cidade é intrínseca e reflete a complexidade das questões urbanas e a interdependência entre o espaço habitacional e o ambiente urbano mais amplo. O direito à moradia, reconhecido como um direito humano fundamental, aborda a necessidade de todos viverem com dignidade em um local seguro, adequado e acessível. Por sua vez, o direito à cidade vai além do acesso à moradia, incorporando a ideia de que todos os cidadãos têm o direito de participar ativamente na construção, planejamento e gestão dos espaços urbanos. Envolve a busca por uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável, onde as pessoas possam desfrutar de oportunidades equitativas, serviços públicos de qualidade, transporte acessível e um ambiente saudável. A relação entre esses dois direitos torna-se evidente quando passamos a considerar a qualidade do ambiente urbano e suas influências na habitação. O acesso à moradia adequada não deve ser dissociado da capacidade de desfrutar de uma vida urbana plena. Muitas vezes, questões como o planejamento urbano, a distribuição equitativa de recursos e serviços, bem como a participação da comunidade nas decisões que afetam seu entorno, são cruciais para garantir que tanto o direito à moradia quanto o direito à cidade sejam efetivamente assegurados. A promoção desses direitos de forma integrada contribui para o desenvolvimento de comunidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

A comunidade Aratu é considerada uma comunidade recente. Mesmo tendo sido relatado que o processo de ocupação começou a 23 anos, é a partir de 2013 que observa-se de fato ela tomando forma. O trabalho mostrou a enorme carência da comunidade em relação à infraestrutura e equipamentos, mesmo com seu entorno mais consolidado. Lidar com essas ausências fez com que a própria comunidade desenvolvesse soluções alternativas para conseguir lidar com esse fator no cotidiano. Por exemplo, a utilização de canos para conseguir abastecimento de água, uma vez que a CAGEPA não instalou a tubulação na comunidade, a construção de fossas para esgotamento sanitário, a utilização de motos para recolher os resíduos sólidos, visto que os caminhões da prefeitura não entram na comunidade devido à falta de pavimentação viária, dentre outros. Ficou evidente que a realidade de uma comunidade periférica carente revela um cenário desafiador para seus moradores, mas especialmente para as mulheres que compõem esse cenário, o que exige uma reflexão profunda sobre os impactos diretos no cotidiano delas, visto que grande parte são responsáveis não só pelo cuidado da família, mas principalmente da casa. A falta de recursos

básicos é capaz não só de limitar suas oportunidades, mas também de exigir esforços extras para superar os problemas diários.

Ainda fica nítido que, apesar dessas ausências de direitos, as mulheres de Aratu têm o poder de autogestão, tanto para a transformação do espaço físico, mas também na promoção de associações. A população feminina da comunidade encontra formas de contornar seus problemas, através de um poder coletivo, a partir de suas participações no Clube de Mães, espaço onde elas trocam ideias, lutam em unidade e encontram apoio emocional. Entretanto é fundamental que essa oportunidade de expressar as suas dificuldades também seja ampliada para diagnósticos técnicos, ou seja, que essas falas também sejam consideradas dentro do planejamento urbano.

Com as análises dos diferentes métodos de identificação da precariedade e vulnerabilidade da área objeto de estudo e do seu entorno, foi possível perceber a importância dos diagnósticos técnicos, mas principalmente das visitas de campo e das entrevistas. A metodologia com processos colaborativos construída para este trabalho permitiu conhecer de perto a realidade vivenciada pela comunidade e perceber aspectos de dados produzidos por fontes governamentais não são capazes de captar. A interação durante os encontros permitiu ouvir as experiências, perspectivas e os desafios daquelas mulheres.

Por fim, este trabalho ressalta a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre a especificidade de gênero, considerando as complexidades e desafios distintos enfrentados por mulheres. Portanto, é crucial expandir a análise para além dos limites deste estudo, explorando outras regiões da cidade e aprofundando a compreensão das diversas formas como as mulheres enfrentam desigualdades de gênero. Além disso, a evidência de trabalho não remunerado e a falta de apoio estatal para as mulheres destacam lacunas significativas que demandam atenção imediata. A criação e implementação de políticas que reconheçam e abordem essas questões são essenciais para promover uma sociedade mais justa e equitativa, na qual as mulheres não apenas superem os desafios cotidianos, mas também recebam o apoio necessário do Estado para alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Olívia. **Gênero Habitar: uma análise de moradia popular conjugada ao feminino.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. 2018.

ACSELRAD, Henri. (org.) **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy. **O CEDEM e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP).** 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** 2. ed. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1949.

BELLO, Enzo; BELEZA, Larissa. **As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos.** Revista de Direito da Cidade. 2019.

BERNARDINO, Raquel Ludermir. **Housing for Survival: insecurity of tenure, property loss and domestic violence against women in Recife.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

BRASIL, **Lei n°. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano.** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>> Acesso em: 12 de setembro de 2023.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Setorização de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Movimentação de Massa, Enchentes e Inundações**. João Pessoa – Paraíba. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. São Paulo. Editora Boitempo, 2016.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais de periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)**. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. 2018.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. 1.ed. São Paulo, Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1.ed. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

FERRARO, Alceu Ravello. **Alfabetização Rural no Brasil na Perspectiva das Relações Campo-Cidade e de Gênero**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 943-967. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/edu_realidade/>.

FILIPÉIA: mapas da cidade. Disponível em: <https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/>

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **A análise do discurso: para além de palavras e coisas**. Revista Educação e Realidade. 1995.

FÓRUM DE REFORMA URBANA. **A expressão da desigualdade de gênero e contexto da Política Habitacional: como monitorar orçamento estadual em Pernambuco**. Recife, Novembro de 2008.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**. Edição 82, julho 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

HARVEY, David. **Rebel cities. From the right to the city to the urban revolution**. Londres: Editora Verso, 2012.

HITA, Maria Gabriela. **A casa das mulheres n'outro terreiro. Famílias matriarcais em salvador**. EDUFBA, Salvador, 2014.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. 8.ed. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados Subnormais**. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero, uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **O que é violência doméstica**. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>> Acesso em: 22 de abril de 2023.

LACERDA, Larissa. GUERREIRO, Isadora. SANTORO, Paula Freire. **Por que o Déficit Habitacional brasileiro é feminino**. Labcidade, 2021. Disponível em <<http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Editora UFMG. 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o Direito à cidade II**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

LEVI, Anna Bofill. Hacia modelos alternativos de ciudad compatibles con una sociedad inclusiva. In: VALDIVIA, Blanca Gutiérrez; CIOCOLETTI, Adriana. **Estudios urbanos, géneros y feminismo - Teorías e experiencias**. Barcelona, 2012. Disponível em: <<https://punt6.files.wordpress.com/2011/03/estudiosurbanosgenerofeminismo.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2013.

LIMA, Mayara Auck Peres de. **Direito à moradia para as mulheres sob a ótica da autonomia: trajetória das políticas públicas desde a CF/88**. Dissertação (mestrado em Direito - Universidade de Brasília). Brasília, 2018.

LORENZETTI, Maria Silvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2001.

LUDERMIR, Raquel; SOUZA, Flávio de. **Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contexto de violência doméstica contra a mulher**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V.23. 2021.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Pontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. 2013

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. Editora HUCITEC. São Paulo, 1996.

MIRANDA, Livia. **Atlas da precariedade habitacional em favelas de João Pessoa e Campina/PB**. Chamada CNPq N°02/2020. Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT, 2020

MIRANDA, Livia. **Reconhecendo os Assentamentos Precários de João Pessoa e de Campina Grande/PB**. Campina Grande. CNPQ/UFCG, 2021. (Projeto enviado ao CNPQ, 403969/2021-2)

MIRANDA, Livia. **Desenvolvimento humano e habitação no Recife. Desenvolvimento humano no Recife**. Atlas Municipal. 2005.

MONTEIRO, Poliana Gonçalves. **A guerra dos homens e a vida das mulheres. As interfaces entre planejamento urbano, violência contra a mulher e segurança pública no Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.23, 2021.

NASCIMENTO, Ana Carolina Aires Vieira. **A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa**. Dissertação (Mestrado). Pós graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012.

NETO, J.A.C.A. **Direito das mulheres à moradia adequada: reflexões sobre a política habitacional**. Revista Arquitetas Invisíveis, n.2, 2018, p.96-100

NEXO JORNAL. **Em briga de marido e mulher, ninguém fala sobre habitação**. Disponível em:<<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/Em-briga-de-marido-e-mulher-ningu%C3%A9m-fala-sobre-habita%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 22 de abril de 2023.

O que é direito à cidade? **Instituto Pólis**. São Paulo. 2020. Disponível em:<<https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1997

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **La mujer y el derecho a una vivienda adecuada**. Nova Iorque e Genebra. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <<https://www.unicef.org>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

OSÓRIO, Leticia. **Direito à Moradia no Brasil**. Revista Eletrônica: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. Brasília. 2004. Disponível em: Acesso em: 15 de março de 2023.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo : recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa** / Julia Risler Pablo Ares. -1 a ed. -Buenos Aires : Tinta Limón, 2013.

ROLNIK, R; REIS, J; PIRES, M; IACOVINI, R.F.G. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Disponível em: <<http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?p=4671&lang=pt>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes - Mito e realidade**. 3.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTORO, Paula Freire. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Minas Gerais. 2008.

SANTORO, Paula Freire. **Por uma agenda de pesquisa sobre a cidade, as mulheres e as interseccionalidades**. Labcidade. 2019. Disponível em: <<https://www.labcidade.fau.usp.br/por-uma-agenda-de-pesquisa-sobre-a-cidade-as-mulheres-e-as-interseccionalidades/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. **Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática**. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite. **A longa sombra da casa. Poder doméstico, conceitos tradicionais e imaginário jurídico na transição brasileira do antigo regime à modernidade**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Everaldo Batista. **Trilhas dos cinco rios: origens, transformações e as principais degradações da maior unidade de conservação urbana de João Pessoa - PB**. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2019.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2013.

SIQUEIRA, Lúcia de Andrade. **Por onde andam as mulheres? Percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero.** Tese de doutorado (Programa de Pós Graduação em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

TSUYUGUCHI, Carolina Barbosa. **Morar Invisibilizado: os territórios populares de Campina Grande, PB.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. 2022.

UN-HABITAT. **Gender and urban planning - Issues and trends.** Nairobi, 2012

UN-HABITAT. **The right to adequate housing.** Genebra, 2009.

VIEIRA, Claudia Andrade; COSTA, Ana Alice Alcantara. **Fronteiras de gênero no urbanismo moderno.** Revista **Feminismos.** Vol. 2, N.1. 2014.

ANEXOS

ANEXO 01

Parecer do comitê de ética

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DIREITO À MORADIA E GÊNERO: estudo acerca das dificuldades enfrentadas pelas mulheres moradoras da comunidade Aratu em João Pessoa/PB

Pesquisador: Livia Izabel Bezerra de Miranda

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70080823.4.0000.5182

Instituição Proponente: Universidade Federal de Campina Grande

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.192.162

Apresentação do Projeto:

De acordo com o pesquisador a pesquisa propõe compreender a violação do direito à moradia a partir do cotidiano das mulheres moradoras da comunidade Aratu em João Pessoa/PB. Busca-se caracterizar frente os aspectos de vulnerabilidade e precariedade social considerando aspectos da habitabilidade e disponibilidades de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, observando como estas características impactam a vida das mulheres. O trabalho será realizado em um formato de pesquisa exploratória e de natureza quali-quantitativa. Estão previstos: 1- LEVANTAMENTO DE DADOS EXISTENTES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO - pesquisa em periódicos, livros, relatórios de pesquisa relacionados às palavras-chave: gênero e direito à moradia, gênero e direito à Cidade, Habitabilidade, assentamentos populares, risco e vulnerabilidade socio-territoriais; 2- ATIVIDADES DE SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES - construção de base de dados sobre os perfis socioeconômicos e características socioterritoriais da comunidade Aratu em João Pessoa/PB, resultando na produção de cartogramas utilizando o sistema de informações georreferenciadas através do programa de georreferenciamento, o Qgis. Estão sendo utilizados como fontes, dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Defesa Civil Municipal e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), CAGEPA e ENERGISA. Estes dados são de domínio público e estão disponíveis nas plataformas dos

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.

Bairro: São José

CEP: 58.107-670

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)2101-5545

Fax: (83)2101-5523

E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

Continuação do Parecer: 6.192.162

respectivos órgãos.

Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador descreve como objetivos da pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender de que forma a violação do direito à moradia afeta o cotidiano das mulheres moradoras da comunidade Aratu em João Pessoa, na Paraíba.

Objetivo Secundário:

- Resgatar o processo histórico de formação da comunidade Aratu pela perspectiva das mulheres moradoras a fim de identificar suas contribuições durante o processo;
- Caracterizar a comunidade Aratu em relação a precariedade e vulnerabilidade com a finalidade de entender quais os impactos causados pela ausência de infraestrutura, serviços e equipamentos do cotidiano das mulheres moradoras da comunidade Aratu;
- Mapear as soluções alternativas construídas pelas mulheres moradoras da comunidade Aratu para lidar com as ausências e precariedades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador elenca como riscos e benefícios da pesquisa:

Riscos:

Para a obtenção de informações e coleta de dados que irão subsidiar essa pesquisa, serão aplicadas entrevistas semiestruturadas com as moradoras da Comunidade Aratu em João Pessoa, na Paraíba, a qual não oferece riscos à integridade física das pessoas. A depender do tempo de duração para a sua realização, pode provocar desconforto ou constrangimentos, ou ainda impactar a subjetividade do entrevistado, mas o roteiro para as entrevistas prevê um número pequeno de questões e a entrevistada não estará obrigada a responder todas. A pesquisa não oferece quaisquer outros riscos às participantes, uma vez que busca investigar o perfil das entrevistadas e de suas residências, para além de entender os elementos de formação da comunidade. Também não apresenta risco aos pesquisadores pelos mesmos motivos.

Benefícios:

Os resultados da pesquisa serão compartilhados com gestores, representantes da sociedade civil em instâncias oficiais de gestão democrática e com a comunidade acadêmica interessada na discussão acerca do direito à moradia e gênero, para fornecer subsídios para a avaliação de

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

Página 02 de 04

Continuação do Parecer: 6.192.162

intervenções e subsidiar o fortalecimento de capacidades institucionais. Tais informações poderão contribuir com a ampliação do conhecimento acerca dos impactos identificados sobre o ambiente e sobre a qualidade de vida das mulheres que lá residem. Os resultados da pesquisa serão socializados, também, em artigos científicos a serem submetidos aos principais eventos e revistas na área de conhecimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa denota relevância científica e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados ao sistema:

Projeto completo

Folha de rosto

Termo de Anuência Institucional

Termo de compromisso dos pesquisadores

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Cronograma

Orçamento

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem inadequações éticas para o início da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2132546.pdf	31/05/2023 10:40:35		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_TCC_ANA_CLARA_2.pdf	31/05/2023 10:40:11	Livia Izabel Bezerra de Miranda	Aceito
Declaração do Patrocinador	termosDeConcessao_do.pdf	31/05/2023 10:35:56	Livia Izabel Bezerra de Miranda	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto3.pdf	31/05/2023 10:27:56	Livia Izabel Bezerra de Miranda	Aceito

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

Página 03 de 04

Continuação do Parecer: 6.192.162

Outros	ENTREVISTA.pdf	02/05/2023 11:54:48	Livia Izabel Bezerra de Miranda	Aceito
Outros	RESULTADOS.pdf	02/05/2023 11:53:10	Livia Izabel Bezerra de Miranda	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANUENCIA.pdf	02/05/2023 11:51:49	Livia Izabel Bezerra de Miranda	Aceito
Declaração de Pesquisadores	PESQUISADOR.pdf	02/05/2023 11:47:43	Livia Izabel Bezerra de Miranda	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/05/2023 11:45:59	Livia Izabel Bezerra de Miranda	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 19 de Julho de 2023

Assinado por:
Andréia Oliveira Barros Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.
Bairro: São José CEP: 58.107-670
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

Página 04 de 04

ANEXO 02

Roteiro da entrevista semiestruturada

01. PERFIL

- a) Nome
- b) Idade
- c) Escolaridade
- d) Ocupação
- e) Renda do(a) chefe da casa
- f) Renda da casa
- g) Auxílio governo
- h) Estado Civil
- i) Configuração Familiar
- j) Propriedade do Imóvel

02. PROCESSO DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE

- a) Você sabe quando a comunidade começou a se formar? Se sim, você estava aqui nessa época? Se não, a quanto tempo você mora na comunidade?
- b) Quando você chegou, como era a comunidade?
- c) Quais as maiores diferenças você enxerga de quando chegou para hoje em dia?

03. CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

- a) Quantas pessoas moram na sua casa? Quantos adultos e quantas crianças?
- b) Liste os cômodos da sua casa
- c) Quantas pessoas dormem por quarto? Existe outro cômodo utilizado para dormida fora o quarto? Se sim, qual?
- d) Todos os cômodos possuem janela?
- e) Você considera sua casa ventilada?
- f) Sua casa possui salitre?
- g) Quando chove, entra água na sua casa?

- h)** Sua casa é feita de alvenaria?
- i)** Qual o cômodo da casa que você passa mais tempo do dia? Mudaria alguma coisa nele?
- j)** Sua casa possui caixa d'água ou alguma outra forma de reserva de água?

04. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DA COMUNIDADE

- a)** A comunidade é atendida pela rede de energia elétrica da ENERGISA? A sua casa possui energia elétrica?
- b)** Se sua casa não possui energia elétrica, como isso afeta suas atividades do cotidiano? Que solução você encontrou para suprir a falta de energia elétrica?
- c)** A comunidade possui postes de energia elétrica? Eles funcionam? Os da sua rua funcionam?
- d)** Se a sua rua não possui postes de energia elétrica, como isso afeta suas atividades do cotidiano? Que solução você encontrou para suprir a falta de postes de energia elétrica na sua rua?
- e)** A comunidade possui esgotamento sanitário? A sua casa possui esgotamento sanitário?
- f)** Se a sua casa não possui esgotamento sanitário, como isso afeta suas atividades do cotidiano? Que solução você encontrou para suprir a falta de esgotamento sanitário na sua casa?
- g)** A comunidade possui rede de abastecimento de água da CAGEPA? A sua casa possui rede de abastecimento de água?
- h)** Se a sua casa não possui abastecimento de água, como isso afeta suas atividades do cotidiano? Que solução você encontrou para suprir a falta de abastecimento de água na sua casa?
- i)** A coleta de lixo acontece na comunidade? Se sim, quantas vezes na semana? Passa na sua rua?
- j)** Se na sua rua não passa a coleta de lixo, como isso afeta suas atividades do cotidiano? Que solução você encontrou para suprir a falta de coleta de lixo na sua rua?
- g)** Existe algum ponto de coleta seletiva na comunidade?
- h)** Existe alguma iniciativa voltada para coleta e reciclagem de lixo na comunidade?
- i)** As ruas da comunidade são calçadas? A sua rua é calçada?
- j)** Se a sua rua não é calçada, como isso afeta as suas atividades do cotidiano? Que solução você encontrou para lidar com a falta de calçamento na sua rua?
- k)** O transporte público passa na comunidade? Se sim, passa na sua rua? Se não, onde é a parada de ônibus mais próxima da sua casa?

- l)** Se não passa transporte público na sua rua, como isso afeta suas atividades do cotidiano? Que solução você encontrou para lidar com a falta de pontos de ônibus na sua rua?

05. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- a)** Possui alguma escola de ensino infantil, fundamental ou médio na comunidade? Se sim, alguém da sua casa utiliza? É perto da sua casa? Como se dá o deslocamento e quanto tempo gasta? Se não, qual a escola mais próxima da comunidade? Como se dá o deslocamento e quanto tempo gasta?
- b)** Se não possui nenhum equipamento de educação na comunidade, como isso afeta suas atividades do cotidiano? Qual solução você encontrou para lidar com a falta de equipamentos de educação na comunidade?
- c)** Possui algum equipamento de saúde na comunidade? (Ex: UBS, hospital, posto de saúde) Se sim, é perto da sua casa? Alguém da sua casa utiliza? Como se dá o deslocamento? Se não, qual o mais próximo da comunidade? Como se dá o deslocamento?
- d)** Se não possui nenhum equipamento de saúde na comunidade, como isso afeta as suas atividades do cotidiano? Qual solução você encontrou para lidar com a falta de equipamentos de saúde na comunidade?
- e)** Possui algum parque ou praça na comunidade? Se sim, é perto da sua casa? Alguém da sua casa utiliza? Como se dá o deslocamento? Se não, qual o parque ou praça mais próxima da comunidade? Como se dá o deslocamento?
- f)** Se não possui nenhum equipamento de lazer na comunidade, como isso afeta suas atividades do cotidiano? Qual solução você encontrou para lidar com a falta de equipamentos de lazer na comunidade?
- g)** Você acha que se perto da comunidade houvesse um parque ou praça, você utilizaria com maior frequência?

06. LAZER

- a)** Quais atividades você realiza por lazer?
- b)** Onde?
- c)** Com que frequência?

- d) Caso não seja na própria casa, como se desloca até lá?
- e) Existe algum espaço vazio na comunidade que as mulheres costumam utilizar?

07. PERCEPÇÕES DE GÊNERO

- a) Quem você acredita ser a autoridade máxima de uma casa, o homem ou a mulher? Quem é a autoridade máxima dentro da sua casa?
- b) Você acredita que é papel da mulher cuidar da casa e dos filhos?
- c) Dentro de uma casa, de quem é a obrigação de realizar serviços como cozinhar, varrer, passar pano e lavar roupa?
- d) Você gosta de realizar atividades domésticas?
- e) Quais as maiores dificuldades de ser dona de casa?
- f) Quais atividades você não costuma realizar mas gostaria? Por quê?
- g) Você deixa de realizar alguma atividade por falta de tempo? Se sim, por quê não tem tempo?

ANEXO 03

Cartograma de Infraestrutura de água e esgoto de João Pessoa/PB produzido para o diagnóstico de revisão do plano diretor

